UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina

VÍTOR AMANCIO BORGES FERREIRA

**Agricultura, agroecologia e ruralidades na cidade: experiências de São Paulo e
Bogotá**

São Paulo

2019

VÍTOR AMANCIO BORGES FERREIRA

Agricultura, agroecologia e ruralidades na cidade: experiências de São Paulo e Bogotá

Versão Original

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Sociedade, Economia e Estado.

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

Co-orientadora: Profa. Dra. Nohora Inés Carvajal Sánchez

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

F383a Ferreira, Vítor Amancio Borges
Agricultura, agroecologia e ruralidades na cidade:
experiências de São Paulo e Bogotá / Vítor Amancio
Borges Ferreira ; orientador Júlio César Suzuki. -
São Paulo, 2019.
200 f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação
Interunidades em Integração da América Latina. Área
de concentração: Integração da América Latina.

1. Agricultura urbana. 2. Ruralidades. 3. São
Paulo. 4. Bogotá. 5. Hortas urbanas. I. Suzuki,
Júlio César, orient. II. Título.

Nome: FERREIRA, V. A. B.

Título: Agricultura, agroecologia e ruralidades na cidade: experiências de São Paulo e Bogotá

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Para meus pais, Marcelo e Rosângela.

AGRADECIMENTOS

À minha noiva Andressa, por todo o apoio, cuidado, compreensão e amor, sendo a minha companheira em todos os momentos.

Aos meus pais, Marcelo e Rosângela, pelos valores, pela educação e por todo o incentivo ao longo dos anos.

Às minhas irmãs, Letícia e Larissa, pela amizade, pelo companheirismo e pelas risadas, que sempre aliviam a rotina.

Ao Prof. Dr. Júlio César Suzuki, pela excelente orientação e pela parceria que temos construído ao longo dos anos.

À Profa. Dra. Nohora Inés Carvajal Sánchez, pela co-orientação e por ter contribuído para a realização dos trabalhos de campo em Bogotá.

Aos agricultores urbanos e outros atores envolvidos com os cultivos nas cidades de São Paulo e Bogotá, que foram solícitos, gentis e que contribuíram muito para a realização desta dissertação.

Ao Prof. Dr. Rodrigo Valverde e ao Prof. Dr. Paulo Fonseca de Campos, pela leitura atenta e pelos comentários pertinentes que me auxiliaram no direcionamento da pesquisa.

Aos colegas da EMEF Prof. Remo Rinaldi Naddeo, que se mostraram sempre interessados pela pesquisa e que sempre estiveram dispostos a colaborar.

À minha família, como um todo, com menção especial para a minha avó Dina, que esteve presente diariamente na minha vida durante todo o período de graduação e, agora, de mestrado.

A Deus, principalmente, que tem me sustentado e abençoado ao longo dos anos, direcionando meus caminhos, possibilitando que eu tenha oportunidades e experiências incríveis, como foi a realização do mestrado, e colocando as pessoas que foram citadas anteriormente na minha vida.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fomento financeiro por meio da concessão de uma bolsa de estudos. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

FERREIRA, V. A. B. *Agricultura, agroecologia e ruralidades na cidade: experiências de São Paulo e Bogotá*. 2019. 200 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, 2019.

As cidades têm desempenhado um papel importante para a reprodução do sistema capitalista, sendo planejadas pelo capital financeiro, pelo capital empresarial e por um aparato estatal sob a ótica da manutenção de um sistema que frequentemente colapsa. Este processo tem consequências práticas e destrutivas nas cidades, que perdem muito de suas qualidades e que, ainda, perdem de vista os ideais de cidadania e de uma política urbana efetiva e coerente. É no contexto da crise das cidades, porém, que surgem diversos movimentos de busca por alternativas urbanas para a construção de outra cidade. Uma das práticas sociais oriundas deste momento é a ressignificação da agricultura urbana, prática que tem se difundido no espaço das cidades e que dialoga com a crescente insatisfação urbana decorrente do modelo capitalista de cidades. O cultivo de alimentos dentro das cidades não é uma novidade. Desde que as cidades existem, há relatos de agricultura dentro de seus limites, mesmo que tenha havido, principalmente com a introdução dos ideais da modernidade, uma separação progressiva entre a prática da agricultura e as cidades, tornando a existência de agricultura dentro da modernidade urbana um elemento estranho, um resquício de outro tempo. A novidade sobre a agricultura urbana parece residir justamente na sua ressignificação, sendo utilizada como ferramenta multifuncional para a transformação de diferentes aspectos do espaço urbano, por meio das ações do poder público e dos agricultores ativistas. Nosso objetivo é compreender o significado da agricultura urbana, como ruralidade, nas transformações de ordem ambiental, social, econômica e cultural nas cidades a partir das experiências de São Paulo e Bogotá no período de 2004 a 2018. Para a consecução do objetivo proposto, utilizamos, como fontes primárias, as entrevistas realizadas com os atores envolvidos com a agricultura urbana das duas cidades, além de um material fotográfico colhido nas investigações de campo. Como fontes secundárias, utilizamos obras de referência sobre o direito à cidade, a agricultura urbana e a agroecologia, que foram a base do debate teórico desta dissertação. A partir de diferentes experiências de agricultura urbana em São Paulo e em Bogotá, destacamos que a agricultura, enquanto ruralidade, desempenha um papel importante na transformação da realidade das cidades. Além disso, por meio de sua prática e consolidação, combinando a ação dos agricultores e das políticas públicas, a agricultura urbana pode se tornar uma urbanidade, tendo aproveitado o seu potencial e servindo como instrumento para a busca de novas sociabilidades urbanas e para a construção de um novo ideal de cidades.

Palavras-chave: agricultura urbana; ruralidades; São Paulo; Bogotá; hortas urbanas.

ABSTRACT

FERREIRA, V. A. B. *Agriculture, agroecology and ruralities in the city: experiences of Sao Paulo and Bogota*. 2019. 200 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, 2019.

Cities play an important role in the reproduction of the capitalist system, and are planned by finance capital, business capital, and a state apparatus under the view of maintaining a system that often collapses. This process has practical and destructive consequences in the cities, which lose much of their qualities and which also lose sight of the ideals of citizenship and an effective and coherent urban policy. It is in the context of the crisis of the cities, however, that there are several movements of search for urban alternatives for the construction of another city. One of the social practices arising from this moment is the re-signification of urban agriculture, a practice that has spread in the space of cities and that dialogues with the growing urban dissatisfaction resulting from the capitalist model of cities. The cultivation of food within cities is not new. Since the cities exist, there are reports of agriculture within its limits, even though there has been, mainly with the introduction of the ideals of modernity, a progressive separation between the practice of agriculture and cities, making the existence of agriculture within urban modernity a strange element, a remnant of another time. The novelty about urban agriculture seems to lie precisely in its re-signification, being used as a multifunctional tool for the transformation of different aspects of the urban space, through the actions of the public power and the activist farmers. Our objective is to understand the meaning of urban agriculture, as rurality, in the transformations of environmental, social, economic and cultural order in the cities from the experiences of São Paulo and Bogotá in the period from 2004 to 2018. In order to achieve the proposed objective, we use, as primary sources, the interviews with the actors involved with the urban agriculture of the two cities, as well as a photographic material collected in the field investigations. As secondary sources, we used reference works on the right to the city, urban agriculture and agroecology, which were the basis of the theoretical debate of this dissertation. From different experiences of urban agriculture in São Paulo and Bogotá, we emphasize that agriculture, as a rurality, plays an important role in transforming the reality of cities. In addition, through its practice and consolidation, combining the action of farmers and public policies, urban agriculture can become an urbanity, taking advantage of its potential and serving as an instrument for the search of new urban sociabilities and for the construction of a new ideal of cities.

Keywords: urban agriculture; ruralities; Sao Paulo; Bogota; urban gardens.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Áreas influenciadas pela prática da agricultura urbana.....	35
Figura 2 - Imagem do endereço eletrônico do projeto Incredible Edible contendo a frase traduzida como "Acredite na força das pequenas ações", com diversos cultivos de alimentos atrás.	58
Figura 3 - Imagem aérea das experiências de agricultura urbana selecionadas em São Paulo. Crédito: Google Earth Pro.....	78
Figura 4 - Imagem aérea da Horta Comunitária da FMUSP. Crédito: Google Earth Pro.....	79
Figura 5 - Cultivo de alface realizado em bombonas plásticas. Fotografia nossa, em 02 set. 2017.	82
Figura 6 - Cultivo de plantas diversas em caixas de isopor. Fotografia nossa, em 02 set. 2017.	82
Figura 7 - Espaço da horta, com destaque para o prédio da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). Fotografia nossa, em 02 set. 2017.	86
Figura 8 - Imagem aérea da Horta Comunitária da Ocupação 9 de Julho. Crédito: Google Earth Pro.....	89
Figura 9 - Os canteiros de agricultura e os prédios, uma imagem que causa certo estranhamento. Fotografia nossa, em 24 jan. 2018.	91
Figura 10 - Um espaço pequeno, antes sem uso, agora abriga cultivos de alimentos. Fotografia nossa, em 24 jan. 2018.	92
Figura 11 - Canteiros de couve e alface. Fotografia nossa, em 24 jan. 2018.	94
Figura 12 - O senhor Sebastião Aparecido, responsável pelo cuidado com a horta. Fotografia nossa, em 24 jan. 2018.	94
Figura 13 - Imagem aérea da Praça Dolores Ibárruri, com destaque para a Horta das Corujas. Crédito: Google Earth Pro.....	95
Figura 14 - Entrada da Horta das Corujas. Apesar do portão, a entrada é livre para todas as pessoas. Fotografia nossa, em 18 jan. 2018.....	96
Figura 15 - Placa com as instruções para a entrada na Horta das Corujas. Fotografia nossa, em 03 fev. 2018.	96
Figura 16 - Informações sobre a Horta das Corujas bordadas em um tecido, destacando a ferramenta do Facebook como forma de contato. Fotografia nossa, de 02 jan. 2019.	98

Figura 17 - Placa elaborada por uma ativista da Horta das Corujas, colocada recentemente. Fotografia nossa, de 02 jan. 2019.	98
Figura 18 - Inseto pousado sobre a placa. Fotografia nossa, de 02 jan. 2019.	99
Figura 19 - O grafite no muro entre as plantas: lembrança do urbano. Fotografia nossa, de 18 jan. 2018.	100
Figura 20 - O topo dos prédios, de maneira tímida, brota entre o verde da Horta das Corujas. Fotografia nossa, de 18 jan. 2018.	100
Figura 21 - Placa que explica conceitos importantes sobre uma horta ecológica. Fotografia nossa, de 03 fev. 2018.	102
Figura 22 - Certificado de participação no Prêmio Milton Santos - 2017, com o bilhete, à direita, informando que a Horta das Corujas havia sido a vencedora. Fotografia nossa, tirada em 03. fev. 2018.	104
Figura 23 - Certificado de reconhecimento do seminário "Feed Your City", da Organização das Nações Unidas (ONU). Fotografia nossa, de 03 fev. 2018.	105
Figura 24 - Imagem capturada do endereço eletrônico do MUDA SP. Crédito: MUDA SP....	116
Figura 25 - Imagem aérea do Jardim Botânico de Bogotá. Crédito: Google Earth Pro.....	122
Figura 26 - Entrada do Jardim Botânico de Bogotá. Fotografia nossa, de 18 jul. 2018.	123
Figura 27 - Mapa na entrada do Jardim Botânico de Bogotá, indicando as diversas áreas deste grande espaço. Fotografia nossa, de 18 jul. 2018.	124
Figura 28 - Pequena placa explicativa com os dizeres (tradução nossa): "Os frutos são o presente para aqueles que distribuíram as sementes. E os humanos aprenderam a reconhecê-los e valorizá-los, plantando hortas, adaptando espécies e melhorando variedades de culturas". Fotografia nossa, de 18 jul. 2018.	125
Figura 29 - Outra placa explicativa, destacando (tradução nossa) que "o fruto é responsável por cumprir o objetivo final de uma planta: a reprodução". Fotografia nossa, de 18 jul. 2018.	126
Figura 30 - Início da área de agricultura urbana do Jardim Botânico de Bogotá, destacando as árvores frutíferas como uma possibilidade de agricultura dentro das cidades. Fotografia nossa, de 18 jul. 2018.	126
Figura 31 - Cultivos urbanos do Jardim Botânico de Bogotá em forma de jardins agroecológicos, considerando também o aspecto paisagístico. Fotografia nossa, de 18 jul. 2018.	127

Figura 32 - Plantio de variedades de alface que representa a junção das noções de "jardim" e de "agroecologia". Fotografia nossa, de 18 jul. 2018.....	128
Figura 33 - Placa explicativa sobre o conceito de jardins agroecológicos, mais uma referência presente no Jardim Botânico de Bogotá sobre a agricultura urbana. Fotografia nossa, de 18 jul. 2018.	129
Figura 34 - Imagem aérea da Ecosavia, loja de produtos orgânicos. Crédito: Google Earth Pro.	131
Figura 35 - Cristina, Ivan e Luz, que trabalham com a comercialização de alimentos orgânicos em Bogotá. Fotografia nossa, de 20 jul. 2018.	132
Figura 36 - Parte dos alimentos comercializados na Ecosavia, loja de produtos orgânicos em Bogotá. Fotografia nossa, de 20 jul. 2018.	133
Figura 37 - Divulgação do Mercado Campesino realizada em sua entrada. Fotografia nossa, de 21 jul. 2018.	134
Figura 38 - O espaço da Horta Comunitária da Plaza de los Artesanos, com um dos prédios da Secretaría Distrital de Desarrollo Económico ao fundo. Fotografia nossa, de 21 jul. 2018...	135
Figura 39 - O mesmo espaço da Horta Comunitária da Plaza de los Artesanos, agora visto de cima. Fotografia nossa, de 21 jul. 2018.	135
Figura 40 - Imagem aérea da Plaza de los Artesanos, destacando o Mercado Campesino e a Horta Comunitária. Crédito: Google Earth Pro.	136
Figura 41 - Contraposição da paisagem de dois espaços bastante próximos na cidade de Bogotá. Fotografias nossas, de 24 jul. 2018.	138
Figura 42 - A paisagem contrastante entre a horta e os grandes prédios, com a produtora Maria Elena em destaque. Fotografia nossa, de 24 jul. 2018.	139
Figura 43 - Imagem aérea da horta urbana da Sra. Maria Elena. Crédito: Google Earth Pro.	139
Figura 44 - Cultivo de alcachofras na Horta Comunitária da Plaza de los Artesanos. Fotografia nossa, de 21 jul. 2018.	141
Figura 45 - Grupo de agricultoras "Buena Semilla", voluntárias na Horta Comunitária da Plaza de los Artesanos. Fotografia nossa, de 25 jul. 2018.	141
Figura 46 - A agricultora urbana Fabíola, com o cultivo hidropônico ao fundo. Fotografia nossa, de 25 jul. 2018.	143

Figura 47 - A estufa e a prática da hidroponia em Bogotá. Fotografia nossa, de 25 jul. 2018.	144
Figura 48 - Hidroponia, outra possibilidade de agricultura urbana presente na cidade de Bogotá. Fotografia nossa, de 25 jul. 2018.	144
Figura 49 - Agricultoras da Horta Comunitária de Villa Ines. Fotografia nossa, de 25 jul. 2018.	147
Figura 50 - Horta Comunitária de Villa Ines e parte de suas agricultoras voluntárias. Fotografia nossa, de 25 jul. 2018.	148
Figura 51 - Imagem aérea da Horta Comunitária de Villa Ines. Crédito: Google Earth Pro.	149
Figura 52 - Quintal produtivo no bairro de Villa Ines, com diversas espécies de hortaliças e arbustivas. Fotografia nossa, de 26 jul. 2018.	150
Figura 53 - Exemplo de agricultura urbana realizada dentro das casas. Fotografia nossa, de 26 jul. 2018.	151
Figura 54 - O curso de terraços verdes e a turma de agricultores. Fotografia nossa, de 26 jul. 2018.	152
Figura 55 - Momento prático do curso de terraços verdes, capacitando agricultores para a produção efetiva de alimentos nas cidades. Detalhe: o curso é realizado num terraço. Fotografia nossa, de 26 jul. 2018.	153
Figura 56 - O técnico em agricultura urbana dá instruções para os agricultores, que desenvolvem capacidades teóricas e práticas para o manejo de experiências de agricultura urbana. Fotografia nossa, de 26 jul. 2018.	154
Figura 57 - A capacitação em agricultura urbana aparece materializada, como no exemplo da placa, no Jardim Botânico de Bogotá. Fotografia nossa, de 18 jul. 2018.	160
Figura 58 - Mãos voluntárias engajadas e alimentos produzidos na cidade. O caso da Horta Comunitária de Villa Ines só foi possível por conta da ajuda do Jardim Botânico de Bogotá. Fotografia nossa, de 25 jul. 2018.	161
Figura 59 - A agricultura urbana aparece, também, como uma possibilidade para a transformação da paisagem das cidades. Na fotografia, a Horta Comunitária de Villa Ines. Fotografia nossa, de 25 jul. 2018.	169
Figura 60 - Os jardins agroecológicos, a junção da produção de alimentos com os elementos estéticos. Fotografia nossa, de 18 jul. 2018.	171

Figura 61 - A produção voltada para o autoconsumo, uma das tônicas do movimento de agricultura urbana em Bogotá. Fotografia nossa, de 24 jul. 2018.	176
Figura 62 - A Sra. Maria Elena e as sementes produzidas em casa: um possível caminho para a consolidação da segurança alimentar e da soberania alimentar. Fotografia nossa, de 24 jul. 2018.	178
Figura 63 - Agricultura urbana como realidade para o futuro das cidades! Fotografia nossa, de 24 jul. 2018.	192

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução das publicações sobre populações sobre agricultura urbana na base de dados Scopus, por ano.....	50
Gráfico 2 – Crescimento percentual do número de publicações sobre agricultura urbana e sobre agricultura com base no ano 2000.....	52
Quadro 1 – Transição de visão sobre a agricultura urbana em Bogotá.....	169

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. AGRICULTURA, AGROECOLOGIA E RURALIDADES NA CIDADE	23
1.1. Na busca pelas categorias e relações sobre a crise das cidades.....	23
1.2. Na busca pelas categorias e relações sobre a prática da agricultura urbana	34
1.2.1. A agricultura urbana em seus sentidos produtivo e ativista: experiências históricas.....	55
1.2.2. A efetivação da agricultura urbana por meio de seus atores	60
1.3. Na busca pelas categorias e relações sobre a Agroecologia.....	64
1.3.1. Revolução Verde: técnica, crise e novos caminhos.....	64
2. EXPERIÊNCIAS DE AGRICULTURA URBANA EM SÃO PAULO.....	75
2.1. PANC e a promoção de uma cultura alimentar diferente	106
2.2. A agricultura urbana como utopia e como alternativa para o futuro das cidades	111
3. EXPERIÊNCIAS DE AGRICULTURA URBANA EM BOGOTÁ	118
3.1. Agricultura urbana em Bogotá: gênese do fenômeno ressignificado	155
3.2. Ativismo sem querer ser ativista.....	172
3.3. Autoconsumo, segurança alimentar e soberania alimentar: temas importantes no caso de Bogotá	174
3.4. Agricultura urbana como ruralidade e como alternativa para o futuro	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
REFERÊNCIAS.....	197

INTRODUÇÃO

O cultivo de alimentos dentro das cidades não é uma novidade. Desde que as cidades existem, há relatos de agricultura dentro de seus limites, mesmo que tenha havido, principalmente com a introdução dos ideais da modernidade, uma separação progressiva entre a prática da agricultura e as cidades, tornando a existência de agricultura dentro da modernidade urbana um elemento estranho, um resquício de outro tempo.

O fato de que a agricultura sempre tenha existido dentro das cidades parece gerar certa tensão quando a agricultura urbana é apresentada como uma prática nova e com um grande potencial de transformação das cidades. Se a agricultura urbana não passa de algo que sempre existiu, e agora está apenas sendo retomada, parece haver limites claros para a afirmação de que ela é uma prática multifuncional e transformadora. De fato, muitas vezes a agricultura urbana é apresentada como algo capaz de solucionar todos os problemas das cidades e, outras vezes, como uma prática que tem pouco a oferecer para o cotidiano das grandes aglomerações urbanas.

A novidade sobre a agricultura urbana parece residir justamente na sua ressignificação. Se a agricultura urbana sempre existiu, embora tenha sido tirada de cena com o advento das cidades modernas, ela ressurgiu nas cidades do século XXI como uma resposta aos problemas urbanos e com a possibilidade de sua consolidação. Temos exemplos históricos que mostram que a agricultura dentro das cidades foi utilizada como saída para crises, especialmente em momentos catastróficos ou de grandes transformações socioeconômicas. Quando passadas as crises, no entanto, a agricultura urbana novamente era colocada de lado, sendo na maioria das vezes vista como algo paliativo. Agora, porém, mesmo surgindo novamente no contexto de diferentes crises manifestadas no espaço das cidades, a agricultura urbana apresenta fôlego e ideias para que passe de um elemento estranho para uma prática constituinte das cidades.

O fôlego mencionado ocorreria por conta de alguns aspectos importantes identificados no atual movimento de agricultura urbana com a realização desta dissertação. O primeiro aspecto seria o caráter multifuncional da agricultura urbana, fazendo com que esta prática se encaixe como resposta para diferentes problemas que acontecem no cotidiano das cidades. O segundo aspecto seria a apropriação da agricultura urbana por diferentes atores sociais e,

muitas vezes, de maneira comunitária, consolidando os cultivos nas cidades como alternativa para a vida urbana, sendo a prática realizada com motivações explicitamente ativistas ou não. O terceiro aspecto seria o planejamento urbano a partir das políticas públicas. Os governos parecem começar a considerar – mesmo que em ritmos muito diferentes – a agricultura urbana como uma ferramenta efetiva para a transformação das cidades, criando e fomentando políticas específicas que tendem a colaborar para a consolidação da agricultura dentro das cidades como uma realidade.

Esta dissertação busca justamente, como objetivo geral, compreender o significado da agricultura urbana, como ruralidade, nas transformações de ordem ambiental, social, econômica e cultural nas cidades a partir das experiências de São Paulo e Bogotá no período de 2004 a 2018. Como objetivos específicos, queremos discutir o potencial da ação de indivíduos, no contexto da agricultura urbana, para a criação de diferentes experiências que se configuram como ruralidades; queremos, também, compreender se a agricultura urbana se efetiva, para os atores envolvidos, como uma prática de fato benéfica; outro objetivo específico é analisar o significado da agroecologia como ferramenta importante para o planejamento e para a construção de experiências de agricultura urbana; intentamos, também, compreender o papel desempenhado pelas políticas públicas para a consolidação da prática da agricultura urbana; por fim, queremos avaliar se a agricultura urbana representa uma possibilidade para as cidades do futuro, não mais como um elemento estranho, mas como uma urbanidade.

Para isso, traçamos diferentes procedimentos metodológicos que nortearam os nossos processos de pesquisa. Desde o primeiro projeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM), a nossa metodologia foi testada, revista e reconstruída por diversas vezes, buscando, de fato, a sua adequação aos objetivos que norteiam todo o trabalho de pesquisa.

Cabe, agora, elucidar o que motivou a nossa pesquisa e qual foi o caminho metodológico que percorremos até aqui. O nosso entusiasmo pela temática da agricultura urbana veio, inicialmente, pelo interesse em estudar as práticas com potencial de transformar as cidades e de superar os seus problemas crônicos, especialmente no caso da América Latina, como a pobreza, a desigualdade social e econômica e as baixas condições de vida daqueles que não possuem recursos econômicos, principalmente.

Como havíamos estudado, durante o período de graduação no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP), entre 2011 e 2015, iniciativas de agricultura alternativa, com destaque para o caso da Associação de Pequenos Produtores Orgânicos de Ibiúna (APPOI), realizando uma iniciação científica e o nosso trabalho de graduação nesta temática, compreender de que maneira as diferentes práticas de agricultura podem imprimir, no espaço, resultados diversos, foi a ponte que nos direcionou para o estudo da agricultura urbana, fenômeno crescente dentro das cidades e prática transformadora, com o potencial de reverter problemas importantes.

Quando estudamos o caso da Associação de Pequenos Produtores Orgânicos de Ibiúna (APPOI), o nosso olhar já estava direcionado para as experiências particulares, locais e pequenas, ainda que não soubéssemos conscientemente que este era um recorte importante. Este direcionamento anterior nos ajudou, porém, na compreensão de que gostaríamos de realizar um estudo com foco em experiências particulares, buscando entender como a realidade pode ser transformada a partir de ações localizadas e de pequeno porte.

Do projeto inicial concebido em outubro de 2016, restaram algumas ideias iniciais e alguns elementos norteadores; o projeto, entretanto, foi revisto algumas vezes durante o período do mestrado, chegando, finalmente, em uma versão mais clara e madura do que queríamos e de como faríamos para cumprir os nossos objetivos.

A primeira etapa fundamental de nossa pesquisa foi a revisão de uma grande quantidade de teoria, buscando o nosso embasamento teórico e as categorias que seriam essenciais para a construção de nosso problema de pesquisa e, mais ainda, que dessem conta de responder aos objetivos listados. Além disso, necessitávamos de categorias que dialogassem com a realidade. Para isso, buscamos discussões atuais e que eram referência nas temáticas que estavam propostas. As referências que estavam em outras línguas, como o inglês, o espanhol e o francês, foram por nós traduzidas para a língua portuguesa para que fossem citadas.

Todas as referências teóricas que nortearam o nosso embasamento teórico, em conjunto com estatísticas e publicações de órgãos governamentais que dialogam com o nosso problema da pesquisa, com as nossas hipóteses e com os objetivos, constituem as nossas fontes secundárias. Podemos citar, dentre as fontes importantes, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Departamento Administrativo Nacional de Estadísticas (DANE) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Como fontes primárias, utilizamos as transcrições das entrevistas realizadas nas investigações de campo com os atores envolvidos na agricultura urbana de São Paulo e Bogotá. As fontes primárias deram origem a toda uma produção material importante: relatos de campo, pensados, analisados e sintetizados em diálogo com as referências bibliográficas; análises qualitativas, baseadas nas entrevistas com os atores envolvidos com a agricultura urbana, buscando dar voz aos que constroem os movimentos de agricultura urbana em São Paulo e Bogotá; séries fotográficas, que retratam visualmente os aspectos vistos no campo e produção de mapas com diferentes escalas geográficas e olhares particulares sobre as regiões de estudo. As fontes primárias constituem algo valorizado e valioso para a realização desta dissertação. De fato, o nosso intuito foi dar voz aos participantes da agricultura urbana em ambas as cidades, buscando compreender o fenômeno da agricultura urbana a partir das práticas, vivências e relatos do que acontece na realidade.

Todas as entrevistas realizadas com os atores da agricultura urbana de São Paulo e Bogotá foram gravadas em áudio e ouvidas várias e várias vezes, buscando extrair, delas, as ideias em sua completude. Para isso, realizamos as transcrições das entrevistas e, no caso das entrevistas em espanhol, a sua tradução para a língua portuguesa.

As fotografias também buscaram retratar a realidade dos trabalhos de campo, demonstrando visualmente a nossa vivência e a nossa leitura acerca das experiências de agricultura urbana visitadas.

A dissertação conta, portanto, com uma forte interação entre as fontes primárias e as fontes secundárias. As fontes primárias refletem a vivência da investigação de campo, o contato com os fenômenos da realidade e a coleta de materiais que constituem uma parte essencial da pesquisa. As fontes secundárias são as responsáveis pela construção do olhar que levamos para a investigação de campo. Quando olhamos para a realidade do campo, enxergamos os fenômenos através de lentes teóricas obtidas a partir das reflexões sobre as leituras e também sobre os dados estatísticos que temos contato. É por isso que a interação entre as fontes primária e secundária se faz tão necessária e tão relevante para que a pesquisa seja profícua: ela proporciona o contato entre a teoria e a realidade, contrapondo-as e fazendo-nos avaliar e reavaliar os caminhos metodológicos que adotamos. Em cada etapa de pesquisa essa interação foi de grande valia para subsidiar as análises, os olhares e o direcionamento do trabalho.

É por isso que um recurso metodológico de imensa importância para a dissertação foi a realização de trabalhos de campo nas cidades de São Paulo e Bogotá, propiciando o contato com a realidade da agricultura urbana em cada uma das cidades, embora com recortes claros que não dão conta de compreender o fenômeno de maneira integral. Buscamos, então, experiências de agricultura urbana que exemplificassem parte do que vem ocorrendo nestas grandes cidades e que contassem parte do que está posto quando o assunto é a agricultura urbana. Para isso, a leitura de Magnani e Torres (2008) foi extremamente relevante, conferindo-nos princípios de uma antropologia urbana que se tentou colocar em prática, em algumas situações, em nossos trabalhos de campo. Além das observações antropológicas descritas durante todo o percurso da obra, o capítulo denominado “Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole” foi de especial importância para que ajustássemos o nosso foco de pesquisa,

[...] posto que São Paulo e a imensa multiplicidade de seus padrões culturais e modos de vida não se apresentam em sua totalidade e, principalmente, não são visíveis de forma imediata “da porta da barraca” do pesquisador, é preciso identificar unidades significativas e estabelecer recortes para análise (MAGNANI, 2008, p. 50).

Buscamos identificar unidades significativas e estabelecer recortes para que os trabalhos de campo fossem efetivos e trouxessem elementos que colaborariam para a compreensão de experiências de agricultura urbana em São Paulo e Bogotá.

O resultado foi a presente dissertação, que está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, sob o título “Agricultura, agroecologia e ruralidades na cidade”, discutimos conceitualmente três assuntos que nos pareceram fundamentais para a compreensão das experiências de agricultura urbana em São Paulo e Bogotá: a busca pelo direito à cidade, a prática da agricultura urbana e a agroecologia. O primeiro capítulo, portanto, está dividido em três seções que buscam construir um embasamento teórico inicialmente para a questão da crise urbana e da retomada pelo direito à cidade, compreendendo o trabalho de Harvey (2014) como de grande importância para trazer a ideia do direito à cidade para o século XXI. Além disso, nos valem de referências importantes que discutem diferentes problemáticas urbanas, como Henri Lefebvre, Jan Gehl, e Jane Jacobs, além de outros autores, realizando a transição entre a busca pelo direito à cidade e a prática ressignificada da agricultura urbana.

A ideia central do primeiro capítulo é atestar a existência de uma crise urbana decorrente do planejamento urbano capitalista e dos ideais de uma modernidade inconclusa

realizados de maneira acentuada nas cidades latino-americanas, o movimento atual de agricultura urbana como resposta e a agroecologia como base técnica para o manejo dos cultivos realizados dentro das cidades.

Tal crise se manifestaria em diferentes áreas e se expressaria tanto espacialmente quanto na vida cotidiana dos que vivem nas cidades. A cidade, neste caso, desempenharia um papel duplo, configurando-se tanto como o lugar da crise, como o lugar de surgimento de soluções ligadas, muitas vezes, à inventividade das pessoas comuns, tomando como base o estudo de José de Souza Martins sobre a sociabilidade do homem simples.

O primeiro capítulo prossegue demonstrando que uma das soluções surgidas no espaço urbano e que apresenta um importante crescimento é a prática da agricultura urbana, que tem sido encarada a partir de seu potencial multifuncional de transformação das cidades tanto por ativistas, como pelo poder público, variando de acordo com as experiências. O atual movimento de agricultura urbana parece ganhar corpo exatamente como resposta à crise que está posta nas cidades, tornando-se uma prática que adquire paulatinamente atenção da academia, da mídia e das populações urbanas.

Partimos para a conceituação da agricultura urbana, mais uma vez ressaltando o seu caráter multifuncional, sendo uma prática que traz implicações para diversas áreas das cidades, materialmente e imaterialmente. Destacamos, também, como a agricultura urbana é uma prática diversa, possuindo diferentes finalidades e motivações, que variam de caso a caso. É interessante, no entanto, notar que uma prática que ficou relegada aos espaços rurais tem sido utilizada como ferramenta para a transformação dos espaços urbanos. Há todo um preconceito em relação aos cultivos realizados dentro da cidade, que continuam sendo vistos como elementos estranhos ao modo de vida urbano, sinais de atraso e resquícios do passado. A agricultura urbana se configura, portanto, como uma ruralidade na cidade, prática típica dos espaços rurais presente novamente, agora, nas cidades. Para isso, tomamos como base os estudos de João Rua e Néstor García Canclini, que nos dão os princípios para a compreensão da noção de espaços híbridos.

Coube ao primeiro capítulo, ainda, trazer a ideia de que a separação entre natureza e sociedade prejudica a compreensão do fenômeno da agricultura urbana. Para que a sua prática atinja todo o seu potencial de transformação, é necessário que a agricultura urbana seja não mais considerada como um elemento estranho, externo, mas como algo que faz parte das cidades e que colabora para o seu desenvolvimento (CLASSENS, 2014).

Outro elemento importante apresentado no primeiro capítulo é a compreensão de que todo o potencial da agricultura urbana só pode ser efetivado pelos atores que se apropriam da prática e que passam a desenvolvê-la em diferentes experiências, mesmo quando a ação parte dos próprios indivíduos ou é fomentada pelo poder público. É a ação dos indivíduos que torna as experiências mais e mais particulares e diferentes, causando transformações específicas em áreas variadas e constituindo um movimento de agricultura muito diverso.

O capítulo 1 é finalizado com o debate teórico sobre a agroecologia, tanto uma ciência que busca conferir recursos teóricos para a concepção de sistemas de agricultura alternativos quanto um conjunto de práticas, conferindo, além da teoria, estratégias concretas para o planejamento, construção e manejo de agriculturas opostas ao modelo convencional. As hortas urbanas constituintes do movimento de agricultura nas cidades têm se baseado muito nos princípios da agroecologia para a realização dos cultivos, mesmo que o termo “agroecologia” não seja familiar para muito dos agricultores. Mais do que isso, as hortas urbanas são potencializadas pela agroecologia, já que ela busca conciliar a produtividade dos sistemas agrícolas com os aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais, colaborando para a superação da ideia de uma agricultura voltada apenas para a produção intensa de alimentos, sem a preocupação com seus impactos.

No capítulo 2, apresentamos os resultados dos trabalhos de campo realizados na cidade de São Paulo, com um recorte de experiências de agricultura urbana que apontam para o ativismo como força propulsora da consolidação da agricultura urbana como realidade, discutindo como se configura o atual movimento desta prática que parece ganhar cada vez mais espaço no cotidiano urbano.

A discussão se realizou a partir de três experiências de cultivos dentro da cidade de São Paulo que são apresentadas neste capítulo: a Horta Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), a Horta Comunitária da Ocupação 9 de Julho e a Horta das Corujas, casos diversos que apontam para diferentes implicações da agricultura urbana. A partir de nossas vivências nos trabalhos de campo, dos relatos de diversos agricultores e de nossas leituras, buscamos compreender o significado de cada uma destas experiências para o atual movimento de agricultura urbana e de que maneira estes casos poderiam apontar para um futuro em que os cultivos na cidade não são mais elementos estranhos, e sim constituintes das cidades.

Algumas temáticas se sobressaíram nos estudos sobre a agricultura urbana paulistana. De acordo com os casos apresentados e com o contexto geral da agricultura na cidade de São Paulo, propusemos discussões sobre as plantas alimentícias não convencionais – ou simplesmente PANC – que apresentavam, como resultados importantes da prática da agricultura em São Paulo, o resgate do conhecimento sobre estas plantas, o seu cultivo nas hortas e a sua aparição em feiras, mercados, restaurantes e até mesmo na mídia, gerando uma mudança de cultura que pode trazer consequências benéficas para o futuro.

Discutimos, também, ideias sobre a relação entre o ativismo, que se destaca e muito no caso de São Paulo, e a busca por uma utopia urbana. A ideia é que autores e ativistas têm sonhado com a construção de cidades futuras que apresentariam um novo paradigma alimentar, com as pessoas produzindo boa parte de seus alimentos e reduzindo a dependência externa para a sua obtenção.

No capítulo 3, apresentamos os resultados dos trabalhos de campo realizados na cidade de Bogotá, na Colômbia. A experiência de agricultura urbana em Bogotá representa um interessante caso em que a prática da agricultura dentro das cidades é fomentada pelo poder público como resposta aos problemas da pobreza urbana e da fome, no ano de 2004. A ideia foi tomar uma prática que já existia, embora de maneira marginalizada, potencializando-a e tornando-a uma ferramenta efetiva para o combate à fome. A experiência teve êxito, e a agricultura urbana passou a ser compreendida como uma ferramenta que poderia ser utilizada para combater outros problemas urbanos, como a deficiência ecológica da cidade de Bogotá e a má qualidade de vida para diversos segmentos da população.

O terceiro capítulo da dissertação conta, ainda, com a apresentação de diferentes experiências de agricultura urbana na cidade de Bogotá que, apesar de sua diversidade, possuem elementos comuns que foram destacados ao longo do capítulo. Uma questão fundamental para a compreensão do caso bogotano é o papel que o Jardim Botânico de Bogotá teve na ressignificação da prática do cultivo de alimentos na cidade. Sem a ação do Jardim Botânico de Bogotá, a agricultura urbana nesta cidade não apresentaria os mesmos resultados e nem o mesmo estado de consolidação. Coube ao Jardim Botânico de Bogotá, desde 2004, fomentar a prática da agricultura urbana a partir de capacitações teóricas e técnicas para os agricultores, de seu acompanhamento a longo prazo e da difusão da visão de que a agricultura poderia representar mais do que apenas a produção de alimentos.

Mesmo com todo o fomento conferido à prática da agricultura urbana pelo Jardim Botânico de Bogotá, foi só com a apropriação da população bogotana que seu potencial se efetivou, consolidando-se como uma atividade presente no espaço da cidade de Bogotá. As pessoas, de fato, parecem ter internalizado a visão que foi propagada pela coordenação de agricultura urbana de que o essencial era a questão do autoconsumo.

O capítulo 3 realiza uma importante discussão sobre a relação entre o autoconsumo, a segurança alimentar e a soberania alimentar por meio das experiências de agricultura urbana em Bogotá. Existe uma confusão entre os conceitos de segurança alimentar e soberania alimentar, o que é abordado no texto, mas parece ficar claro, a partir do caso bogotano, que cultivar dentro das cidades e, mais especificamente, dentro das casas, parece ser uma saída interessante para a garantia de uma alimentação digna, acessível, saudável e culturalmente adaptada.

Encerramos o terceiro capítulo da dissertação discutindo se a agricultura urbana pode se tornar uma urbanidade e parte constituinte das cidades do futuro a partir do que vimos no caso de Bogotá. Consideramos que a agricultura urbana é uma prática fomentada de maneira pensada, estruturada e organizada pelo Jardim Botânico de Bogotá, mas que a sua efetivação como prática consolidada só se dá a partir de sua apropriação pelos diversos atores que estão construindo, de fato, a agricultura em Bogotá ao longo dos anos. São os sujeitos que apropriam espaços, que elaboram e reelaboram as suas práticas, que propagam e difundem não somente os conhecimentos, mas a motivação para a criação de novas experiências que efetivam todo o potencial da agricultura urbana de Bogotá.

A presente dissertação é encerrada com algumas considerações finais originadas a partir dos três capítulos postos em relação. Assim, esta pesquisa busca contribuir para o campo de estudos da agricultura urbana e para a transformação de nossas cidades, especialmente no caso latino-americano, valorizando as contribuições de milhares de pessoas comuns na construção de uma outra vida urbana a partir dos cultivos na cidade e buscando dar voz para os atores que têm construído efetivamente esta prática que não é recente, mas que surge ressignificada nos últimos anos, mostrando força e crescimento.

1 AGRICULTURA, AGROECOLOGIA E RURALIDADES NA CIDADE

1.1. Na busca pelas categorias e relações sobre a crise das cidades

O direito à cidade vem sendo muito debatido por diversos autores desde a formulação inicial do conceito por Lefebvre (1968). Harvey (2014) realiza um esforço em trazer o conceito do direito à cidade para os problemas do século XXI e considera que, assim como no contexto inicial de concepção do direito à cidade, atualmente a busca por este direito surge das ruas e dos bairros, como uma resposta à população angustiada pelos problemas enfrentados.

Podemos pensar, inicialmente, nos problemas práticos enfrentados cotidianamente. Gehl (2015, p. 3), por exemplo, afirma que “uma característica comum de quase todas as cidades – independentemente da localização, economia e grau de desenvolvimento – é que as pessoas que ainda utilizam o espaço da cidade em grande número são cada vez mais maltratadas”, mostrando que o incômodo com as cidades é generalizado. Ele ainda completa a sua discussão relatando alguns dos problemas enfrentados por quem nelas vive: “espaço limitado, obstáculos, ruído, poluição, risco de acidentes e condições geralmente vergonhosas são comuns para os habitantes, na maioria das cidades do mundo”.

Seria possível acrescentar muitas outras situações práticas aos problemas enfrentados pelas pessoas que utilizam as cidades. As palavras de Gehl (2015) ressaltam um processo de esvaziamento dos espaços das cidades, dizendo que as pessoas que *ainda* utilizam os seus espaços são maltratadas. Sem explorar as diversas possibilidades de abordagem sobre os problemas práticos enfrentados no dia-a-dia das grandes cidades, precisamos compreender que eles estão ligados a um problema muito profundo: o esgotamento da relação entre as pessoas e o modo de vida urbano característico das grandes cidades e, em especial, no contexto latino-americano.

Como exemplo, podemos tomar o caso dos espaços públicos. Falar de um espaço público parece indicar a ideia de convívio, de um lugar de encontro para as diferentes pessoas que vivem a cidade. No entanto, a prática dos espaços públicos tem sido outra. No caso paulistano, uma das situações mais evidentes, dentre tantas outras, é a do Largo da Batata:

se, outrora, o Largo da Batata se caracterizou como um espaço verdadeiramente popular, com uma grande circulação de pessoas e com a presença de um forte comércio de cunho popular, hoje a sua realidade é bastante diferente, com processos de elitização que alteram o espaço e o esvaziam.

A gestão do prefeito João Doria (2017 – 2020), do PSDB¹, tomou ações que refletem bastante como os espaços públicos têm sido esvaziados de acordo com uma lógica que não prioriza as pessoas. O projeto urbanístico e a manutenção do Largo da Batata foram entregues ao shopping Eldorado, que fica próximo deste espaço. Tal ação motivou a retirada de um parque infantil de 286 metros quadrados, que havia sido produzido na gestão anterior da Prefeitura de São Paulo (Fernando Haddad, 2013 – 2016, do PT²). Motivou, ainda, a retirada de árvores que haviam sido plantadas pela comunidade, que cuidava delas com base em conhecimentos agroecológicos.³

Em 2017, houve ainda outro episódio significativo ligado ao Largo da Batata: após a entrega de uma pequena reforma, uma bandeira brasileira foi fincada em um alto mastro no meio daquele espaço. Na inauguração da reforma, o prefeito João Doria afirmou que o Largo da Batata era do povo, e que ele estava ali para entregar aquele espaço a todo o povo de São Paulo.⁴ A retirada do parque infantil, as árvores retiradas e a bandeira fincada ali, demonstram, entretanto, além da visão de espaços públicos planejados pelo capital privado, um ato político. O Largo da Batata foi um grande símbolo das manifestações de junho de 2013, que se iniciaram pela questão do transporte público em São Paulo. A presença da bandeira brasileira ali, então, significa muito mais uma retomada simbólica do controle daquele espaço.

Muito mais do que um espaço público que atende aos anseios da população, portanto, temos um espaço público planejado de acordo com a lógica do dinheiro:

Hoje as relações que se realizam nos espaços públicos da cidade são marcadas pelos contornos de uma crise urbana cujo conteúdo é a constituição da cidade como espaço de negócios, visando a reprodução

¹ Partido da Social Democracia Brasileira, fundado em 25 de junho de 1988.

² Partido dos Trabalhadores, fundado em 10 de fevereiro de 1980.

³ Gestão Doria retira parquinho para crianças e árvores do largo da Batata. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1912191-gestao-doria-retira-parquinho-para-criancas-e-arvores-do-largo-da-batata.shtml>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

⁴ Levantem a bandeira do Brasil, e não a do PT, diz Doria ao entregar "minirreforma". Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/09/16/levantem-a-bandeira-do-brasil-e-nao-a-do-pt-diz-doria-ao-entregar-minireforma.htm>>. Acesso em 28 nov. 2017.

econômica em detrimento das necessidades sociais que pontuam e explicitam a realização da vida urbana (CARLOS, 2014, p. 476).

Pensar na questão do direito à cidade, portanto, significa pensar muito além dos problemas práticos enfrentados no cotidiano das cidades. Precisamos considerar o significado do direito à cidade no bojo de uma situação de esgotamento da relação entre as pessoas e o modo de vida urbano característico da configuração atual de nossas cidades. Para Harvey (2014, p. 28), por exemplo,

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização.

O direito à cidade, então, está diretamente relacionado à possibilidade de pensar a cidade, seus rumos e de sonhar com uma cidade diferente, mais próxima dos anseios de quem efetivamente vive, produz e reproduz a vida urbana. O grande problema, porém, é que esta possibilidade não está disponível como deveria ou poderia. Pelo contrário, tal possibilidade existe, mas concentrada nas mãos de poucos. Harvey (2014, p. 63) comenta este problema afirmando que

O direito à cidade como hoje existe, como se constitui atualmente, encontra-se muito mais estreitamente confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos.

Carlos (2014, p. 479) complementa, ainda, que a falta de acesso da população ao direito à cidade configura uma crise, que se revela “[...] assim, em seu conteúdo eminentemente social; sinaliza a produção de um urbano no qual os acessos à cidade, como lugar da vida urbana, acham-se subsumidos ao valor de troca e às estratégias políticas”. O resultado é o estranhamento das pessoas em relação à cidade, já que, além de a cidade tornar-se desconfortável em um sentido amplo, lhes falta a possibilidade de opinar para a construção de uma nova realidade, ou seja, o próprio direito à cidade.

É importante, no entanto, questionarmos (compreendendo, desde já, os limites do próprio questionamento) a força perversa do capital. Às vezes, consideramos o capital, de forma bastante genérica, como uma entidade sem identidade, capaz de mover tudo o que

estiver em seu caminho. Como nos lembra Martins (1982, p. IX), porém, o modo capitalista de produção é sustentado por um modo capitalista de pensar:

O modo capitalista de pensar, enquanto modo de produção de ideias, marca tanto o senso comum quanto o conhecimento científico. Define a produção das diferentes modalidades de ideias necessárias à produção das mercadorias nas condições da exploração capitalista, da coisificação das relações sociais e da desumanização do homem.

É a partir da ação de diversos agentes, tanto do senso comum e dos vinculados ao campo científico, quanto dos formuladores de políticas e dirigentes de empresas, que o capital se efetiva como configurador da realidade das cidades, em um movimento que, por vezes, não é consciente, já que se tornou a simples reprodução de um paradigma de pensamento.

É possível, então, *colocar em relação* o planejamento das cidades sob a égide do capital como forma de pensamento dominante e a introdução da modernidade, realizando, desde já, um recorte para que se coloque em foco apenas a questão latino-americana. A modernidade, que chega como uma realidade transplantada de fora, ganha contornos importantes e particulares na América Latina, modificando a realidade social de maneiras que ressaltam o seu caráter inconcluso. Em síntese, como descreve Canclini (2015, p. 28),

[...] é necessário passar, dizia-se nos anos 60 e 70, dos comportamentos prescritivos aos eletivos, da inércia dos costumes rurais ou herdados a condutas próprias de sociedades urbanas, em que os objetivos e a organização coletiva seriam fixados de acordo com a racionalidade científica e tecnológica.

O ideal da modernidade consistia, portanto, na busca por uma sociedade construída de acordo com a ciência e o desenvolvimento econômico/tecnológico, o que moldou, diretamente, o planejamento urbano de nossas cidades. Buscar basear-se na racionalidade científica incorre no erro de considerar a ciência como *neutra* e de fato *científica*. Sem nos alongarmos muito em tal discussão, apresentaremos dois argumentos que questionam as premissas acreditadas sobre a ciência.

Sobre a ideia da *neutralidade* da ciência ou, em outra terminologia, da técnica, recorremos a Porto-Gonçalves (2011, p. 122), que afirma que “[...] a técnica não pode ser vista independentemente de um determinado contexto social, político e cultural”. Assim, o avanço da ciência e das técnicas atende ao propósito de outras esferas de poder, sendo a ciência concebida, muitas vezes, como um meio para a obtenção de resultados políticos e econômicos. Além, portanto, de a ciência refletir, de uma maneira ou outra, as concepções de

mundo do próprio cientista, ela é ditada, frequentemente, pelos interesses de grupos hegemônicos, justificando ações de caráter duvidoso sob a bandeira do cientificismo.

Sobre a ideia de sua *cientificidade*, nos voltamos ao trabalho realizado por Kuhn (1962), que aborda a estrutura das revoluções científicas, demonstrando que a ciência se estrutura a partir de grandes paradigmas que possuem uma influência massiva sobre as pesquisas realizadas em um período, e que demoram longos anos para serem superados. Sem questionar a validade ou o rigor científico das pesquisas realizadas em determinado período, precisamos reconhecer, no entanto, que os paradigmas da ciência acabam minando a assunção de trabalhos que questionem o que a ciência paradigmática afirma como científico.

O ideal de modernidade, entretanto, se baseou fortemente no cientificismo, numa postura positivista de classificar a realidade em um forte dualismo: pares opostos rígidos forjados para a explicação dos fenômenos do real, como as oposições “moderno e tradicional”, “desenvolvimento e pobreza”, “urbano e rural”, dentre tantas outras. Qualquer elemento que se situasse fora do que era considerado como moderno era classificado como inautêntico, como afirma Martins (2013, p. 17), ao falar que o moderno age

[...] relegando ao passado e ao residual aquilo que supostamente não faria parte do tempo da modernidade, como o tradicionalismo dos pobres migrados do campo para a cidade, a cultura popular e a própria pobreza. Seriam manifestações anômalas e vencidas de uma sociabilidade extinta pela crescente e inevitável difusão da modernidade que decorreria do desenvolvimento econômico e da globalização.

Sob o argumento da modernidade, então, as cidades foram sendo moldadas ao longo dos anos, acarretando em sua configuração atual: cidades pensadas segundo a lógica do indivíduo e a lógica do capital, excluindo a possibilidade de uma vida comum na cidade e a dimensão humana do planejamento urbano. O que aconteceu é que,

Por décadas, a dimensão humana tem sido um tópico do planejamento urbano esquecido e tratado a esmo, enquanto várias outras questões ganham mais força, como a acomodação do vertiginoso aumento do tráfego de automóveis. Além disso, as ideologias dominantes de planejamento – em especial, o modernismo – deram baixa prioridade ao espaço público, às áreas de pedestres e ao papel do espaço urbano como local de encontro dos moradores da cidade. Por fim, gradativamente, as forças do mercado e as tendências arquitetônicas afins mudaram seu foco, saindo das inter-relações e espaços comuns da cidade para os edifícios individuais, os quais, durante o processo, tornaram-se cada vez mais isolados, autossuficientes e indiferentes (GEHL, 2013, p. 3).

Isto resultou, no caso latino-americano, principalmente, em cidades que continham traços de modernidade que se baseavam no ideal teórico do planejamento, mas, também, diversas outras consequências práticas que são parte do moderno sem fazerem parte de sua concepção no plano das ideias, sendo encaradas como atrasos e deficiências. Os chamados *resquícios* de um outro período são, na verdade, parte integrante do que é a modernidade. A miséria, vista como um traço inconcluso do projeto modernizador é, na realidade, condição necessária para a modernidade (MARTINS, 2013). Como afirma Martins (2013, p. 19), “a modernidade anuncia o possível, embora não o realize”. A modernidade, portanto, é desfrutada por poucos, enquanto a maioria desfruta apenas do sonho da modernidade, do sonho de viver as imensas possibilidades anunciadas pelos projetos de modernização.

O resultado da produção das cidades a partir da lógica do capital combinada com os ideais do planejamento moderno, principalmente, foi a exclusão das pessoas como o fundamento para o planejamento urbano. Segundo Harvey (2014, p. 20), por exemplo:

A cidade tradicional foi morta pelo desenvolvimento capitalista descontrolado, vitimada por sua interminável necessidade de dispor da acumulação desenfreada capaz de financiar a expansão interminável e desordenada do crescimento urbano, sejam quais forem suas consequências sociais, ambientais ou políticas.

O desenvolvimento capitalista descontrolado como agente da “morte” da cidade tradicional, processo mencionado por Harvey (2014), é fruto da importância que a urbanização ganhou na absorção dos excedentes de capital. Produzir e desenvolver as cidades passou a ser parte do *modus operandi* dos processos de reprodução capitalista. Neste sentido, é evidente a impossibilidade de conciliar os interesses e anseios da população e as necessidades do capital, resultando na necessidade de questionarmos para quem e por quem as cidades têm sido, efetivamente, produzidas.

Harvey (2014, p. 49) é contundente na afirmação sobre a impossibilidade de comunhão entre os interesses que norteiam, atualmente, a produção das cidades e os ideais das pessoas, como a necessidade de identidade urbana, cidadania e pertencimento:

Nessas condições, os ideais de identidade urbana, cidadania e pertença, de uma política urbana coerente, já ameaçados pelo mal-estar da ética neoliberal individualista, tornam-se muito mais difíceis de manter. Até mesmo a ideia de que a cidade poderia funcionar como um corpo político coletivo, um lugar no qual e a partir do qual poderiam surgir movimentos sociais progressivos, parece – pelo menos superficialmente – cada vez mais implausível.

A nossa atual política urbana, de maneira genérica, é coerente, mas com os interesses dos poucos que detêm, de fato, a possibilidade do direito à cidade que,

[...] como hoje existe, como se constitui atualmente, encontra-se muito mais estreitamente confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos (HARVEY, 2014, p. 63).

Apesar da concentração deste direito nas mãos de poderes hegemônicos e de toda a crise urbana mencionada, a cidade conserva uma qualidade fundamental para a transformação da realidade: ela se configura como um campo fértil e muito importante para o surgimento de iniciativas contestadoras da ordem vigente e que procuram, de alguma maneira, com pautas variadíssimas e objetivos distintos, retomar a capacidade de intervenção nas cidades pelas pessoas que efetivamente a produzem diariamente, ou seja, retomar a questão do direito à cidade.

Mesmo com todos os problemas, as cidades são compreendidas por muitos como pontos de incubação de grandes movimentos e ideias (HARVEY, 2014), elementos que demonstram que aquelas, as cidades, possuem uma grande capacidade de planejamento e invenção de soluções para enfrentar suas crises e dificuldades (JACOBS, 2011). A cidade, portanto, pode ser o campo para o surgimento de iniciativas, individuais ou coletivas, que busquem ser alternativas ao modelo hegemônico, o que pode muda-las, fugindo de uma perspectiva da ação do poder público ou dos grandes atores hegemônicos; é a ação das pessoas que vivem nas cidades e que vivem as cidades.

De fato, temos vivenciado tal processo nos últimos anos com o surgimento de iniciativas muito variadas que têm, no entanto, um norte comum: atuar na transformação da realidade das cidades por meio de uma infinidade de ações. São iniciativas que têm, como objeto, a questão da mobilidade urbana, a questão ambiental, a ocupação de espaços públicos, o planejamento de ruas e calçadas, o combate à segregação socioespacial, a luta anticapitalista e muitas outras frentes, das quais mencionamos apenas algumas como exemplo. O fato, no entanto, é que tais iniciativas visam colocar, de novo, as pessoas como o fundamento para as ações urbanas. Como afirma Gehl (2013, p. 7),

[...] uma preocupação crescente com a dimensão humana no planejamento urbano reflete uma exigência distinta e forte por melhor qualidade de vida urbana. Existem conexões diretas entre as melhorias para as pessoas no

espaço da cidade e as visões para obter cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis.

A perspectiva de Gehl (2013) é muito significativa, já que nos traz um importante conceito: pensar o planejamento do espaço do ponto de vista arquitetônico é muito relevante para que a melhoria da qualidade de vida seja alcançada. No entanto, é a dimensão humana que efetivará, de fato, o potencial de cada espaço.

Neste sentido, Harvey (2014, p. 143) reforça a ideia das pequenas ações como transformadoras das cidades em que vivemos, afirmando que “as qualidades humanas da cidade emergem de nossas práticas nos diversos espaços da cidade, mesmo que eles sejam passíveis de cercamento, controle social e apropriação, tanto pelos interesses privados como pelos público-estatais”. A apropriação dos espaços pelos cidadãos com a consequente utilização diversificada destes espaços, a partir das práticas das pessoas, é o que os qualificará, em última instância.

A qualidade dos espaços não deixa de ser um fator de grande importância para a sua boa apropriação e para a valorização da vida comunal da cidade, fator que tem sido perdido progressivamente com um viver cada vez mais individualista. Entretanto, são as práticas que efetivarão o potencial de cada espaço. Para Harvey (2014, p. 144), por exemplo, “embora esses espaços e bens públicos contribuam intensamente para as qualidades dos comuns, faz-se necessária uma ação política por parte dos cidadãos e das pessoas que pretendam apropriar-se deles ou concretizar essas qualidades”. Finalmente, é a efetivação do direito à cidade como instrumento real o fator mais importante para a transformação da vida urbana.

Em síntese, há uma insatisfação urbana latente e uma busca pela retomada efetiva do direito à cidade, expressas pelo surgimento de grupos que visam, de alguma maneira, transformar a realidade e moldar as cidades de acordo com os seus anseios, em um claro movimento de impaciência, de descrédito com a ação do poder público e de tomada de consciência de que são as práticas efetuadas nos espaços que o qualificarão.

Uma das discussões que cresce com certo vigor e que possui importantes reverberações práticas é a questão da alimentação nas cidades, seja pelo seu acesso, seja pela qualidade do que é consumido. De fato, este é um tema que tem sido tratado há muitos anos, falando principalmente de uma dependência entre o urbano e o rural, com papéis definidos para cada um. Ao rural, portanto, caberia suprir o urbano com todo o alimento necessário pelos moradores das cidades. Em tempos de um processo de compressão do espaço-tempo,

reduzindo o tempo necessário para percorrer as mesmas distâncias (HARVEY, 1990), esta noção se aprofunda, e os alimentos são obtidos de lugares cada vez mais distantes.

O ritmo no qual a vida urbana moderna prossegue e a insignificância das barreiras geográficas são qualitativamente diferentes em termos de sua intensidade e abrangência, comparado com até mesmo 50 anos atrás (SASSEN, 1991), criando a percepção de que fontes alimentares locais são obsoletas. As cidades sequestram os alimentos dos confins do planeta através de um frágil sistema alimentar global onde os custos de energia estão aumentando e os retornos marginais de fertilizantes e pesticidas estão diminuindo, enquanto problemas ambientais, como degradação da água, perda de solo e perda de biodiversidade, estão se acumulando nos locais de produção de alimentos (BARTHEL; PARKER; ERNSTSON, 2015, p. 1322, tradução nossa).

Por conta dos avanços da tecnologia e de uma integração global cada vez mais intensa, aliado com o desenvolvimento histórico das cidades pautado pelos ideais da modernidade, a ideia de produzir alimentos nas cidades se tornou estranha e desnecessária. Se os lugares estão mais integrados e as distâncias são percorridas mais rapidamente, parece não ser vantajoso possuir fontes locais de produção de alimentos. Mais do que isso, as cidades parecem não apresentar possibilidades para o desenvolvimento de alimentos, já que os espaços que poderiam ser produtivos estão se tornando escassos devido aos rápidos processos de urbanização. Barthel, Parker e Ernstson (2015, p. 1322, tradução nossa) destacam que “[...] os agentes da compressão do espaço-tempo e da aceleração dos preços das propriedades tendem a remover os espaços verdes públicos das paisagens urbanas”.

Podemos compreender, portanto, que as cidades passam a depender mais e mais de fontes externas para a obtenção dos alimentos necessários para a reprodução de seus habitantes, depositando a sua confiança no sistema global de alimentos e criando a cultura de não saber como são produzidos e nem mesmo de onde vêm.

Os números sobre a fome no mundo demonstram, no entanto, que a confiança no sistema global de alimentos é falha. Embora não haja falta de alimentos, há problemas estruturais históricos que fazem com que a sua distribuição (e consequentemente o seu acesso) sejam extremamente desiguais. É por isso que

Aproximadamente 1 bilhão de pessoas passam fome hoje, de 923 milhões no início de 2008, 854 milhões em 2005 e 820 milhões em 1996. Pelo menos 2,5 bilhões de pessoas hoje carecem dos micronutrientes essenciais que são necessários para levar uma vida saudável e ativa. Deficiências de vitamina A e zinco ainda estão entre as principais causas de morte por doença em países em desenvolvimento. Além disso, entre um quinto e um quarto das mortes

infantis podem ser atribuídas ao baixo peso ao nascer e ao baixo peso na infância (DE SCHUTTER, 2011, p. 304, tradução nossa).

É preciso destacar que boa parte dessas pessoas vivem em áreas rurais muito pobres. No entanto, outro grande contingente de pessoas está vivendo atualmente nas cidades e enfrentando grandes dificuldades para a obtenção de alimentos de forma digna. Além disso, até mesmo as pessoas com melhores condições econômicas têm questionado, principalmente pela questão da saúde, o atual modo de alimentação nas cidades.

Todo o contexto mencionado sobre a alimentação nas cidades, em conjunto com a insatisfação das populações urbanas e com a busca pela efetivação do direito à cidade, tem feito ressurgir uma importante prática que está atualmente apresentando um grande crescimento: a agricultura urbana como possibilidade de apropriação de espaços, como alternativa alimentar e como alternativa para a construção de uma nova vida urbana.

A agricultura, de fato, não nasce como um novo fenômeno nas cidades. Há cultivos agrícolas nas cidades desde que elas existem. Mais que isso, a agricultura urbana já foi utilizada como ferramenta para solucionar ou amenizar os problemas da fome em diversas ocasiões, muitas vezes causados pelos ciclos excludentes de industrialização e urbanização ou por eventos catastróficos, como as Grandes Guerras Mundiais. Países como o Reino Unido, a Suécia, a Alemanha, e mais recentemente Cuba, demonstraram, em diversos momentos de crise, como a agricultura urbana pode ser uma solução eficaz para a produção de alimentos e para a melhoria efetiva e rápida das condições de vida das populações urbanas (BARTHEL; PARKER; ERNSTON, 2015).

Em toda a Europa, o ímpeto para a agricultura em lotes foi principalmente a escassez de alimentos. Também é onipresente a ascensão e queda da horticultura em lotes, precedendo e seguindo a escassez de alimentos causada por crises econômicas e políticas. Essa tendência é mais notável durante a Segunda Guerra Mundial (BARTHEL; PARKER; ERNSTON, 2015, p. 1323, tradução nossa).

Se a agricultura era utilizada como ferramenta para a solução de crises que geravam como um de seus problemas principais a escassez de alimentos, passados os momentos de crise, a agricultura perdia importância e a sua prática era diminuída nas cidades. Existiam ciclos de ascensão e de posterior queda do fenômeno da agricultura urbana, o que demonstra que, embora a agricultura sempre tenha existido nas cidades e tenha sido utilizada por

diversas vezes como alternativa para a produção de alimentos, não se tratava de uma prática contínua e que se mantinha a despeito das circunstâncias.

A agricultura urbana, nestes casos, não parece demonstrar o vigor de uma prática vista como algo desejável para as cidades, e sim como uma solução emergencial para um problema imediato que necessita de soluções rápidas, demonstrando ser uma prática de caráter transitório. Quando solucionado o problema, a agricultura não se fazia mais necessária e era descartada.

Esta é uma das grandes diferenças para o movimento atual de agricultura urbana que tem surgido novamente nas cidades: a sua prática parece ter o ímpeto de ser definitiva, e não mais transitória. A agricultura urbana não é vista mais apenas como uma rápida solução para um problema imediato, mas como uma pequena e lenta solução dentre diversas outras soluções necessárias para um problema construído durante muitos anos. Pourias, Duchemin e Aubry (2015, p. 176, tradução nossa) destacam que “nas cidades industrializadas, as preocupações crescentes com relação à qualidade dos alimentos e às condições ambientais e sociais da produção de alimentos estão atualmente levando a um interesse renovado na agricultura urbana”.

Os problemas não apresentam um caráter de emergência, embora sejam graves. Eles parecem ser problemas constantes que necessitam de soluções mais amplas do que um simples remédio pontual. O interesse recente na agricultura urbana demonstra estar mais ligado na transformação gradual das cidades do que na rápida solução de um problema específico e localizado.

Há ainda, no entanto, um certo estigma sobre a prática da agricultura urbana. Ela parece continuar sendo enxergada como uma atividade temporária, a despeito de seus resultados efetivos na redução da pobreza. O que está em questão, muitas vezes, é se a agricultura urbana de fato apresenta possibilidades para a transformação real e efetiva das cidades, e não apenas como uma prática de curto prazo.

Embora ainda seja considerada uma atividade temporária ou marginal que não leva a um desenvolvimento urbano sustentável, a agricultura urbana (AU) melhora a situação econômica e a saúde das famílias pobres e vulneráveis e, mais especificamente, das mulheres e filhos (DUCHEMIN; WEGMULLER; LEGAULT, 2008, p. 43, tradução nossa).

A visão que considera a agricultura urbana como uma atividade temporária ou marginal é contraposta com os seus resultados práticos atualmente: a agricultura urbana

melhora a situação econômica e social de famílias vulneráveis. Se transitória ou não, a prática da agricultura urbana desempenha um papel importante na produção mundial de alimentos.

Segundo Smit *et al.* (1996), 800 milhões de pessoas em todo o mundo praticam a agricultura urbana. Duzentos milhões deles estão envolvidos na produção do mercado e 150 milhões estão empregados em período integral. Essas pessoas produzem aproximadamente 15% dos produtos alimentícios do mundo (DUCHEMIN; WEGMULLER; LEGAULT, 2008, p. 43, tradução nossa).

Os dados apresentados, embora já desatualizados, demonstram como a agricultura presente dentro das cidades ou em suas bordas pode ser produtiva e pode contribuir para a promoção de uma alimentação acessiva e saudável. A agricultura urbana é uma alternativa definitiva para a produção de alimentos, e o estigma de que ela é somente uma prática transitória deve ser superado.

Além disso, outra novidade do movimento recente de agricultura urbana que tem ressurgido é o fato de que esta passa a ser não somente uma opção para a produção de alimentos, englobando também outras funções que a tornam uma ferramenta efetiva para a busca de cidades melhores, já que “[...] combina questões agrícolas com aquelas relacionadas ao desenvolvimento da cidade. Tem um impacto direto e indireto nos vários aspectos da qualidade de vida dos cidadãos” (DUCHEMIN; WEGMULLER; LEGAULT, 2008, p. 43, tradução nossa).

1.2. Na busca pelas categorias e relações sobre a prática da agricultura urbana

Uma das práticas mais interessantes dos últimos anos, tendo adquirido um novo significado, é a agricultura urbana. A agricultura urbana e periurbana (AUP) tem se revelado uma importante e oportuna prática alternativa ao modelo hegemônico de cidade, principalmente por seu potencial multifuncional de transformação territorial, ambiental, econômica, social, política e cultural. Tomando o cuidado para não superestimar o potencial da agricultura urbana e para não a considerar como a solução necessária e definitiva para todos os problemas urbanos de todas as cidades e em todos os contextos, é necessário, de fato, reconhecer que esta prática possui uma grande abrangência, interferindo em diferentes setores urbanos e promovendo resultados muito diversos.

Na figura 1, temos um esquema que retrata a multifuncionalidade da agricultura urbana. Cabe destacar que isso não quer dizer que qualquer experiência de agricultura nas

ciudades gere interferências e resultados em todas as áreas destacadas. Isso demonstra, na verdade, que as experiências de cultivos nas cidades podem ter diferentes enfoques e podem tratar problemas urbanos específicos, de acordo com o desenvolvimento de cada iniciativa de agricultura urbana.

Figura 1 - Áreas influenciadas pela prática da agricultura urbana. Fonte: Duchemin, Wegmuller e Legault, 2008, p. 44, adaptação e tradução nossas.

O esquema destaca oito áreas que seriam afetadas pela prática da agricultura urbana, que promoveria melhorias nelas de acordo com o enfoque de cada experiência de cultivo na cidade. A agricultura urbana seria promotora de **educação**, dado o caráter pedagógico das hortas urbanas e de outras formas de agricultura que ensinam valores ambientais, evidenciando como os alimentos são produzidos e de onde vêm, e atuam na conscientização das populações sobre aspectos alimentares importantes. Além disso, seria uma ferramenta para o **planejamento urbano**, visto ser uma prática que transforma a cidade pela junção da construção de espaços e de sua efetivação pelas práticas das populações residentes na cidade.

A agricultura urbana também tem influência nos **aspectos econômicos**, já que promove a produção de alimentos localmente, com baixos custos produtivos e logísticos, sendo uma alternativa de consumo mais barata e até mesmo uma alternativa para o autoconsumo, reduzindo a dificuldade de acesso aos alimentos apresentada por muitas

famílias vulneráveis. A agricultura urbana também se apresenta como uma opção dentre as **atividades de lazer**. As hortas urbanas propiciam espaços de interação social e de interação com a natureza, reconectando o ser humano com a terra e possibilitando uma alternativa para que o tempo seja aproveitado de outra maneira. A agricultura nas cidades também é promotora de **saúde**, outro importante aspecto que pode ser valorizado a partir de experiências de cultivos urbanos. Tanto pela questão do consumo de alimentos mais saudáveis, que promovem melhorias diretas na saúde das populações urbanas, quanto pelo fato de as pessoas saírem de sua inércia urbana e do sedentarismo para a prática de uma atividade que promove, de alguma maneira, exercícios físicos, a agricultura urbana se mostra eficiente como ferramenta para a efetivação da saúde urbana.

Pensando no aspecto alimentar, cultivar nas cidades permite a consolidação da **segurança alimentar**, reduzindo a dependência externa para o consumo de alimentos e promovendo alternativas locais de alimentação barata, saudável e acessível, seja para compra, seja para o consumo próprio, auxiliando na superação da pobreza urbana e da fome, problemas muito comuns nas grandes cidades latino-americanas. As mudanças no **ambiente** também são possíveis a partir da prática da agricultura em espaços urbanos. Os resultados são interessantes, e demonstram como cultivar nas cidades pode ser uma alternativa para a reabilitação ecológica de cidades, através da formação de malhas verdes e da proteção da biodiversidade existente. Finalmente, esta prática também colabora para a **sociabilidade** urbana, recuperando uma instância da vida cidadina que demonstra ter sido perdida, em muitos casos. Trata-se da recuperação dos laços comunitários em torno de um objetivo comum: cultivar alimentos nas cidades.

Como já destacamos, afirmar que a agricultura urbana é um fenômeno multifuncional não significa dizer que todas as instâncias afetadas serão contempladas em uma experiência de agricultura urbana. Cada espaço produtivo, dependendo de seu enfoque e de seus objetivos, influenciará mais uma área das áreas descritas do que outra, embora possa influenciar mais de uma ao mesmo tempo. Para analisar a agricultura urbana de uma determinada cidade, precisamos considerar as particularidades e especificidades de cada experiência, considerando cada iniciativa de agricultura urbana algo personalizado.

Duchemin, Wegmuller e Legault (2008, p. 48, tradução nossa) destacam que o enfoque de cada experiência e, conseqüentemente, os seus resultados, dependem bastante das necessidades de cada população, tendo relação com os níveis econômicos apresentados.

Ao contrário das cidades do sul, onde a AU desempenha um papel de produção alimentar e comercial (Smit *et al.*, 1996; Mougeot, 2006), os objetivos estabelecidos pelos projetos da AU em cidades de países industrializados nunca são centrados apenas na produção de alimentos. O cultivo, neste caso, torna-se um pretexto para a ação social (atividades de lazer, educação, trabalho em rede, solidariedade, empoderamento, atividade física, ativismo político).

Este é um aspecto que colabora para explorar uma questão que surge, com frequência, quando tratamos da agricultura urbana. Parece existir uma noção de que o atual movimento de agricultura urbana nada mais é do que uma distração para pessoas ricas, ou ao menos com bons níveis de renda. A agricultura urbana é muitas vezes caracterizada como um movimento de elite. No caso de São Paulo, falando especificamente do recorte de nossa pesquisa, o movimento ressignificado de agricultura urbana parece surgir exatamente de pessoas de renda mais elevada, em bairros mais centrais e como uma atividade que vai muito além da produção de alimentos.

Contando com o caso de Bogotá como auxílio para a reflexão, no entanto, parece ficar claro que a agricultura urbana desempenha papéis importantes para pessoas de todos os estratos sociais, sendo uma prática verdadeiramente multifuncional e causando diferentes resultados onde é aplicada. Seja para a produção de alimentos, seja para fins de lazer ou para qualquer outra finalidade, o fato é que as pessoas têm saído de suas casas – ou até mesmo apropriado os espaços domésticos de maneira diferente – para produzir alimentos, causando resultados práticos diversos e que contribuem para a obtenção de cidades melhores.

Além disso, outra noção que parece permear grandemente a questão da agricultura urbana é que seus resultados mais importantes não são produtivos, e sim resultados que atingem diferentes áreas, porém de maneira periférica. Se a agricultura – uma atividade intrinsecamente ligada aos aspectos produtivos – não apresenta como resultado principal a produção de alimentos, é possível que ela seja uma prática com tempo de vida limitado. Ocorre que, apesar de as motivações para a realização de experiências de agricultura urbana serem diversas, os alimentos continuam sendo um de seus produtos principais e importantes. Tomando o exemplo de estudos realizados em Paris (França) e Montreal (Canadá), cidades que apresentam elevados níveis de renda e com o recorte específico das hortas comunitárias, que costumam valorizar, principalmente, a apropriação de espaços urbanos e a sociabilidade entre as pessoas como resultados desejáveis, ficou claro que a agricultura urbana, mesmo realizada em hortas comunitárias, pode suprir boa parte da demanda urbana de alimentos.

“[...] Esses estudos concluíram que uma parte substancial da demanda de alimentos urbanos poderia ser produzida dentro dos limites das cidades, colocando as terras vazias em produção” (POURIAS; DUCHEMIN; AUBRY, 2015, p. 176, tradução nossa).

Para que possamos nos aprofundar nas discussões sobre a agricultura urbana, no entanto, é necessário que retomemos alguns conceitos importantes que colaborarão para a delimitação desta prática. Um dos problemas que precisa ser resolvido para que a agricultura urbana seja compreendida de maneira mais adequada é a divisão entre o rural e o urbano mencionada anteriormente, em que cada um deles desempenha um papel específico especialmente na questão da produção de alimentos. Nos deteremos, portanto, na reconceituação das categorias analíticas *rural* e *urbano*.

Falar de uma agricultura e qualificá-la como urbana causa certo estranhamento. A agricultura parece, inicialmente, um fenômeno confinado aos espaços classificados como rurais, e a prática da agricultura nas cidades e, mais ainda, nas grandes cidades, parece ser apenas um *resquício* do que não é moderno, apenas uma permanência de algo que tende a acabar com o processo de desenvolvimento da cidade. No sistema de classificações dualistas característico do pensamento moderno, falar de urbano e rural ou de cidade é campo é falar de noções que se excluem, pares totalmente opostos.

É por isso que, quando pensamos em agricultura, costumamos fazer a sua associação imediata com o meio rural. O rural, portanto, é frequentemente apreendido como sendo totalmente vinculado aos aspectos agrícolas, com o foco direcionado na atividade de cultivar algo. De fato, rural e urbano foram enxergados – geralmente e ao longo do tempo – como categorias estanques, imobilizadas. O rural, como um conceito que abarcaria o que é próprio do campo, estaria confinado geograficamente a ele. Com o urbano, a mesma dinâmica. Ele, expressão de um modo de vida característico das cidades, estaria a elas confinado.

Quando olhamos para a realidade, no entanto, vemos que tais categorias inflexíveis não dialogam com o que é observado pelos olhos. Estudos mais recentes, em conformidade com o afirmado, têm demonstrado a necessidade de que as categorias rural e urbano sejam repensadas à luz do que tem acontecido na realidade, como é o exemplo do crescente fenômeno da agricultura urbana. Não é possível encaixar o recente ressurgimento da agricultura como uma possibilidade e como uma prática que apresenta crescimento, nas cidades, a partir da falta de movimento das categorias *rural* e *urbano*. Neste sentido, a discussão realizada por Rua (2006) é bastante relevante. O autor, tratando da necessidade de

uma revisão conceitual de rural e de urbano, propõe um novo modo de enxergar a realidade baseado na noção de *hibridez*.

Devemos propor um outro modo de ver a realidade, oposto àquele fundado em dois polos distintos – rural e urbano, retomando a ideia de um espaço híbrido, isto é, um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações (variando em cada momento histórico) [...] (RUA, 2006, p. 88).

A elucidação sobre o conceito de *hibridez* pode ser buscada no estudo de Canclini (2015) sobre culturas híbridas. Para Canclini (2015, p. XIX), a hibridação se caracteriza por “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”. A combinação de diferentes elementos, eles mesmos frutos de outros processos de hibridação, gera híbridos, que mesclam as características das estruturas ou práticas combinadas em um novo elemento.

Falar de *espaços híbridos* na discussão sobre as categorias de rural e de urbano demonstra a possibilidade de não encararmos a realidade a partir de categorias estanques, e sim de formular nossas categorias a partir do que acontece na realidade. O real apresenta uma dinâmica que não pode ser representada pela antiga divisão rural-urbano, e pensar em espaços híbridos é uma solução interessante para compreender o movimento que ocorre entre o rural e o urbano e também as experiências atuais tanto em espaços tradicionalmente rurais, quanto em espaços tradicionalmente urbanos. Tal possibilidade indica, portanto, a compreensão de que olhar analiticamente para o campo não traz como resultados apenas elementos rurais, da mesma forma que olhar para a cidade não resulta na apreensão apenas de elementos urbanos. No campo, há elementos urbanos, e na cidade, elementos rurais, e estes diferentes elementos são combinados e mesclados, gerando novas territorialidades particulares e diversas.

O conceito de espaço híbrido – em oposição à noção de rural e de urbano como categorias estanques – possui na sua essência a ideia de movimento, de um campo que abriga elementos urbanos que, em contato com o rural, adquirem feições próprias diferentes das que tinha. Suzuki (2007, p. 144) corrobora a noção de espaço híbrido e ressalta que a separação entre rural e urbano baseada no perímetro urbano é insuficiente:

[...] o perímetro urbano é extremamente falho para a diferenciação do rural e do urbano, sobretudo porque há, por um lado, muito de rural em aglomerações urbanas, particularmente as mais diminutas, mas, também, nas médias e nas grandes, ou mesmo nas metrópoles. Enquanto, por outro

lado, há muito de urbano no campo brasileiro, sobretudo nas áreas mais próximas das metrópoles ou das cidades de maior porte.

Tal noção de espaço tem apoio teórico em estudos recentes. A Geografia tem como um de seus objetos centrais o *espaço*. Conceituá-lo, então, geograficamente, não é uma tarefa fácil, já que este tem sido um importante tema de debate na construção do saber geográfico. Para a análise que estamos propondo, falando de um espaço que possui na sua essência a ideia de movimento e que é, por si só, um híbrido de diversas práticas e estruturas, abarcando elementos rurais e urbanos ao mesmo tempo, o conceito de espaço se torna uma importante categoria para a compreensão da realidade, carecendo de uma melhor definição. Nos apoiamos, portanto, na conceituação de espaço de Thrift (2006). Ao falar de uma virada espacial (*spatial turn*), que seria o reconhecimento de um processo constante de criação de espaços e territórios, o autor destaca que o mundo é feito de todas as coisas sendo colocadas em relação umas com as outras pelos diversos espaços, em um contínuo processo de *encontros* (THRIFT, 2006).

A noção de diversos espaços sendo colocados uns em relação com os outros tem algumas implicações importantes. Olhar para o espaço e deter-se só no seu revestimento, apreendendo somente o superficial, por exemplo, se torna insuficiente. É necessário que sejam adotadas abordagens teóricas mais abstratas e mais empíricas, buscando captar a profundidade das formas que constituem determinado espaço. Além disso, tal abordagem sobre o espaço visa, em última instância, poder analisar a sociedade sem cair em categorias estáticas, que simplificam os fenômenos e acabam mascarando a realidade das coisas (THRIFT, 2006).

Podemos relacionar a perspectiva de espaço trazida por Thrift (2006) com a proposta de Rua (2006, p. 90), que é tentar “uma visão mais integradora das territorialidades em que o urbano e o rural se mesclam definindo particularidades e singularidades que marcam cada localidade”, ou seja, compreender como o contato entre o urbano e o rural gera, pelos processos de hibridação, novas territorialidades específicas. Um dos grandes potenciais da agricultura urbana e que ajuda a explicar a sua multifuncionalidade parece residir justamente na sobreposição que ocorre, quando surge uma experiência de cultivos na cidade, entre o rural e o urbano, formando territorialidades muito particulares.

A sobreposição de elementos rurais e urbanos formando territorialidades particulares aparenta deixar, nestas territorialidades, marcas distintivamente urbanas ou marcas

distintivamente rurais. Quando vemos, no campo brasileiro, o surgimento de pequenos núcleos urbanos com a função principal de abastecer o agronegócio, é possível notar uma sobreposição entre o rural e o urbano que resulta em uma territorialidade com marcas urbanas, mesmo em meio a um espaço tradicionalmente rural. A categoria de *territorialidades*, portanto, apresenta limitações e pode ser aprofundada. Se focalizarmos a questão na agricultura urbana, por exemplo, vemos que a sua existência cria uma territorialidade particular, fruto da conjunção entre um elemento tipicamente rural (a agricultura) com o urbano, sem, no entanto, perder a sua qualidade de rural. Rua (2006) propõe algo similar, falando, no entanto, da presença do urbano no campo. A partir de sua proposta, certas expressões territoriais tipicamente urbanas que ocorrem no campo não seriam novas ruralidades, por estarem presentes no campo, e sim o urbano ali presente, caracterizando *urbanidades no rural* ou, de maneira mais clara, urbanidades no campo. Da mesma forma, podemos pensar no fenômeno da agricultura urbana como uma *ruralidade na cidade*, uma expressão territorial distinta do urbano, mas que ocorre nele, gerando territorialidades particulares e diversas. As fronteiras conceituais de rural e urbano, portanto, seriam sublimadas, fazendo com que a análise dos fenômenos seja feita a partir do que acontece, baseada no dinamismo da realidade.

Urbanidades e ruralidades são categorias que apresentam uma ampla gama de significações e de usos. A categoria de “urbanidade”, nas obras de Lefebvre, aparece no contexto de um projeto de sociedade futura, referindo-se às qualidades deste novo urbano (em associação com a cidade). Ruralidade tem sido encarada em estudos recentes a partir de sua variação denominada de “novas ruralidades”, caracterizando as maneiras de organização e de reorganização dos espaços rurais ou tradicionalmente não urbanos, com o foco de analisar como o rural tem sido transformado e adaptado, perspectiva que ganhou espaço nos estudos latino-americanos (RIVERA; CAMPOS; 2008). O termo ganhou importância, no entanto, com a escola britânica de Geografia na perspectiva de uma virada cultural nos estudos geográficos. Neste sentido, a categoria de “ruralidade” seria compreendida como qualidade do rural (em associação com o campo), com os estudos focados em sua *representação* e em sua *construção* (LITTLE, 1999). Kikuchi (2008), apontando a ruralidade como uma opção dentro da urbanidade, define as categorias como expressão da atmosfera e dos traços culturais das cidades ou do campo.

É necessário, no entanto, que façamos uma ressalva. Ao falarmos de ruralidades como qualidades do rural e, geograficamente, do campo, devemos tomar cuidado para não cairmos em uma idealização do rural. Não estamos falando de um rural que apresenta como característica principal o idílico, como uma forma harmoniosa, bela, natural, inocente e desprovida de contradições. A intenção é considerar quais têm sido, efetivamente, as qualidades e características de nosso campo e de nossas cidades que marcam modos de vida distintos.

Dentro das possibilidades de compreensão das categorias de urbanidade e ruralidade, optamos, portanto, por considerá-las na perspectiva de qualidades características das cidades (urbanidades) ou do campo (ruralidades). Alencar (2017, p. 204) destaca, por exemplo, a coexistência de urbanidades e de ruralidades como elemento importante para a promoção de incrementos na qualidade de vida.

A coexistência de urbanidade e ruralidade, para efetivar melhoria na qualidade de vida e consequentemente melhor desenvolvimento humano e regional, mesmo que a condição urbana continue a ser o alvo performativo até mesmo no aspecto físico-urbanístico da região, requer que: se torne visível o rural na região; sejam valorizados seus conteúdos culturais; admitida a economicidade da sua dimensão mesmo que não atendendo a ganhos competitivos inter-regionais, mas possibilitando a produção material e social da vida de homens e mulheres e, com isso, contribuindo para a “governabilidade” social e para a não desfiliação. Nessa coexistência, o conteúdo da disputa e da cooperação compõe o relacionamento dos sujeitos sociais cujo trabalho de produção da vida material está relacionado ao mundo rural (ALENCAR, 2017, p. 204).

Falando da perspectiva das regiões metropolitanas, para a efetivação da melhoria na qualidade de vida, seria necessário que o rural fosse visibilizado e valorizado, e não algo visto como resquício ou atraso. Trata-se da ideia de reconhecer as territorialidades particulares constituídas como ruralidades ou urbanidades e de enxergá-las, valorizando-as e permitindo que a sua coexistência seja potencializada para a melhoria real das condições de vida das populações ali residentes. Mais uma vez,

Trata-se de integrar sem hierarquização as múltiplas dimensões constituintes do ser humano em suas experiências objetivas e subjetivas, o que vem ao encontro do interesse em pensar uma categorização de campo e cidade metropolitanos como uma noção inteira. Implica em abrir possibilidades políticas na direção de ordenamentos sociais favoráveis a um padrão de desenvolvimento que integre múltiplas dimensões do ser humano em condições materiais, sociais, psíquicas, culturais etc. (ALENCAR, 2017, p. 233).

Enxergamos, no entanto, o potencial de que, com o tempo, as práticas sejam absorvidas pelo urbano ou pelo rural. A agricultura urbana, por exemplo, ainda é um fenômeno visto com estranheza nas cidades, como uma prática fora de lugar. Imaginamos que será possível, porém, que no futuro a agricultura urbana se constitua como uma nova urbanidade, como uma expressão particular da agricultura desenvolvida nas cidades, incorporado ao modo de vida urbano e parte constituinte deste urbano: um urbano constituído de muitos territórios diferentes que o qualificam.

A estranheza com a presença da agricultura urbana nas cidades tem sua origem principal nos processos que descrevemos anteriormente, ligados substancialmente ao planejamento moderno. Apesar de ser uma prática que fez parte da tessitura das cidades por um longo período, a agricultura foi perdendo cada vez mais espaço, sendo vista como sinal de atraso e de primitivo. Além disso, com a aceleração da expansão urbana e com o avanço do mercado imobiliário, o cultivo nas cidades foi sendo, progressivamente, direcionado para outras áreas (SUZUKI; BERDOULAY, 2016).

Ao mesmo tempo, no entanto, com a sua nova significação, a prática da agricultura nas cidades aponta para a possibilidade de ser absorvida como parte de uma nova urbanidade. Suzuki e Berdoulay (2016, p. 5) visualizam este potencial, afirmando que “[...] constata-se, de fato, hoje, uma valorização das diferenças espaciais, da diversidade de ambientes, e as possibilidades de desenvolvimento oferecidas por contextos geográficos diferentes”. Para a mudança das cidades, o potencial reside no diferente. Constatamos, novamente, a importância do conceito de espaço defendido por Thrift (2006). É baseada nos particulares, nos casos pequenos, nos espaços diversos que a transformação das cidades pode ocorrer, qualificando os seus próprios espaços.

Estão em jogo, também, para que compreendamos corretamente o fenômeno da agricultura urbana, os conceitos de sociedade e natureza. Para Classens (2014), as conceituações equivocadas de sociedade e natureza fazem com que parte dos acadêmicos que se dedicam a estudar a agricultura urbana subestime o seu potencial, e que outra parte o superestime. Segundo Classens (2014, p. 230, tradução e grifo nossos), os equívocos principais seriam dois:

[...] a maior parte da academia preocupada com as hortas urbanas tende a cair na postura familiar de **(a) enquadrar 'natureza' e 'sociedade' como esferas distintas**, e **(b) confundir 'natureza' com 'bom'** e atribuir supostos benefícios de hortas urbanas com base neste equívoco.

Classens (2014) argumenta que há uma separação conceitual histórica entre a natureza e a sociedade, intensificada pelo projeto da modernidade, e que esta separação é incorreta. É fácil lembrar da discussão há pouco realizada sobre a inadequação da separação estrita entre o rural e o urbano, e de como as duas questões dialogam fortemente. Ele ainda argumenta que esta separação faz com que tanto a academia que celebra a agricultura urbana, quanto a academia crítica⁵ a esta prática, possuam basicamente a mesma concepção de natureza e de sociedade.

Em ambos os campos acadêmicos afeitos e críticos das hortas urbanas, a natureza é considerada a "coisa" das hortas, e a sociedade é assumida como sendo as pessoas, práticas e cidades que cercam a horta. A medida em que esse sentimento é incorporado é evidenciada pelo fato de que as questões da natureza e da sociedade, separadas ou não, raramente são levantadas dentro da academia que estuda as hortas urbanas. Isso reflete um padrão mais amplo de entender as cidades como separadas da natureza e vice-versa (CLASSENS, 2014, p. 234, tradução nossa).

A citação demonstra a clara separação teórica que existe entre a natureza e a sociedade. De fato, a agricultura urbana tem sido enxergada, muitas vezes, como produtora de ambientes naturais, enquanto cercada de elementos sociais, reforçando a compreensão de que natureza e cidade não se combinam, algo muito similar a ideia já discutida sobre a separação conceitual entre o rural e o urbano. Isto reforçaria outra ideia que aparece em algumas literaturas que tratam do fenômeno da agricultura urbana: a noção de que as cidades são ruins, ou seja, um sentimento de antiurbanismo.

Esta ideia derivaria de um dos equívocos mencionados por Classens (2014): a assunção de que “natureza” é sinônimo de “bom”. Se a natureza e a sociedade são conceitos justapostos e a natureza é boa, as hortas urbanas, produtoras de natureza dentro das cidades, representariam espaços de qualidade, enquanto a sociedade que os cerca – ou seja, o resto

⁵ Classens (2014) compreende que existam duas tendências dentro dos estudos sobre a agricultura urbana. A tendência positiva seria a de considerar a agricultura urbana como uma importante ferramenta para a solução de problemas urbanos e como uma importante alternativa alimentar. Esta tendência, no entanto, parece supervalorizar a capacidade de intervenção dos cultivos na cidade. A segunda tendência seria negativa, e consideraria a agricultura urbana apenas como uma ferramenta do capitalismo neoliberal para que as pessoas assumissem funções que antes eram do Estado, como a provisão de alimentos e a solução de problemas urbanos. Esta tendência parece, contrariamente à positiva, subestimar o potencial transformador da agricultura urbana. Para Classens (2014, p. 234, tradução nossa), “[...] no momento, duas tendências persistem dentro da agricultura urbana. Reiterando, por um lado, as hortas urbanas são enquadradas como locais capazes de resistir e transformar inequivocamente as diversas patologias do complexo alimentar contemporâneo e as da condição urbana mais ampla. Por outro lado, os jardins urbanos são entendidos como locais que reproduzem ativamente as condições necessárias para manter as cidades neoliberais e os sistemas alimentares”.

da cidade –, espaços ruins. Trata-se de uma supervalorização da natureza e de uma igualmente intensa desvalorização da sociedade.

Para começar, imbuir a natureza com um conjunto de qualidades intrínsecas e externalizadas, como a academia afeita tende a fazer, representa um tipo perverso de antiurbanismo, no qual uma fronteira artificial entre a natureza e a sociedade, a cidade e o campo, na verdade enfraquece a promessa de um verdadeiro "jardim urbano". As concepções modernistas da natureza e da sociedade limitam a possibilidade de hortas urbanas criando uma fronteira conceitual, embora talvez desarticulada e mal definida, entre a "cidade" e a "horta" (CLASSENS, 2014, p. 235, tradução nossa).

A separação descrita parece cristalizar a agricultura urbana como um elemento externo às cidades, sendo uma manifestação rural – e mais especificamente natural – dentro dos limites urbanos. Se, no entanto, a separação conceitual entre natureza e sociedade é incorreta, produto de concepções modernistas arraigadas no pensamento científico e na prática do senso comum, o caminho, mais uma vez, é considerar a hibridez como possibilidade de análise. Classens (2014, p. 231, tradução nossa) destaca o caminho por ele adotado em sua análise e a solução teórica que foi por ele adotada.

Seguindo esta introdução, eu delinheiro debates que expuseram a artificialidade da distinção entre "natureza" e "sociedade", as falhas conceituais e práticas com o entendimento da natureza e da sociedade como separadas, e a solução conceitual proposta pelo hibridismo socio-natural.

O caminho adotado por Classens (2014) consiste em considerar a agricultura urbana um fenômeno híbrido, possuindo características naturais, mas também contornos sociais fundamentais que possibilitam a sua existência e que a tornam parecida com qualquer outro fenômeno urbano.

É claro que existem elementos "naturais" dentro das hortas urbanas; no entanto, há também muito claramente muitas contribuições "sociais", sem as quais as hortas urbanas não poderiam existir. A horta urbana, a esse respeito, é pouco diferente de qualquer outro elemento da forma urbana construída, e é, em alguns aspectos, tão "social" quanto qualquer aspecto urbano que pretenda abrandar (CLASSENS, 2014, p. 234, tradução nossa).

Se a agricultura urbana é quase tão social quanto qualquer outro elemento urbano típico, considerá-la como apenas um elemento estranho nas cidades, fora de lugar e transitório é minar as suas possibilidades de ser uma prática de fato transformadora. É o que Classens (2014, p. 236, tradução nossa) afirma, dizendo que

Essa ideologia, por exemplo, garante que a "natureza" continue a ser entendida como um insumo econômico, como recurso natural, como algo que existe "lá fora" em algum lugar. Se uma horta urbana é entendida como uma curiosidade urbana, como uma fuga vagarosa do mundo urbano, então ela pode nunca ser posicionada como uma opção viável e escalável para combater o sistema alimentar capitalista.

Podemos compreender que, enquanto a agricultura urbana não for assumida como uma prática que faz parte das cidades, o seu potencial de alternativa será sempre diminuído, já que será sempre enxergada como algo externo. Para ser efetivamente uma alternativa alimentar, por exemplo, é necessário que a agricultura urbana seja compreendida como uma prática híbrida e que passa a ser incorporada na dinâmica urbana, não sendo mais um elemento externo e estranho, ou seja, convertendo-se numa urbanidade. Classens (2014, p. 236, tradução nossa) corrobora esta ideia ao afirmar que a ideologia de separar natureza e sociedade acaba “[...] fechando a possibilidade de que as cidades, não apenas pequenos trechos dentro delas, sejam lugares ‘adequados’ para cultivar alimentos” e que, “[...] em vez disso, as hortas urbanas precisam ser entendidas como parte do tecido urbano e como um uso legítimo do espaço urbano”.

Parece ser não só uma possibilidade, mas algo imperativo, que a agricultura urbana passe de uma ruralidade na cidade para uma urbanidade, um elemento próprio dos espaços urbanos que oferece diferentes perspectivas de transformação para os diversos problemas citadinos. Além disso, que os espaços produtivos da cidade não sejam compreendidos como fugas do urbano, como momentos fora do tempo da cidade, mas como espaços que participantes da dinâmica urbana, embora com características diferentes de outros espaços.

Uma manobra mais produtiva é esforçar-se para entender melhor a "urbanidade" das hortas urbanas, não como uma pausa de um mundo demasiadamente social, mas como elementos cruciais e constitutivos do urbano. Em outro nível, as perspectivas antiurbanas nos estudos de hortas urbanas podem ser responsáveis por um localismo insular e paroquial, no qual os limites físicos da horta são fetichizados em um esforço para "manter a cidade fora". Isso pode limitar o pensamento sobre as maneiras pelas quais os limites físicos e conceituais da horta podem ser expandidos ou eliminados para permitir o aumento da prática agrícola urbana.

Nesta perspectiva, as cidades se configuram, então, inerentemente, em lugares de encontros: encontro de espaços diferentes (THRIFT, 2006), de pessoas diferentes, de práticas variadas, de muitas culturas, de territórios diversos, de elementos urbanos e rurais, que podem ser apropriados pelas dinâmicas urbanas, tornando-se elementos constitutivos da

própria cidade. Gehl (2015, p. 23) ressalta esta característica e fala sobre a experiência de viver a diversidade proporcionada pelas cidades, originada pela ação das pessoas:

Experienciar a vida na cidade é também um entretenimento estimulante e divertido. As cenas mudam a cada minuto. Há muito a se ver: comportamentos, rostos, cores e sentimentos. E essas experiências estão relacionadas a um dos mais importantes temas da vida humana: as pessoas.

A presença da agricultura urbana nas cidades pode ser um novo rosto ainda pouco comum, algo que não fazia parte do cotidiano urbano que nos acostumamos a conhecer. Talvez estejamos acostumados a reconhecer em parques a natureza que nos parece roubada, contando ainda com a frágil separação teórica entre a natureza e a sociedade, e talvez pareça que as hortas urbanas sejam apenas outros espaços produtores de natureza, ou seja, de elementos estranhos ao urbano. Acontece que estes espaços são efetivados e consolidados a partir das pessoas. São elas que tornam as hortas urbanas, por exemplo, em espaços híbridos que têm todo o potencial de serem apropriados pela cidade.

Falamos, até agora, de uma das principais questões teóricas relacionadas à prática da agricultura nas cidades: as divisões conceituais e práticas entre o urbano e o rural e entre a sociedade e a natureza, que suscitam outras questões importantes, ressaltando a necessidade de que tenhamos categorias sólidas e adequadas para o estudo da agricultura urbana. Neste sentido, construímos um embasamento teórico baseado nas categorias de *hibridez*, *ruralidades* e *urbanidades*. A partir das possibilidades teóricas advindas da compreensão de espaços híbridos e das ruralidades na cidade produzidas pela prática da agricultura urbana, que podem se tornar urbanidades, vamos nos deter ao estudo aprofundado deste fenômeno.

Para compreender melhor o fenômeno da agricultura urbana, precisamos compreender que existem diferentes focos, hoje, quando se estuda a agricultura urbana na literatura acadêmica.

Duas perspectivas diferentes podem ser encontradas na literatura acadêmica recente sobre agricultura urbana: por um lado, uma série de estudos descrevem a agricultura urbana, concentrando-se em seus produtos, processos de produção e localização geográfica; por outro lado, vários autores norte-americanos descrevem o movimento social e ambiental que impulsiona a agricultura urbana (POURIAS; DUCHEMIN; AUBRY, 2015, p. 176, tradução nossa).

Nosso intento é de explorar as duas perspectivas, embora nos detenhamos com mais cuidado na perspectiva do movimento social e ambiental. Pretendemos explorar as

experiências de agricultura urbana em São Paulo e Bogotá, de maneira teórica e de maneira empírica, considerando tanto a atividade da agricultura em si, quando todo o movimento que tem constituído, impulsionado e fomentado o desenvolvimento de experiências de agricultura urbana nas duas cidades.

Um dos aspectos importantes para a definição do que é a agricultura urbana e periurbana é a sua localização. A AUP é uma modalidade de agricultura presente em territórios predominantemente urbanos, seja propriamente na cidade ou em suas franjas. A qualificação da agricultura como urbana é ainda um elemento diferenciador da agricultura presente nos territórios rurais – considerando que não existe apenas uma agricultura no rural, mas agriculturas que variam muito em todas as suas características; não apenas um rural, mas diversas ruralidades.

Além da localização, há alguns outros elementos que colaboram na definição do que é a agricultura urbana e periurbana. Cabe, entretanto, a ressalva de que definir o que é a prática da AUP não é uma tarefa simples. Fantini (2016, p. 82) ressalta alguns dos desafios em conceituar detalhadamente o que é a agricultura urbana e periurbana:

[...] dar uma definição detalhada do que representa hoje em dia esse tipo de agricultura não é fácil, sobretudo se pensamos que sua forma é extremamente variada, refletindo as diferenças, as desigualdades e as contradições do mundo globalizado. De fato, o fenômeno da agricultura urbana e periurbana tem sido tratado nas últimas décadas por urbanistas, geógrafos, sociólogos, engenheiros agrônomos etc., mas ainda assim não se chegou a um acordo na sua definição, existindo, ainda, um debate acadêmico para estabelecer quais são as variáveis para incluir uma agricultura como urbana.

De fato, quando pensamos na perspectiva de um universo de diferentes espaços, considerando as particularidades e as variações que ocorrem pela ação de pequenos atores, a prática da agricultura urbana não poderá ser definida e rotulada de maneira estrita. Nagib (2016, p. 52), por exemplo, reforça a dificuldade na definição da agricultura urbana e periurbana, atribuindo aos diferentes olhares que ela tem recebido de urbanistas, geógrafos, sociólogos e diversos outros profissionais – como explicitado por Fantini (2016) na citação anterior – a possibilidade de diferentes conexões:

Quando buscamos, portanto, uma conceituação de ‘agricultura urbana’, encontramos um emaranhado de definições que exploram as necessidades de cada pesquisador, de acordo com seu contexto temporal e espacial e com o olhar de sua área de atuação, permitindo estabelecer múltiplas conexões sobre a agricultura urbana.

Se como um fenômeno diverso, com formas extremamente variadas e que recebe os olhares de diversos campos do saber a agricultura urbana apresenta uma grande dificuldade de definição, reside aí, também, uma grande oportunidade. A AUP, como um fenômeno multifuncional, tem sido estudada por diversas áreas do conhecimento, sendo analisada a partir de seus aspectos econômicos, ambientais, sociais, de saúde, de cultura, agrônômicos, entre tantas outras vertentes possíveis e que têm, de fato, acontecido nas pesquisas acadêmicas.

Utilizando a base de dados *Scopus*⁶ como referência, nos propusemos a realizar uma rápida análise bibliométrica sobre a temática da agricultura urbana. Para isso, efetuamos a busca dos termos “urban agriculture” (agricultura urbana, em inglês). Os termos de pesquisa foram colocados entre aspas, buscando resultados mais aproximados. Assim, os documentos que possuísem “urban agriculture” no título, no resumo ou nas palavras-chave seriam considerados e listados como resultados.

Após a pesquisa inicial, aplicamos um filtro para selecionar melhor os documentos que fariam parte da análise: restringimos os resultados apenas aos artigos, excluindo, portanto, documentos como anais de conferências, livros e revisões, dentre outros. Em síntese, o nosso procedimento, até aqui, foi de restringir a busca aos documentos que contivessem o termo “urban agriculture” em seus títulos, resumos ou palavras-chave, e que fossem artigos.

Tal procedimento de busca resultou em 1306 documentos⁷. É muito interessante notar a evolução das publicações, no mundo, sobre a agricultura urbana. A base de dados *Scopus* possui documentos a partir do ano de 1823. A primeira publicação em que as palavras “agricultura” e “urbana” aparecem juntas, no entanto, data apenas de 1978, quando dois artigos foram publicados. O primeiro é o artigo *Food and survival in Lusaka's self-help townships*, de R. J. Ledogar, publicado em julho de 1978. O artigo que, numa tradução livre tem o seu título, em português, como *Alimentos e sobrevivência nos municípios de autoajuda de Lusaka*, trata de um projeto piloto planejado pela UNICEF e pela The American Friends Service Committee para aproveitar a característica autossuficiente de assentamentos da Zâmbia, na África, para a prática de agricultura urbana. O projeto visava estabelecer cultivos urbanos em quintais, ao longo de rodovias e outras áreas da cidade, em todos os terrenos ociosos da cidade no período de chuva e um cultivo cooperativo nas áreas mais periféricas. O

⁶ Disponível em: <<https://www.scopus.com>>.

⁷ A nossa pesquisa considerou as publicações até a data de 08 de janeiro de 2018.

segundo artigo se chama *Rural urban definition and urban agriculture in Indonesia*, de W. Mertens e S. Alatas, também publicado em 1978. O seu título, numa tradução livre, seria *Definição rural-urbano e agricultura urbana na Indonésia*. O *Scopus*, no entanto, não continha o resumo do artigo ou o seu texto completo. De qualquer forma, podemos ver que alguns assuntos emergiam como importantes nas primeiras publicações sobre agricultura urbana presentes no *Scopus*. A agricultura urbana já era vista como uma ferramenta importante para a vida nas cidades, já que propiciava aos moradores (especialmente os de baixa renda) a possibilidade de um modelo de vida autossuficiente. Além disso, a agricultura urbana já era vista, também, como um objeto de interesse do poder público, resultando na formulação de políticas para a vida nas cidades. Outro assunto que emerge como importante é a difícil definição entre o rural e o urbano, uma das questões importantes para a definição da agricultura urbana.

Como vimos, porém, além de as primeiras publicações sobre agricultura urbana serem tardias, o seu número era bastante baixo: em 1978, foram apenas duas; em 1980 e 1981, anos das próximas publicações, apenas uma em cada ano. É só a partir da década de 2000 que o número de publicações passa a ser mais significativo. Vemos, no gráfico 1, a evolução das publicações sobre agricultura urbana na base de dados *Scopus*, desde os primeiros registros, em 1978, até o ano de 2017.

Fonte dos dados: base *Scopus*, utilizando a busca “urban agriculture” e limitando os resultados somente aos artigos. Elaboração nossa.

O gráfico exposto evidencia que, até certo momento, a agricultura urbana não era um objeto de grande interesse nas publicações científicas. Até o ano de 2005, por exemplo, o número de publicações sobre agricultura urbana, por ano, na base *Scopus*, só havia ultrapassado 20 artigos no ano de 2003. A partir de 2006, no entanto, podemos observar uma tendência de crescimento nas publicações sobre o tema, atingindo, em 2017, o importante número de 180 artigos publicados. É necessário saber, no entanto, se o aumento no número de publicações se deu por um crescente interesse de pesquisadores sobre o tema da agricultura urbana, ou apenas por um simples aumento do número de publicações científicas de todas as áreas, com a ampliação tanto da capacidade de pesquisas científicas, quanto de suas possibilidades de divulgação. Para isso, resolvemos comparar a pesquisa sobre a agricultura urbana com as publicações de uma área correlata, consagrada historicamente como um tema de grande relevância: a agricultura.

Realizamos, então, outra pesquisa na base de dados *Scopus* com o termo “agriculture” (agricultura, em inglês), restringindo os resultados aos artigos, como fizemos anteriormente. Elaboramos, posteriormente, duas tabelas com os dados de publicações, entre 2000 e 2017, sobre o tema da agricultura urbana e sobre o tema da agricultura, somente. Fixando o ano de 2000 como referência, calculamos o crescimento do número de publicações em cada um dos anos em relação ao número de publicações de cada área em 2000. Com os resultados, elaboramos um gráfico, com o objetivo de visualizar se há, de fato, um interesse crescente sobre o tema da agricultura urbana ou se a evolução de publicações apresentada no gráfico 1 foi fruto da expansão científica em todos os campos. Vejamos, portanto, o gráfico 2.

Fonte dos dados: base *Scopus*, utilizando as buscas “urban agriculture” e “agriculture”, limitando os resultados somente aos artigos. Elaboração nossa.

Se o crescimento percentual do número de publicações em relação ao ano 2000 foi parecido, nas duas linhas do gráfico, até o ano de 2005, considerando os temas da agricultura urbana e da agricultura, a partir de 2006 há um descolamento entre as duas linhas e uma grande tendência de crescimento do número de publicações sobre a agricultura urbana. O gráfico apresentado, evidencia, então, que a evolução no número de publicações com a temática da agricultura urbana apresentada no gráfico 1 foi bastante diferente da evolução natural no número de publicações de uma área correlata, como a agricultura. Há que se considerar, é verdade, que o número absoluto de publicações sobre a agricultura é muito maior do que o de publicações sobre os cultivos urbanos. Em 2017, por exemplo, foram 13039 artigos publicados sobre a temática da agricultura, contra apenas 180 artigos sobre a agricultura urbana.

O crescimento de um campo em relação ao outro, no entanto, é notável. No ano de 2017, as publicações sobre a agricultura urbana cresceram 1100% em relação ao número de publicações do mesmo tema em 2000. Quando consideramos a temática da agricultura, o crescimento, no mesmo período, foi de 274,47%. Mesmo levando em conta a diferença entre o número absoluto de publicações sobre os dois temas mencionados, podemos concluir que houve, ao longo da década de 2000, um grande crescimento no interesse pela temática da agricultura urbana.

A partir da análise dos dados apresentados, portanto, é possível, de maneira simplificada – e considerando, desde já, as limitações de uma análise bibliométrica realizada a partir de uma única plataforma – visualizar que a temática da agricultura urbana tem ganhado mais e mais importância e espaço nos debates científicos atuais.

Apesar, porém, da dificuldade exposta sobre a definição do que é a agricultura urbana e periurbana e dos diferentes olhares que ela tem recebido, há elementos essenciais para a sua caracterização e que nos auxiliam na compreensão do fenômeno estudado. Suzuki e Berdoulay (2016, p. 2) afirmam que a AUP é:

[...] definida a partir de sua localização (realizada sobre o ‘território urbano’), da atividade em si mesmo (produção alimentar ou outra), de sua razão econômica (entradas para os agricultores) e de sua inclusão no sistema alimentar convencional ou num sistema alternativo.

Nagib (2016) corrobora a definição de Suzuki e Berdoulay (2016), sistematizando a definição da agricultura urbana e periurbana em três elementos essenciais, com o acréscimo de um aspecto como essencial para a sua definição, ressaltando a importância de considerarmos os atores individuais ou coletivos envolvidos diretamente com esse tipo de agricultura: “Em geral, as três dimensões essenciais da agricultura urbana são: a variedade de áreas (intra ou periurbanas); os personagens, instituições e organismos dela participantes; e as atividades e práticas oriundas de motivações distintas” (NAGIB, 2016, p. 42).

Tomando a contribuição das duas definições explicitadas, podemos aprofundar o debate sobre os outros elementos importantes na definição da agricultura urbana e periurbana. Se já falamos da localização como o primeiro aspecto a ser considerado, o próximo elemento é a atividade em si. A AUP apresenta uma grande diversidade nas suas formas, práticas e fins, e esta diversidade está ligada às motivações que conduzem à criação de experiências de agricultura urbana e periurbana.

Tendo como base o trabalho de Fantini (2016), a nossa proposição é que as motivações para a criação de experiências de agricultura urbana e periurbana giram em torno de dois eixos principais: motivações vinculadas ao sustento e às necessidades alimentares e motivações vinculadas às noções e ideais de sustentabilidade, de inclusão social e de transformação da sociedade. Segundo Fantini (2016, p. 91, tradução nossa), as diferenças de motivação seriam em parte explicadas por uma questão de contexto: “[...] a influência das motivações é distinta e depende da situação geográfica, econômica e sociopolítica de cada

experiência”. Suzuki e Berdoulay (2016, p. 2) identificam eixos similares de motivações para o surgimento das experiências de agricultura urbana e periurbana, tendo em vista que a AUP “[...] apresenta inúmeras faces, como a de significado econômico para os agricultores, mas, também, a de apontar para a construção de outra cidade, em que a preservação e a restauração da biodiversidade estejam mais presentes”.

As principais motivações, como podemos ver, são bastante distintas entre si. Ambas, porém, representam um certo tipo de potencial questionador comum. A agricultura urbana e periurbana – seja em sua expressão produtiva ou em sua expressão ativista – possui um caráter intrínseco de alternativa ao sistema dominante e de alternativa para as cidades. Como Fantini (2016, p. 91, tradução nossa) afirma, “[...] se nota um traço comum entre os elementos [...]: todas as motivações representam uma resposta, espontânea ou mais articulada e estruturada, às faltas, contradições e aspectos críticos do paradigma de desenvolvimento urbano e agroalimentar capitalista”.

Podemos apontar, portanto, que a prática da agricultura urbana, nas suas variadas formas, motivações e finalidades, dialoga fortemente com a questão da retomada do direito à cidade. Cultivar nas cidades, seja para o sustento, seja como uma forma de ativismo, tem sido uma resposta ao modo como as cidades são concebidas, planejadas e executadas.

Um elemento interessante é que em ambos os casos as motivações vinculadas com a criação de oportunidades econômicas e canais alternativos de produção/distribuição, e com a criação de inclusão social e empoderamento político, desempenham um papel importante [...]. Tal importância confirma uma vez mais a capacidade desse tipo de agricultura de responder às faltas e desigualdades do sistema econômico e político global, e explica, apesar das dificuldades, dos conflitos e da competência para o uso do solo em zonas potencialmente sujeitas à atividade imobiliária e comercial, a enorme expansão da agricultura nas franjas periurbanas das últimas décadas (FANTINI, 2016, p. 93, tradução nossa).

A agricultura urbana, como uma ruralidade na cidade, cria outras ruralidades que variam de acordo com cada experiência, espaço e atores envolvidos. Por meio de sua multifuncionalidade e pela criação de diferentes ruralidades na cidade – compreendendo as ruralidades como manifestações materiais e imateriais –, a agricultura urbana se caracteriza como um importante fenômeno para a resistência ao modelo hegemônico capitalista, e especificamente neoliberal de nossas cidades. Mas, além de seu caráter de questionamento, a agricultura urbana também é propositiva, sendo uma ferramenta efetiva para o desenvolvimento de alternativas, seja para a alimentação, considerando o seu aspecto

produtivo, seja como uma atividade de resposta à crise das cidades que está posta, considerando a atividade sem a finalidade diretamente produtiva. A agricultura urbana pode ser uma estratégia, portanto, para a implementação de um modelo alternativo para as nossas cidades, mais humano e que considere, de fato, os anseios, expectativas e vontades dos que habitam as cidades. Há um grande potencial na prática da agricultura urbana e periurbana que, apesar de não ser recente, ganha, nas últimas décadas, um novo significado.

1.2.1. A agricultura urbana em seus sentidos produtivo e ativista: experiências históricas

Apesar de afirmarmos que a agricultura urbana adquire um novo significado nos últimos anos, ela não é uma prática recente, e mais: ela já foi utilizada como estratégia para a alimentação de populações que passavam por contextos de fome e de insegurança alimentar. O seu sentido produtivo, portanto, apesar de ganhar novos contornos hoje, com discussões recentes como o direito à alimentação, a segurança alimentar e a soberania alimentar, já esteve ressaltado muitos anos atrás.

Um dos exemplos mais significativos e interessantes é o *Dig For Victory* (em tradução literal, “Cavar para a Vitória”), que ocorreu no Reino Unido no contexto da Segunda Guerra Mundial. O confronto, que foi iniciado no ano de 1939, causava, já no início de 1940, um racionamento de alimentos com o objetivo de garantir o suprimento de comida para a população britânica. Isto acontecia devido ao fato de que o Reino Unido era um grande importador de alimentos. Se pensarmos

Na eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, a Grã-Bretanha importava 70% de seus queijos e açúcares, 80% de suas frutas, 90% de seus cereais e 50% de sua carne. No geral, menos de um terço das necessidades alimentares do país eram cultivadas na Grã-Bretanha. O governo repetidamente enfatizou que a guerra poderia ser ganha ou perdida pelo suprimento de alimentos; Lord Woolton declarou que "esta é uma Guerra de Alimentos" (GINN, 2012, p. 296, tradução nossa).

A situação do Reino Unido era muito complicada. A sua dependência externa para a obtenção de alimentos fazia da comida um problema imenso no contexto da Segunda Guerra Mundial, a julgar pelas declarações do governo de que o confronto poderia ser vencido ou perdido pela questão da capacidade de suprimento de alimentos. Como a questão do acesso aos alimentos se tornou fundamental neste período, um programa governamental foi lançado incentivando que as populações utilizassem quaisquer espaços para produzir seus próprios alimentos. Foi a campanha instituída em 1939 chamada de *Dig For Victory*.

A campanha foi apropriada por muitos cidadãos britânicos, que passaram a aproveitar diferentes espaços livres para produzir seus próprios alimentos. Como consequência da campanha e de sua subsequente apropriação, os “espaços abertos em todos os lugares foram transformados em loteamentos, de quintais domésticos a parques públicos - até mesmo os gramados do lado de fora da Torre de Londres foram transformados em hortas”⁸.

Os resultados começaram a ser vistos na prática, colaborando para a resistência do Reino Unido na Segunda Guerra Mundial. Com a população plantando alimentos, a sua produção, de fato, cresceu bastante, apresentando resultados como a ampliação do número de loteamentos produtivos, a grande expansão de hortas privadas e o grande aumento na produção anual de vegetais.

O Ministério da Agricultura lançou uma campanha nacional de produção de alimentos – Dig for Victory – no outono de 1939, que, depois de um começo lento, levou a uma enorme expansão nos loteamentos, de 930 mil antes da guerra para 1,7 milhão em 1943, e um crescimento no número de hortas privadas de hortaliças de três para cinco milhões. Junto com o racionamento, a campanha de alimentos domésticos teve como objetivo compensar o déficit na importação de alimentos e liberar espaço no transporte comercial para suprimentos de guerra mais importantes. Em 1943, a produção nacional de vegetais aumentou para mais de seis milhões de toneladas por ano (GINN, 2012, p. 296, tradução nossa).

Com a campanha *Dig For Victory* e com o apoio popular manifestado através da prática da agricultura em espaços diversos, a população do Reino Unido, de maneira geral e com muitas dificuldades, conseguiu aguentar o extremo período da Segunda Guerra Mundial. É inegável, portanto, que a produção local de alimentos, manifestada também em muitos espaços urbanos, teve um papel importante para a vitória britânica na Segunda Guerra Mundial. Para Ginn (2012, p. 296, tradução nossa), por exemplo, “[...] é claro que os agricultores domésticos produziam um grande volume de alimentos para se alimentarem e, ao fazê-lo, ajudaram a vencer a guerra ou, pelo menos, reduziram a pressão sobre o transporte marítimo”.

Há um paralelo muito claro do exemplo do *Dig For Victory* com o atual movimento de agricultura urbana, especialmente em contextos de crise. No caso britânico, os cultivos domésticos foram uma estratégia e uma saída para a alimentação de populações que estavam vulneráveis, num contexto de escassez de alimentos e de recessão econômica.

⁸ Disponível em: <<http://www.bl.uk/learning/timeline/item107597.html>>. Acesso em: 30 out. 2018, tradução nossa.

Este paralelo foi percebido e explorado pelo *Imperial War Museum*, retratando como as atuais discussões sobre a produção de alimentos possuem casos análogos no passado.

No verão de 2008, o *Imperial War Museum* plantou duas hortas em um pequeno recinto no *St. James's Park*, uma seguindo a orientação dada aos cidadãos britânicos como parte da campanha *Dig for Victory* de guerra, a outra aderindo aos princípios modernos e orgânicos. A mensagem desta instalação, com sua mistura intencional de antigo e novo, era que o agricultor dos tempos de guerra e o agricultor orgânico contemporâneo compartilham muitas preocupações, como "ter acesso a alimentos frescos e saudáveis, ser ativo e viver de forma sustentável" (GINN, 2012, p. 294, tradução nossa).

Historicamente, portanto, a agricultura urbana já foi pensada e utilizada como uma alternativa para a obtenção de alimentos, no caso britânico, no contexto de um gigantesco confronto que causou diversas reverberações sociais e econômicas. Tais exemplos, no entanto, demonstram que é possível extrapolar os contextos de crise e tornar a agricultura urbana uma alternativa de alimentação viável e acessível para a construção de novas situações em que a agricultura não seja mais um acessório ou uma estratégia temporária, mas uma prática consolidada como estratégia para a obtenção de parte dos alimentos que consumimos.

É o que tem proposto um grupo contemporâneo denominado *Incredible Edible*, projeto surgido no ano de 2008. O projeto se baseia na transformação da realidade a partir de pequenas ações, tudo relacionado à alimentação. Segundo o *Incredible Edible*, "nossa visão é criar comunidades gentis, confiantes e conectadas através do poder da comida"⁹.

O projeto surgiu por conta de preocupações em comum sobre problemas sociais, econômicos e ambientais que se colocam como desafios no século XXI. Como tentativa de solução, foi estabelecido um programa de ações que visem fortalecer as comunidades através da produção de alimentos. Clarke (2010, p. 70, tradução nossa), afirma tratar-se de

[...] uma abordagem de renovação comunitária que pode se adequar a qualquer contexto, seja ele grande ou pequeno, urbano ou rural. A razão para essa confiança em nosso programa é porque ele é projetado com base em ferramentas estabelecidas de autossuficiência em resposta a mudanças sociais, econômicas e ambientais – ação pessoal e coletiva, propriedade compartilhada e senso de lugar. Neste programa, nos concentramos no cultivo de alimentos, uma estratégia natural e, portanto, quase globalmente aplicável.

⁹ Disponível em: <<https://www.incredibleedible.org.uk/what-we-do/>>. Acesso em: 04 nov. 2018, tradução nossa.

Um dos objetivos principais, portanto, é “[...] encontrar terra e espaço dentro do ambiente construído para cultivar alimentos, usando prédios, microfinanças e outras ferramentas e recursos para repensar as abordagens que estão sendo tomadas atualmente” (CLARKE, 2010, p. 73, tradução nossa). A agricultura urbana é colocada em foco com o aproveitamento de qualquer espaço para a produção de alimentos, fomentando a produção local e saudável de comida.

Figura 2 - Imagem do endereço eletrônico do projeto Incredible Edible contendo a frase traduzida como "Acredite na força das pequenas ações", com diversos cultivos de alimentos atrás. Crédito: Incredible Edible.

Outro exemplo interessante é o de Cuba a partir de 1989. Com a dissolução da União Soviética, o que representava um gigantesco impacto na economia cubana, o governo passou a incentivar a produção local de alimentos em quaisquer espaços como uma alternativa para a obtenção de alimentos, dentre outras reformas que impactaram a vida em Cuba (PREMAT, 2003).

À medida que as importações de alimentos, petróleo e insumos agrícolas da União Soviética caíram drasticamente, o governo cubano se viu incapaz de produzir alimentos suficientes em suas grandes fazendas estatais e incapaz de distribuir eficientemente às cidades o pouco alimento produzido. Incentivar a produção de alimentos em geral, e a produção de alimentos localizada em particular, tornou-se uma prioridade governamental (PREMAT, 2003, p. 87, tradução nossa).

Em um momento de crise, a solução virou caseira. A agricultura urbana passou a ser incentivada como saída para o problema alimentar que se instaurava. Mais uma vez, vemos um exemplo histórico de como os cultivos urbanos podem ser, de fato, uma alternativa para

a alimentação das populações residentes nas cidades. O que houve, em Cuba, foi que “[...] a produção de alimentos não era mais a prerrogativa de um setor especializado da população; tornou-se o dever de todos os "bons revolucionários", os meios pelos quais a atual luta contra a adversidade teria de ser travada” (PREMAT, 2003, p. 87, tradução nossa).

Por causa de um contexto de crise, a população teve que se responsabilizar pela produção de seus alimentos, o que se mostrou relativamente exitoso no caso cubano, dando origem ao sistema conhecido como *parcelas*, “[...] lotes urbanos de no máximo 1000m², dados em usufruto a cidadãos que os trabalham principalmente para o auto abastecimento familiar, embora as vendas sejam permitidas no local ou através de barracas agrícolas” (PREMAT, 2003, p. 88, tradução nossa).

A agricultura urbana tem sido utilizada como ferramenta para uma produção alternativa de alimentos, tanto em contextos de crise, como no caso do *Dig For Victory*, quanto em escalas pequenas como estratégia para o fortalecimento de comunidades, como no caso do *Incredible Edible*. Parece não ser novidade a possibilidade de que os alimentos sejam cultivados na cidade, mas isso ainda não tem um grande alcance. Mais do que isso, há uma dúvida que costuma surgir quando falamos de agricultura urbana, que é exatamente a sua viabilidade como atividade produtiva nas grandes cidades. Por mais que existam exemplos de anos atrás e exemplos que estão acontecendo agora, a agricultura urbana como alternativa produtiva nas grandes cidades ainda tem sido pouco explorada.

O sentido ativista da agricultura urbana, assim como o seu sentido produtivo, que já se materializava como prática há muitos anos, também não é algo recente ou inventado agora, embora vivamos, hoje, um processo importante de ressignificação da agricultura urbana. As experiências de agricultura urbana ativista remontam aos anos 1960 nos Estados Unidos da América, no mesmo contexto de outras importantes movimentações na sociedade norte-americana.

A partir do final da década de 1960, a agricultura urbana ganha destaque por meio de ações ativistas, em especial nos Estados Unidos da América (EUA). O movimento orgânico, o ambientalismo e o feminismo, por exemplo, estão diretamente ligados à contracultura emergente naquele momento da História. Dentre as materializações resultantes dos diversos questionamentos postos em pauta, estão as hortas comunitárias. Elas começaram a aflorar em espaços públicos ou privados desocupados e localizados em áreas adensadas de importantes centros urbanos, como alternativa ao modelo político-econômico em curso, promotor de nítida

segregação socioespacial e insustentabilidade ambiental (NAGIB, 2016, p. 54).

A tática era a apropriação de espaços públicos, principalmente, mas também de espaços privados, para que neles fossem realizados cultivos urbanos. A primeira grande iniciativa ativista se dá em 1969, no Parque do Povo, em Nova Iorque (NAGIB, 2016). Alguns anos mais tarde, em 1973, no contexto de uma forte crise urbana que se manifestava espacialmente por meio da ocorrência de terrenos ociosos nas áreas centrais de Nova Iorque, surge a ideia de uma moradora de cultivar alimentos em terrenos que estavam vazios, dando origem ao que ficou conhecido como *Green Guerrilla*, ou Guerrilha Verde, movimento ativista de agricultura urbana que começou a ganhar protagonismo na década de 1970 (JACOBS, 2013).

Este é apenas um exemplo de como, historicamente, a agricultura urbana também serviu como ferramenta para o ativismo urbano. Há uma nítida diferença entre os casos apresentados anteriormente, em que a finalidade da agricultura é a produção de alimentos, e no caso de Nova Iorque, em que a finalidade da agricultura era a apropriação de espaços vazios e o desenvolvimento de atividades que visavam a transformação das cidades e a consolidação do direito à cidade como realidade. A agricultura urbana já representava, há vários anos, uma possibilidade de intervenção nas cidades por meio das ações ativistas. A grande questão, atualmente, é compreender como o cultivo de alimentos nas cidades pode continuar representando a busca pelo direito à cidade e como o seu potencial multifuncional pode ser aproveitado.

1.2.2. A efetivação da agricultura urbana por meio de seus atores

Todo o potencial multifuncional desta atividade é posto em prática pelos atores envolvidos no processo, o último elemento essencial para a definição da agricultura urbana. Tanto no caso de São Paulo, onde as pessoas desempenharam o papel de construir uma experiência que ainda existia muito tímida, quanto no caso de Bogotá, onde as pessoas se apropriaram de uma política tocada pela *Alcaldía de Bogotá* através do Jardim Botânico, os atores tiveram uma importância singular para a consolidação da agricultura urbana como uma prática real e transformadora do espaço das cidades.

Embora os aspectos governamentais sejam muito importantes, e o fomento da agricultura por instituições públicas seja algo desejável, é só com a efetivação da prática

realizada pelos atores envolvidos que a agricultura urbana adquiere força, visibilidade e que se expande como possibilidade, já que mais e mais pessoas vão sendo agregadas ao movimento.

É inegável que as redes sociais desempenhem um papel fundamental para a divulgação das atividades e para o crescimento das experiências de agricultura urbana. Tanto no caso de São Paulo, de maneira mais organizada, quanto no caso de Bogotá, redes sociais como o *Facebook*, o *Instagram* e o *WhatsApp* têm servido como meio de comunicação, de divulgação de eventos e do que está sendo realizado, de compartilhamento de conhecimentos, experiências, vídeos e fotografias e substancialmente como meio de organização para experiências de agricultura urbana comunitárias.

A *internet* e as novas tecnologias informacionais não podem ser descartadas como elementos importantes para a mobilização de um grande contingente de pessoas que conhecem diferentes experiências por meio das redes sociais, engajando-se nas experiências já existentes ou criando outras que também serão divulgadas e fomentadas através de redes. Muitas das hortas comunitárias, ou até mesmo outras experiências de hortas domésticas, possuem páginas no *Facebook* para a divulgação de seus trabalhos e de eventos como os mutirões, que reúnem diversos voluntários em torno da manutenção das hortas. Há, também, canais institucionais, como o canal no *YouTube* da *Alcaldía Mayor de Bogotá*, que divulga as ações distritais e, dentre elas, a política de agricultura urbana.

Muitas vezes, temos o nosso foco ajustado para a escala do macro, identificando grupos sociais e atribuindo a eles certo comportamento que seria comum ao grupo. A agricultura urbana e periurbana, entretanto, se apresenta como um fenômeno muito diverso e com muitas possibilidades. A nossa proposta, portanto, é que o foco seja ajustado para os pequenos atores que, por meio da prática da AUP, contribuem para a criação de novas ruralidades, resgatando valores importantes que, outrora, haviam sido perdidos. Para estudarmos um fenômeno diverso, precisamos de um olhar que dê conta do movimento e da escala micro. Como Suzuki e Berdoulay (2016, p. 5) propõem:

O elo íntimo tecido entre o sujeito e o lugar torna-se uma problemática da sociedade e atrai a atenção dos pesquisadores. Trata-se de um pensamento que se poderia nomear heterotópico, no sentido que insiste sobre os lugares e não sobre um espaço sem qualidades [...]. Mas é, sobretudo, interessante notar que a ideia de lugar – em oposição a de espaço – implica uma relação direta com a subjetividade do indivíduo e ao seu desejo de ser autor de sua própria vida. Ensaando de ser autônomo e ativo, este indivíduo-sujeito revela as possibilidades do ambiente no mesmo tempo que ele o modifica e que se modifica a si mesmo.

Uma das grandes motivações para a análise na escala micro foi a percepção de que, em uma parte significativa dos casos, são as práticas de pequenos indivíduos que modificam e transformam a realidade, a despeito da ação dos grandes atores e do poder público. O que faz os formuladores de políticas públicas darem atenção para a questão da mobilidade urbana e das ciclovias, por exemplo? O que faz com que a agricultura urbana se torne uma pauta de discussão no âmbito das prefeituras municipais? Será a boa vontade e percepção dos políticos ou a simples assunção de que tais práticas têm ocorrido e que tais demandas existem? Se costumamos direcionar o nosso olhar para a ação dos grandes atores, a nossa intenção, agora, é fazer o movimento inverso e procurar enxergar como as ações de uma população que sente necessidades, que tem anseios, que sonha, que pensa e que, de fato, vive as cidades impactam na transformação efetiva da realidade das cidades.

Para darmos conta de tal anseio de pesquisa, recorreremos ao estudo de Martins (2013) sobre a sociabilidade do homem simples, com o fim de podermos compreender as particularidades de cada espaço e experiência a partir da ação de pessoas comuns. Segundo Martins (2013, p. 9), “todos nós somos esse homem que não só luta para viver a vida de todo dia, mas que luta também para compreender um viver que lhe escapa porque não raro se apresenta como absurdo, como se fosse um viver destituído de sentido”. A perspectiva do homem simples trazida pelo autor, portanto, dialoga grandemente com a temática que estamos propondo: o descontentamento e a insatisfação das populações urbanas diante do cenário que lhes é apresentado diariamente, sem o acesso efetivo ao direito à cidade e que não satisfaz os anseios latentes de cada indivíduo, gerando reações espontâneas e cheias de significado.

Ao falar sobre a modernidade inconclusa como característica dos países do chamado Terceiro Mundo, Martins (2013) ressalta que o que se torna disponível para as populações não é a disseminação ilimitada da racionalidade da modernidade, mas exatamente as suas contradições. O caminho do homem comum, então, seria o de inventar soluções para transformar a sua realidade. Nas palavras de Martins (2013, p. 20), “o que se propõe à vida de todos os dias do homem contemporâneo não é essa racionalidade ilimitada, mas seus problemas, sua inconclusividade, suas dificuldades. O homem comum tem que descobrir e inventar caminhos para superá-las”.

O homem comum absorve a realidade da modernidade – contraditória, excludente e inconclusa – e reage. Ele apreende alguns signos da modernidade, mas ao mesmo tempo resiste e busca formas de superar as contradições enfrentadas cotidianamente.

Neste sentido, há a afirmação de que o cotidiano ou a vida de todo dia tenha se tornado um ponto de esperança renovada para a sociedade, o que explicaria o interesse das pesquisas científicas na temática do homem comum. O que ocorre é que “o novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais” (MARTINS, 2013, p. 52).

Quando olhamos para o surgimento do fenômeno da agricultura urbana com um novo significado, vemos que a sua origem está ligada aos anseios de quem está insatisfeito com a vida cotidiana, aos desejos de quem é excluído do jogo da modernidade, às vontades daqueles que não têm mais espaço na sociedade. Afinal, “só pode desejar o impossível aquele para quem a vida cotidiana se tornou insuportável, justamente porque essa vida já não pode ser manipulada” (MARTINS, 2013, p. 57).

É o que defende também Carlos (2014, p. 479), falando sobre o poder do corpo no espaço público e sobre as manifestações urbanas recentes:

Os corpos, aqui e ali, ganham o espaço – como aquele da esfera pública –, chamando atenção para o sujeito e seu destino. Reunidas, essas e outras lutas que vêm acontecendo em espaços e tempos diferenciados, pelo mundo, apontam uma crise urbana, exigindo dos pesquisadores um esforço coletivo para sua compreensão, transcendendo, sem o excluir, o discurso político.

O olhar proposto para o estudo da agricultura urbana, portanto, se baseia na escala de ação do indivíduo e na perspectiva de espaços diversos e híbridos, apresentando a noção muito importante de movimento. São múltiplas as possibilidades que essas diferenças permitem na relação com os indivíduos, que modificam o espaço e a si mesmos nesta relação. Talvez seja este o grande potencial que unifica as experiências de agricultura urbana, sejam produtivas, sejam ativistas. O potencial de o indivíduo, por meio de uma prática como a AUP, modificar o seu espaço (qualificado de lugar, um espaço com sentido) e modificar-se a si mesmo, criando, ele mesmo, em conjunto com outras pessoas e de acordo com o seu contexto geográfico, político, econômico, cultural, ambiental e social, novas ruralidades que modificam o espaço urbano e que abrem novas possibilidades: uma produção alternativa, que promove

inclusão social, gera emprego, renda, alimentos para consumo próprio, mercados alternativos etc., mas também uma nova sociabilidade, com o resgate de certos valores, com o protagonismo de indivíduos, com a busca por uma *outra* cidade e por um *outro* modo de vida.

1.3. Na busca pelas categorias e relações sobre a Agroecologia

Para que todo o potencial multifuncional da agricultura urbana seja efetivado, e especialmente em seu aspecto produtivo, uma última questão se faz necessária. A agricultura urbana se apresenta como uma ruralidade na cidade, uma prática inicialmente própria do campo que agora aparece como possibilidade dentro das cidades. De fato, a agricultura em espaços urbanos é muito diferente da agricultura em espaços rurais, apresentando diversas especificidades e particularidades, mas é preciso refletir sobre a condução atual das questões agrícolas e sobre as marcas que a agricultura urbana visa deixar no espaço.

Para isso, percorreremos um caminho teórico com o intento de compreender, de maneira objetiva, a crise que se instaurou no campo, seus motivos, a busca por agriculturas alternativas e o surgimento da Agroecologia como marco teórico e prático para o desenvolvimento de sistemas agrícolas ecológicos, voltados para solucionar os problemas causados pelo padrão convencional de agricultura. Depois disso, buscaremos relacionar a Agroecologia com a agricultura urbana, mostrando que os cultivos realizados dentro da cidade possuem um grande vínculo com os ideais agroecológicos.

1.3.1. Revolução Verde: técnica, crise e novos caminhos

O pacote tecnológico da Revolução Verde foi introduzido no campo após o fim da Segunda Guerra Mundial com o objetivo de combater um problema que assolava a Europa pós-guerra: a fome. Para que o problema da fome fosse combatido, foi proposto um pacote de melhorias que visava o aumento da capacidade de produção da agricultura por meio, basicamente, do uso intensivo de insumos químicos sintéticos, de sementes modificadas de alto rendimento, da irrigação e da mecanização.

A fome, então, estava sendo considerada um problema relacionado à técnica. A hipótese era de que a agricultura produzia pouco, menos do que a capacidade real dos sistemas agrícolas. Se havia uma situação especial de fome na Europa e se os sistemas agrícolas entregavam menos do que podiam, a solução pensada foi o emprego de novas técnicas que resolvessem o problema da produtividade.

Há dois problemas iniciais na proposição da técnica como resposta ao problema da fome. O primeiro problema está relacionado à identificação da fome como uma mera questão de ordem técnica. Cabe considerar que, apesar de a fome causada pela guerra ser de caráter excepcional, o problema da fome tem sido grande e de difícil solução na história dos povos. O que vemos, então, é uma significativa simplificação da questão da fome. A fome, muito mais que um problema de ordem técnica, é estrutural, estando diretamente ligada a aspectos sociais, ambientais, políticos, econômicos e culturais. O primeiro problema, portanto, é a simplificação do problema da fome.

O segundo problema é que a proposição da Revolução Verde como solução para a questão da fome estava ligada aos interesses de reprodução do modo capitalista de produção. Uma possibilidade de análise é enxergar os avanços tecnológicos da sociedade sob a perspectiva da neutralidade. Seguindo as consequências lógicas desta visão, os avanços aconteceriam movidos pelo desenvolvimento da ciência e do conhecimento, permitindo a introdução de inovações em variados campos.

As técnicas, no entanto, não têm um fim em si, já que são concebidas para alcançar algo, sendo, então, meios traçados para que objetivos sejam alcançados. A sociedade se desenvolve tecnologicamente motivada por fatores de ordem política, e não em razão das técnicas (GONÇALVES, 2011). A consequência lógica desta visão é que a técnica deve ser entendida dentro de sua situação particular de produção e, segundo Gonçalves (2011, p. 122), “[...] não pode ser vista independentemente de um determinado contexto social, político e cultural”. As técnicas são fomentadas em contextos específicos, e refletem e se comprometem com determinadas visões; são ideológicas, e espelham os interesses de grupos específicos. No modo de produção capitalista elas são, majoritariamente, concebidas para a reprodução do capitalismo. É o modo de pensar capitalista municiando este modo de produção com subsídios para a sua reprodução.

Martins (1982) nos auxilia a pensar a questão da técnica como ligada aos interesses de reprodução capitalista ao falar de um modo capitalista de pensar. Segundo ele:

O modo capitalista de pensar, enquanto modo de produção de ideias, marca tanto o senso comum quanto o conhecimento científico. Define a produção das diferentes modalidades de ideias necessárias à produção das mercadorias nas condições da exploração capitalista, da coisificação das relações sociais e da desumanização do homem (MARTINS, 1982, p. IX).

O modo capitalista de produção, então, é sustentado e legitimado por um modo capitalista de pensar, e deste não se separa. Desta forma, a produção de ideias é ferramenta importante para a manutenção do modo de produção capitalista, seja no âmbito do senso comum ou do conhecimento científico. É importante salientar que este modo capitalista de pensar “não se refere estritamente ao modo como pensa o capitalista, mas ao modo de pensar necessário à reprodução do capitalismo, à reelaboração das suas bases de sustentação – ideológicas e sociais” (MARTINS, 1982, p. IX). Estas são noções importantes ao estudarmos a técnica.

Os próprios resultados da implantação deste pacote tecnológico corroboram os dois problemas listados sobre a proposição da Revolução Verde como solução para o problema da fome. Segundo Gonçalves (2006, p. 227), o problema do deslocamento do sentido da fome como sendo uma questão solucionada por meio do desenvolvimento científico é grave, prejudicando e até mesmo apagando a compreensão de que a fome é um fenômeno extremamente complexo e que abarca diversos aspectos:

Os resultados dessa verdadeira cruzada foram de grande impacto, não só pelos números que nos são apresentados, mas, sobretudo, pela afirmação da ideia de que só o desenvolvimento técnico e científico será capaz de resolver o problema da fome e da miséria. Pouco a pouco a ideia de que a fome e a miséria são um problema social, político e cultural vai sendo deslocada para o campo técnico-científico, como se estivesse à margem das relações sociais e de poder que se constituem, inclusive, por meio dele.

Os resultados, porém, vão muito além do deslocamento do sentido da fome. As consequências práticas da Revolução Verde foram grandes, afetando principalmente os aspectos ambiental, social e econômico no campo, especificamente no caso brasileiro, e configurando uma situação de crise.

A crise ambiental, por exemplo, se manifestou de formas variadas. Um dos problemas da crescente ocorrência das monoculturas, tão características do modelo de agricultura convencional, é a grande perda de biodiversidade. Vimos, ao longo dos anos, paisagens agrícolas cada vez mais homogêneas, quase nada diversas. Altieri (2012, p. 24) expressa este problema apresentando alguns números:

[...] as paisagens agrícolas do mundo são destinadas ao plantio de apenas 12 espécies de grãos, 23 espécies de hortaliças e 35 espécies de frutas e nozes. Isso significa que não mais que 70 espécies ocupam aproximadamente 1,44 bilhão de hectares de terras hoje cultivadas no mundo. Esta paisagem é bastante contrastante com a diversidade de espécies de plantas encontrada

em apenas um hectare de floresta tropical, que geralmente apresenta mais de 100 espécies de árvores.

Além da homogeneização das paisagens e da perda de biodiversidade, outros aspectos da crise ambiental também são relevantes. As monoculturas possibilitam o aparecimento de doenças e das chamadas pragas por causa de sua instabilidade: por não contarem com uma rica biodiversidade, essas plantações tornam-se muito vulneráveis, já que a biodiversidade desempenha um papel importante de regulação da ocorrência de pragas pelo fornecimento de habitat e de alimento para os inimigos naturais das pragas, protegendo as culturas (ALTIERI, 1994).

Isto aponta para outro problema ambiental grave ocasionado pela agricultura convencional: o uso de insumos químicos sintéticos. O controle de doenças e pragas é feito com o uso de agrotóxicos, que contaminam o ambiente, a produção e até mesmo os agricultores, por exemplo. Outro caso é o dos fertilizantes, utilizados largamente visando o aumento de produtividade e a melhoria da qualidade dos alimentos produzidos. Com o uso cada vez mais intensivo de insumos químicos sintéticos e as consequências ambientais decorrentes, surge uma importante questão: houve, ao menos, uma melhora significativa da produção de alimentos que justifique o uso dos insumos? Gonçalves (2006) nos ajuda a responder à questão com dados muito pertinentes:

Segundo a FAO, entre 1950 e 2000, a produção de grãos em todo mundo aumentou, embora de modo desigual segundo as regiões, passando de 631 milhões de toneladas em 1950 para 1835 milhões de toneladas em 2000, um aumento de 2,9 vezes, portanto. Para o mesmo período, entretanto, o consumo de fertilizantes passou de 14 milhões de toneladas, em 1950, para 141 milhões de toneladas em 2000, ou seja, um aumento de 10,1 vezes (GONÇALVES, 2006, p. 228).

É notório, pelos dados citados, que o aumento do consumo de fertilizantes é totalmente desproporcional ao aumento da produção de grãos. Se analisarmos somente o aumento da quantidade de grãos produzida, pode haver a impressão de que este aumento é ocasionado pelo maior consumo de fertilizantes e que, portanto, de alguma maneira, o objetivo de se produzir mais foi atingido com a grande quantidade de fertilizantes despendida; entretanto, esta seria uma análise incorreta. É necessário que lembremos que tal aumento se justifica também pelas melhorias de armazenamento, de transporte e de comunicação, fatores importantes que não podem ser esquecidos (GONÇALVES, 2006).

O uso intensivo de insumos químicos sintéticos também origina crises nos aspectos social e econômico. Com a Revolução Verde, houve a abertura de um grande nicho de mercado para as indústrias agroquímicas que, pela lógica industrial da agricultura que induz que tais produtos sejam consumidos, tiveram um crescimento muito grande, trazendo consequências reais para a vida no campo.

Agricultores de todos os tamanhos ficaram sujeitos à utilização dos insumos químicos, que representam um custo alto para a produção de alimentos. Desta maneira, os grandes produtores se sobressaem, já que conseguem adquirir este tipo de tecnologia sem comprometer a sua saúde financeira e, com a introdução destes insumos, obtêm melhores resultados no mercado. Para concorrerem de alguma forma com os grandes produtores, os pequenos agricultores tomam empréstimos e contraem dívidas – em muitos casos insolúveis – para a aquisição de fertilizantes, corretivos e agrotóxicos. Bombardi (2011) afirma ser, esta, uma forma intensa de o capital se apropriar da renda da terra camponesa. Os dados mostram que uma grande parcela dos agricultores brasileiros utiliza insumos químicos na produção de alimentos.

Se analisarmos o consumo de agrotóxicos pelas pequenas propriedades, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE), verificaremos que dentre aquelas que têm entre 0 e 10 hectares, 23,7% utilizaram agrotóxicos e 2,9%, embora não tivessem utilizado no ano do Censo, costumam utilizar. Isto significa que dentre as menores propriedades do Brasil, 27% lançam mão do uso de agrotóxicos. Já entre as propriedades que têm entre 10 a 100 hectares, a porcentagem daquelas que utilizaram agrotóxicos no ano do Censo alcançou 33,2%, se consideradas aquelas que utilizam, mas não utilizaram no ano do Censo, este número chega a 36%. Estes dados são extremamente reveladores de um intenso processo de subordinação da renda da terra camponesa ao capital monopolista: mais de 1/3 das pequenas propriedades no Brasil utilizam venenos. Neste sentido, toda vez que o camponês destina parte de sua renda à compra de insumos químicos, sejam eles agrotóxicos ou fertilizantes, esta renda é apropriada pelo capital industrial internacional e, sobretudo, monopolista (BOMBARDI, 2011, p. 2).

A crise nos aspectos social e econômico também se acentua por causa da lógica industrial da agricultura convencional. Se as monoculturas ocasionam grandes problemas ambientais, também estão relacionadas com problemas econômicos e sociais, fruto da expansão do mercado de commodities. Sobre esta expansão, Altieri (2012, p. 27) afirma: “Como resultado, hoje o número de propriedades rurais diminuiu, embora seu tamanho tenha aumentado e elas tenham se tornado mais especializadas e mais intensivas em capital”. Vemos, então, que a lógica das commodities acentua a concentração de terras e a existência

dos grandes latifúndios, com graves consequências sociais e econômicas para o campo brasileiro, afetando diretamente os pequenos agricultores. O problema de terras, histórico no caso brasileiro, é agravado pelo modelo convencional de agricultura.

Por fim, outro problema de ordem social que gostaríamos de destacar é o da segurança alimentar. Apesar de muito almejada, a segurança alimentar só foi conseguida por meio da agricultura, com a transformação dos ecossistemas em agroecossistemas, ou seja, com o desenvolvimento de formas de cultivo por meio da cultura humana (GONÇALVES, 2006). Entretanto, com o modelo convencional de agricultura, a segurança alimentar fica seriamente ameaçada. Gonçalves (2006, p. 222-223), por exemplo, associa a questão da segurança alimentar com a dependência que os agricultores possuem do complexo industrial-financeiro, tão potencializado pela agricultura convencional:

No Brasil, o desenvolvimento do novo modelo agrário/agrícola também mostra o mesmo sentido ao apontar para um modelo onde o monocultivo acentua a dependência do agricultor diante do complexo industrial-financeiro altamente oligopolizado e, com isso, aumenta a insegurança alimentar, tanto dos agricultores e suas famílias como do país como um todo.

A crise da segurança alimentar, porém, é negligenciada por causa da proeminente visão economicista que domina a agricultura. O objetivo da segurança alimentar é, então, subvertido em detrimento de uma visão que prima por resultados financeiros na agricultura (GONÇALVES, 2006). Às vezes, parece uma opção mais fácil encarar o aparente sucesso do aporte tecnológico na agricultura esquecendo de suas consequências desastrosas para o campo brasileiro.

Vimos até aqui que o problema da fome foi combatido por meio do aporte da tecnologia, fato que continha uma importante informação: a fome era vista como um problema relacionado à técnica, desconsiderando outros aspectos que poderiam influenciar na questão. Assim, houve a implantação do pacote tecnológico da Revolução Verde, que de fato elevou a produtividade da agricultura, mas que também trouxe consequências muito ruins para o campo, configurando uma situação de crise. Pensar na saída para a crise significava pensar na construção de uma alternativa diferente desde a essência. É o que Altieri (2012, p. 35) nos ajuda a compreender, ressaltando a necessidade de olharmos para outras questões e afirmando que a crise

[...] está profundamente enraizada no sistema socioeconômico hegemônico, que promove a monocultura, o uso de tecnologias dependentes de elevados

aportes de insumos e a adoção de práticas agrícolas que provocam a degradação dos recursos naturais. Essa degradação não é apenas de natureza ecológica, mas também social, política e econômica. É por isso que o problema da produção agrícola não pode ser considerado apenas uma questão técnica. Embora as questões de produtividade sejam uma parte do problema, é fundamental dar atenção também às questões sociais, culturais e econômicas que explicam a atual crise.

Para o desenho, planejamento e execução de uma agricultura alternativa ao modelo convencional, é necessário que se pense no problema como um todo. O foco não deve ser posto apenas na questão da produtividade, mas deve-se considerar aspectos importantes como o ambiental, o social, o cultural e o econômico. Portanto, a solução não deve vir simplesmente por uma substituição de tecnologia, pois, assim, estaríamos dando a mesma resposta que foi dada anteriormente com a Revolução Verde.

No bojo da busca por uma agricultura alternativa surgem diversos projetos interessantes, mas com o enfoque voltado ainda para a questão da tecnologia. A discussão sobre a agricultura, porém, foi ganhando complexidade, agregando aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Para o desenho de uma agricultura alternativa e a superação do paradigma do modelo convencional era necessário um sistema agrícola que pensasse o todo do padrão de cultivo.

Caporal e Costabeber (2000, p. 17) reforçam esta ideia ao falarem que um modelo sustentável de agricultura, “[...] para ser operacional, precisa ser relacionado não apenas com a sustentabilidade econômica, mas também, e principalmente, com a sustentabilidade socioambiental e cultural de sociedades concretas [...]”, dando as bases necessárias para a concepção de uma nova alternativa para a agricultura. Apesar da primazia do econômico, o conceito de uma agricultura alternativa deve passar, necessariamente, por um olhar preocupado com outros aspectos.

É no contexto da busca por uma agricultura alternativa que dê conta não somente da produtividade e do aspecto econômico, mas do ambiental, do social e do cultural que surge a Agroecologia, que é tanto uma ciência que busca conferir recursos teóricos para a concepção de sistemas de agricultura alternativos quanto um conjunto de práticas, conferindo, além da teoria, estratégias concretas para o planejamento, construção e manejo de agriculturas opostas ao modelo convencional. A Agroecologia, então,

[...] fornece as bases científicas, metodológicas e técnicas para uma nova revolução agrária não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Os sistemas de

produção fundados em princípios agroecológicos são biodiversos, resilientes, eficientes do ponto de vista energético, socialmente justos e constituem os pilares de uma estratégia energética e produtiva fortemente vinculada à noção de soberania alimentar (ALTIERI, 2012, p. 15).

O objetivo, portanto, é desenvolver uma agricultura, tanto em sua concepção teórica quanto em seu manejo prático, que seja ambientalmente adequada, por um lado, e altamente produtiva, socialmente equitativa e economicamente viável, por outro, dependendo cada vez menos de insumos externos como a energia e excluindo o uso de insumos químicos sintéticos, como agrotóxicos e fertilizantes.

As iniciativas orientadas pelo paradigma agroecológico procuram transformar os sistemas de produção industrializados ao promoverem a transição da agricultura baseada no uso de combustíveis fósseis e dirigidos à produção para a exportação e biocombustíveis para agriculturas diversificadas voltadas para a produção nacional de alimentos por camponeses e famílias agricultoras rurais e urbanas a partir da inovação local, dos recursos locais e da energia solar. Para os camponeses, representa a possibilidade de acesso a terras, sementes, água, crédito e mercados locais, por meio da criação de políticas de apoio econômico, do fornecimento de incentivos financeiros, da abertura de oportunidades de mercado e da disponibilidade de tecnologias agroecológicas.

O olhar da Agroecologia é colocado sobre os pequenos produtores, rurais e urbanos, com o objetivo de desenvolver experiências de produção de alimentos que não causem as mesmas marcas deixadas pela agricultura moderna, que amenizem ou solucionem os problemas atuais do campo e que promovam o incremento na qualidade de vida das populações vulneráveis, garantindo o acesso à alimentação, a redução da dependência de mercados, uma fonte de renda e outros benefícios como o incremento da saúde e da sociabilidade.

Um dos focos da Agroecologia seria exatamente o cuidado com as populações mais vulneráveis social e economicamente. A Revolução Verde e o desenvolvimento agrícola que dela decorreu ampliaram, em muito, a desigualdade existente entre os pequenos e os grandes produtores, fazendo com que muitos estivessem em difíceis condições de sobrevivência, tanto no espaço rural, tanto no espaço urbano, pelos intensos processos de êxodo rural. Mais do que simplesmente produzir alimentos, a Agroecologia deveria ser uma ferramenta para a obtenção de resultados em outras áreas.

A fim de beneficiar os pobres de forma mais direta, deveria ser adotada uma abordagem de manejo dos recursos naturais (MRN) que tratasse direta e simultaneamente dos seguintes objetivos: redução da pobreza; segurança

alimentar e autonomia; manejo ecológico dos recursos produtivos; empoderamento das comunidades rurais; estabelecimento de políticas de apoio (ALTIERI, 2012, p. 119).

Os objetivos descritos foram, em grande parte, apropriados pelo Jardim Botânico de Bogotá no planejamento e no fomento das políticas públicas de agricultura urbana na capital colombiana, por exemplo, demonstrando a intrínseca relação entre a agricultura realizada nas cidades e os princípios agroecológicos. De fato, há uma forte relação entre a multifuncionalidade da agricultura urbana e a característica inerente à Agroecologia de pensar além dos aspectos produtivos da agricultura, enfocando seus diferentes objetivos nos aspectos ambientais, sociais e econômicos, principalmente.

Outro aspecto interessante que nos liga ao caso bogotano é o fato de que as políticas de agricultura urbanas desenvolvidas pelo Jardim Botânico de Bogotá foram pensadas a partir das práticas que já existiam, valorizando não somente as práticas, como também os conhecimentos tradicionais das populações que foram alvo, inicialmente, das políticas. Segundo Altieri (2012, p. 120) esta é, verdadeiramente, uma estratégia adequada e que está em consonância com a Agroecologia. Segundo ele,

Para beneficiar os agricultores mais pobres, a pesquisa e o desenvolvimento agrícola devem operar com base numa abordagem “de baixo para cima” (bottom-up), utilizando e desenvolvendo os recursos já disponíveis: a população local, seus conhecimentos e recursos naturais nativos. Devem também levar seriamente em consideração, por meio de abordagens participativas, as necessidades, aspirações e contextos dos agricultores.

O foco nos agricultores mais pobres, rurais ou urbanos, se justifica. Embora a produção de alimentos no sistema global seja imensa, a busca pela segurança alimentar e pelo direito à alimentação estão cada vez mais em pauta, pois, em contraste com a quantidade de alimentos produzidos há dados alarmantes sobre a fome no mundo, atingindo grandes contingentes populacionais rurais e urbanos. Há uma pressão para a produção de alimentos, de *commodities* e de agrocombustíveis, que

[...] está desencadeando uma crise sem precedentes no sistema alimentar global, que já começa a se manifestar em protestos contra a escassez de alimentos em muitas partes do mundo. Essa crise, que ameaça a sobrevivência de mais de um bilhão de famintos, é resultado direto do modelo industrial de agricultura, que não só é perigosamente dependente de combustíveis fósseis, como também tem se tornado a maior fonte de impactos antrópicos sobre a biosfera (ALTIERI, 2012, p. 364).

Altieri (2012, p. 365) conclui que “a continuação desse sistema degradante, da forma como é promovido pelo paradigma econômico atual, já não é uma opção viável”. Diante do cenário promovido pela agricultura moderna, da crise em diversas instâncias da vida e da busca por soluções, fica claro que a agricultura urbana não pode se pautar no desenvolvimento agrícola convencional como base para a sua construção e consolidação.

A agricultura convencional é, por si só, produto e reprodutora da lógica do capital na agricultura. A ruralidade produzida pela agricultura paradigmática no campo é uma ruralidade que, na maioria dos casos, reforça o sistema, e não que o questiona ou que propõe alternativas. Para que a prática da agricultura nas cidades possa ser uma ferramenta realmente transformadora e alternativa ao sistema, é necessário que ela se baseie em ideais alternativos de agricultura. Se a agricultura urbana representar uma simples transposição de modelo, guardadas as proporções de tamanho e de localização, vai esbarrar nas contradições trazidas de um modelo reprodutor da lógica do capital.

A agricultura urbana, porém, coloca em foco questões muitas vezes negligenciadas no modelo de desenvolvimento neoliberal e no projeto de modernidade que funcionam nas cidades. Se no modelo dominante o foco será a esfera econômica em detrimento das outras, com a lógica financeira colocada no centro, a agricultura urbana reinsere as esferas do social, do ambiental e do cultural como elementos fundamentais na consecução de uma outra experiência de cidade, assim como o faz a Agroecologia. Há, portanto, uma clara mudança de foco e que é importantíssima.

Neste sentido, a prática da agricultura urbana dialoga muito com a *Agroecologia*, que surge no contexto de uma crise enraizada no sistema socioeconômico hegemônico e da necessidade de uma agricultura que contemple outras dimensões que não apenas a técnica ou a econômica, ou seja, propondo uma *nova ruralidade* no campo. A sua base seria, exatamente, um enfoque multifuncional na agricultura.

A Agroecologia, portanto, pode ser uma ferramenta metodológica muito importante para que a agricultura urbana desenvolva todo o seu potencial de transformação. Os princípios agroecológicos estão em consonância com as características, o potencial, as necessidades e a aplicabilidade da AUP, já que promovem tanto a teoria, em seu caráter científico, quanto a ação, como um conjunto de práticas. Além disso, reconhecem as diversas funcionalidades e dimensionalidades da agricultura urbana e periurbana, oferecendo ferramentas úteis para a

construção de uma AUP relevante. Fantini (2016, p. 105, tradução nossa) propõe, finalmente, que:

Com seu enfoque interdisciplinar, sua ênfase nos conceitos de soberania alimentar e desenvolvimento sustentável e suas propostas de desenvolvimento participativo e endógeno, tal disciplina [a Agroecologia] segue representando um importante marco teórico/prático de referência para muitos experimentos e projetos de agricultura urbana e periurbana, especialmente por sua capacidade de fornecer ferramentas eficazes e comprovadas e indicadores quantitativos e qualitativos que permitem tornar visíveis os benefícios das atividades e gerar informação relevante para a tomada de decisões.

Entendemos, então, que a Agroecologia pode contribuir muito para que a agricultura urbana atinja todo o seu inerente potencial transformador, seja como atividade produtiva, seja como um ativismo, afinal, ela surgiu exatamente como uma forma de imprimir, no espaço rural, uma *ruralidade* diferente da que é característica da agricultura convencional. A agricultura urbana, criando, nas cidades, *ruralidades*, pode se basear nos princípios agroecológicos para que estas ruralidades tenham um caráter transformador na busca de uma *outra* cidade.

Para a construção de uma agricultura urbana efetiva, que funcione como alternativa e como elemento transformador, há grandes desafios postos, mas também ideias e práticas que surgem o tempo todo, sendo elementos de esperança para a consolidação de uma agricultura que se transforma em possibilidade real e em um elemento não mais estranho às cidades, mas parte constituinte do que é o urbano.

Felizmente, existem hoje milhares de iniciativas novas e alternativas desabrochando ao redor do mundo e promovendo uma agricultura ecológica, a preservação dos meios de vida de pequenos agricultores, a produção de alimentos saudáveis, seguros e culturalmente diversos e a criação de circuitos locais de distribuição e comercialização (ALTIERI, 2012, p. 367, grifo nosso).

Vamos explorar, agora, algumas destas novas iniciativas e alternativas de agricultura que têm surgido especificamente nas cidades de São Paulo e Bogotá, conhecendo seus principais aspectos a partir de algumas experiências selecionadas e compreendendo as transformações que a prática da agricultura urbana tem causado nestes espaços.

2 EXPERIÊNCIAS DE AGRICULTURA URBANA EM SÃO PAULO

A cidade de São Paulo é uma das principais cidades da América Latina, se configurando como um importante centro econômico, cultural e político. A grande mancha urbana paulistana, que expande a sua influência além dos limites territoriais definidos, em um amplo processo de metropolização, representa um caso de estudo relevante para as outras grandes cidades latino-americanas. Pela troca de experiências, é possível construir e desenvolver soluções próprias para os problemas vivenciados pelas cidades da América Latina, em contraste com o planejamento urbano que funcionou, geralmente, baseando-se em modelos concebidos nos países centrais. Pensar a América Latina a partir das experiências latino-americanas, então, pode ser uma via para a construção de nossa autonomia de pensamento e para o desenvolvimento de ações específicas voltadas ao nosso contexto.

O caso paulistano também é importante pela sua escala. A população estimada de São Paulo, em 2016, era de 12.038.175, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹⁰, caracterizando-se como a cidade mais populosa da América Latina e uma das mais populosas do mundo. Um número tão significativo, como este, nos ajuda a traçar algumas ideias iniciais sobre os problemas urbanos paulistanos, mas também sobre o grande potencial do surgimento de intervenções e iniciativas para a transformação da realidade, por meio da grande diversidade representada pelo número de habitantes.

Sabemos que as cidades latino-americanas enfrentam grandes contradições no seu cotidiano: no geral, uma modernidade inacabada, inconclusa, caracterizada, de um lado, pelas benesses do desenvolvimento econômico mais avançado, restritas, no entanto, aos mesmos grupos de sempre; do outro, pela miséria, desigualdade social e problemas estruturais básicos, separados geograficamente da riqueza, muitas vezes, por distâncias de metros. O caso de São Paulo não é diferente, sendo potencializado, ainda, pelo seu tamanho pouco usual.

É interessante, então, notar que a cidade mais rica do país e uma das mais significativas da América Latina, com todo o seu aparente sucesso, esconde diversas contradições, cada vez

¹⁰ Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355030&search=sao-paulo|sao-paulo>>. Acesso em mai. 2017.

mais insustentáveis para a população que as vive cotidianamente. Temos visto surgir, na cidade de São Paulo, diversos movimentos que retratam a insatisfação da população com o modo de vida urbano atual, fruto do planejamento moderno e de uma cidade pensada a partir dos negócios, dos empreendimentos, do capital financeiro, deixando o aspecto humano completamente negligenciado.

Um dos movimentos recentes que exemplifica, de maneira clara, a insatisfação urbana crescente é o ocorrido com as manifestações de junho de 2013. As manifestações, que se iniciaram com a questão da mobilidade urbana e do aumento do preço do transporte público, sob a iniciativa do Movimento Passe Livre, foram ganhando proporções gigantescas. Se o mote inicial era a questão do transporte, ao longo das manifestações as pautas foram se tornando cada vez mais diversas. O movimento acabou cooptado pela mídia, que em um momento inicial se posicionou contrariamente, dando pouquíssimo espaço às manifestações. Com o massivo apoio popular e a adesão de muitas pessoas aos protestos, a cobertura midiática se alterou, e o movimento passou a ser visto como legítimo. Além disso, o movimento foi também cooptado por grupos que defendiam a bandeira da não-política, reagindo raivosamente aos manifestantes que possuíam qualquer adereço ligado a um partido político.

Apesar de toda a mudança da essência dos protestos de junho de 2013, que levaram milhares de pessoas às ruas, é possível notar um item comum: a insatisfação das pessoas, muitas vezes sem um motivo claro ou uma pauta definida, mas latente; assim, junho de 2013 acabou se tornando um canal para a manifestação da insatisfação da população paulistana, que, muitas vezes, não tinha clareza total sobre o motivo de seu protesto, mas que se via insatisfeita.

Outras iniciativas de contestação da ordem vigente e que retratam a insatisfação urbana da população têm surgido, buscando, de alguma forma, e de maneiras muito variadas, transformar a realidade. É neste contexto que se insere, também, a prática recente da agricultura na cidade de São Paulo com um novo significado, além do aspecto produtivo.

A prática da agricultura na cidade de São Paulo, no entanto, não remonta aos últimos anos como algo inédito no contexto urbano. Ela é antiga e sempre existiu na capital paulistana. Temos os casos das regiões Sul e Leste de São Paulo, por exemplo, que apresentam diversas experiências de agricultura com fins comerciais, presentes até hoje em bairros como Parelheiros e São Mateus, respectivamente, dentre outras experiências antigas e relevantes. O que ocorre, no entanto, é que a prática da agricultura urbana ganhou um novo significado

nas últimas décadas, sendo realizada com motivações diversas, muitas vezes sem o foco produtivo que sempre esteve associado com as atividades agrícolas.

Parecem existir, portanto, diferentes vertentes dentro do movimento de agricultura urbana em São Paulo, que apontam para direções diversas. Se, de um lado, temos experiências que possuem o foco produtivo, tendo como finalidade principal a comercialização dos alimentos, mas possibilitando também o autoconsumo, de outro lado temos as experiências que surgem sem a clara vinculação com o aspecto produtivo da agricultura, possuindo finalidades como o ativismo, o lazer e a criação de novas sociabilidades, por exemplo. O nosso recorte, no caso paulistano, está exatamente direcionado para o segundo grupo de experiências.

Nestas experiências particulares de cultivos na cidade, parte de um movimento que se expande vertiginosamente, ocorre uma transformação do sentido da agricultura urbana. A mencionada transformação, em São Paulo, não ocorre, entretanto, tendo como elementos centrais as ações governamentais ou a criação de políticas públicas. Ela ocorre justamente pela ação de diversos indivíduos movidos pela vontade e pela necessidade de buscar uma outra vivência na cidade. Isso gerou experiências diversas de agricultura urbana, “[...] ligadas à inventividade dos indivíduos que agem como sujeitos a fim de explorar os contextos locais e reorientar na mesma ocasião sua trajetória de vida” (SUZUKI; BERDOULAY, 2016, p. 8).

A inventividade dos indivíduos gerou experiências muito particulares em sua origem e desenvolvimento. Quando o foco não é apenas produtivo, mas há a valorização de outros aspectos relevantes da prática, as experiências passam a ter cada vez mais contornos e traços específicos, que variam de uma experiência para outra.

Utilizando a classificação proposta por Oliveira (2017), podemos compreender melhor como a agricultura urbana se consolida como prática na cidade de São Paulo a partir da ação de indivíduos. A sua proposta é de classificar as posturas do poder público sobre a agricultura urbana em categorias que evidenciem a sua forma de atuação. As categorias que definem as ações públicas típicas relacionados à prática da agricultura urbana são o tipo *marginal*, o tipo *emergente*, o tipo *societal* e o tipo *estatal*. Cada um dos tipos mencionados se refere a uma postura dos governos, numa escala: o tipo *marginal* indicaria os casos em que a agricultura urbana é ilegal, com péssimas condições para o seu desenvolvimento; o tipo *emergente* indicaria que, por causa da ação dos indivíduos e da demanda gerada, o governo passou a olhar para a prática e a se mover; o tipo *societal* indicaria uma presença forte de associações

e ONGs na proposição e na organização da atividade da agricultura urbana; por fim, o tipo estatal indicaria um caso onde o governo trata a agricultura urbana como uma ferramenta importante no planejamento e fomenta a sua prática (OLIVEIRA, 2017).

Para Oliveira (2017), o caso de São Paulo é do tipo emergente, em que a prática dos indivíduos pressiona o poder público a legitimar a agricultura urbana e mudar a sua governança local. Isto nos ajuda a compreender como ocorre, de fato, a transformação do sentido da agricultura urbana na cidade de São Paulo: pela ação dos indivíduos que, a partir de sua prática, transformam a realidade e obrigam o poder público a enxergar a demanda que surge.

Para a nossa análise, selecionamos algumas experiências específicas da cidade de São Paulo (figura 3) e consideramos, também, o contexto geral da agricultura que se realiza nesta cidade. O objetivo da escolha foi evidenciar a diversidade e a multifuncionalidade da agricultura urbana, com experiências particulares, em contextos e espaços diferentes, possuindo motivações distintas e resultados diversos. Os casos selecionados nos parecem significativos, pois, apesar de serem exemplos muito diferentes em vários aspectos, possuem um fio condutor que amarra tais experiências, apresentando o seu potencial como uma prática transformadora das cidades.

Figura 3 - Imagem aérea das experiências de agricultura urbana selecionadas em São Paulo. Crédito: Google Earth Pro.

A nossa aproximação empírica às experiências de agricultura urbana em São Paulo teve início com uma visita à Horta Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), com os alunos da disciplina de *Geografia Social* da Universidade de São Paulo no segundo semestre do ano de 2017.

A Horta Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) foi criada no ano de 2013, nos fundos de um dos prédios do complexo da FMUSP situado no bairro de Cerqueira César, na avenida Doutor Arnaldo, perto de vias importantes com a avenida Paulista e a rua da Consolação, entre a Zona Oeste e a região central de São Paulo. Na figura 4, uma imagem aérea que mostra a área da horta.

Figura 4 - Imagem aérea da Horta Comunitária da FMUSP. Crédito: Google Earth Pro.

Acompanhando, como monitor, os alunos do curso de *Geografia Social*, o caminho até a Horta Comunitária da FMUSP evidenciou como um espaço produtivo, dentro das cidades, era algo que causava curiosidade. Os alunos, caminhando inicialmente pela Avenida Doutor Arnaldo, e posteriormente adentrando nas dependências da Faculdade de Medicina da USP, apesar de já saberem que conheceriam uma horta urbana, não sabiam exatamente o que encontrariam lá.

Havia uma curiosidade que era justificada quando o espaço da horta era visualizado. Nos fundos de um dos prédios acadêmicos, em um pequeno terraço, próximo de uma das avenidas mais importantes e significativas para a urbanidade paulistana, o espaço estava

sendo apropriado de uma maneira diferente e diversos alimentos estavam sendo produzidos. A curiosidade se manifestava, ainda, na caminhada realizada entre os diferentes cultivos e no olhar que buscava as pequenas placas que indicavam o tipo de cultivo.

O espaço que propiciou a materialização da horta estava sem uso. Por meio da inventividade e da iniciativa individual, no entanto, aqueles 520 metros quadrados de espaço foram vistos como possibilidade para a construção de alguma experiência. Thais Mauad, professora do Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina da USP, foi a idealizadora deste projeto, imaginando, então, a possibilidade de que aquele espaço fosse apropriado, tornando-se uma horta urbana.

A Horta Comunitária da FMUSP se materializou no dia 5 de junho de 2013, em comemoração da semana do meio ambiente, a partir da ação de um grupo formado pela professora. O início da horta se deu com apenas uma espécie plantada, em bombonas azuis de 200 litros. Era, mesmo, além do sentido literal, uma pequena semente que germinaria e brotaria, gerando um projeto muito interessante.

A horta se insere em um movimento de sustentabilidade que tem ganhado cada vez mais espaço nas discussões e debates, inclusive na Universidade de São Paulo. Em 2013, por exemplo, o projeto de horta comunitária participou de um edital da Superintendência de Gestão Ambiental da USP e o venceu, com a disponibilização de recursos para o fortalecimento da experiência de cultivo na universidade.

É interessante notar, no entanto, que a horta surge não a partir de uma política universitária, e sim pela ação de um grupo de indivíduos que viam sentido e importância naquela ação. Foi assim que a horta foi se desenvolvendo, crescendo progressivamente ano após ano. Mais e mais interessados e voluntários foram se achegando ao projeto, incluindo funcionários, professores, alunos e pessoas de fora.

Em 2013, a horta contava com apenas uma espécie plantada, mas a situação foi se alterando gradativamente. Apesar de ter vencido o edital da Superintendência de Gestão Ambiental da USP, a verba destinada ao projeto foi muito pequena, e serviu apenas para solucionar problemas urgentes. A horta é mantida exatamente pelo interesse e pela disponibilidade de recursos humanos e materiais dos voluntários, que foram responsáveis, então, tanto pela iniciativa do projeto, quanto são, agora, pela manutenção e pelo seu desenvolvimento.

Em setembro de 2017, data da nossa primeira visita à Horta Comunitária da FMUSP, já eram mais de 400 espécies de plantas cultivadas ali. As bombonas azuis se multiplicaram e, juntamente com outros recipientes para o cultivo, ocuparam quase a completude dos 520 metros quadrados do espaço que, antes, não tinha qualquer finalidade. A horta, além de dar significado para um espaço que antes estava vazio, também se utiliza de materiais que ganham um novo uso. As bombonas são grandes barris azuis que, cortados ao meio, se tornam recipientes para a plantação. A FMUSP recebe, também, diversos materiais em caixas de isopor, que, após o transporte, eram inutilizadas e descartadas. Pensando nisso, os voluntários da horta experimentaram encher as caixas de isopor de terra e realizar cultivos ali, e o resultado foi muito bom. O isopor, grosso, ajuda a isolar a terra e os cultivos do calor oriundo do solo cimentado, mantendo as temperaturas amenas. Nas figuras 5 e 6, respectivamente, o cultivo em bombonas e o cultivo nas caixas de isopor.

Figura 5 - Cultivo de alface realizado em bombonas plásticas. Fotografia nossa, em 02 set. 2017.

Figura 6 - Cultivo de plantas diversas em caixas de isopor. Fotografia nossa, em 02 set. 2017.

Um dos focos da Horta Comunitária da FMUSP têm sido o cultivo das chamadas plantas alimentícias não convencionais, ou simplesmente PANC, sigla utilizada para designar estas espécies de plantas e que ganhou espaço nos últimos anos. Tratam-se de plantas comestíveis com excelentes propriedades, mas que são pouco conhecidas e pouco utilizadas atualmente, apesar de terem sido amplamente utilizadas no passado. Em nossa visita inicial à horta, pudemos experimentar diversas espécies de PANC, conhecendo cultivos muito pouco difundidos e tendo a oportunidade de compreender como as hortas podem colaborar para a

retomada destes conhecimentos tradicionais que foram se perdendo paulatinamente no contexto de nossas cidades.

De acordo com Mauad (2017, informação verbal¹¹), os cultivos se realizam a partir de princípios agroecológicos que acabam por materializar uma agricultura ecológica, ou seja, sem o uso de insumos químicos sintéticos como os agrotóxicos, os defensivos agrícolas e os fertilizantes. Para a nutrição do solo e um crescimento mais adequado das plantas, utiliza-se, de acordo com a disponibilidade, a compostagem orgânica. As hortas urbanas costumam contar muito com a compostagem para o tratamento adequado do solo que resulte em um plantio efetivo. Além disso, a compostagem parece ser uma ferramenta interessante para cuidar de um problema urbano muito comum, especialmente nas grandes cidades: o lixo. Realizando a compostagem, podemos reduzir intensamente a nossa produção de lixo, colaborando ainda com a agricultura urbana. Há, também, na Horta, a destinação de elementos que seriam descartados, como as bombonas de plástico e as caixas de isopor, e que agora adquirem uma nova utilidade, colaborando, também, para a redução da produção de lixo.

No caso da Horta Comunitária da FMUSP, a maior parte do composto ainda vem de fora, de voluntários que realizam a compostagem em suas casas e trazem o composto orgânico para que seja utilizado nos cultivos. Sobre a necessidade do composto orgânico, Mauad (2017, informação verbal¹²) relata um fenômeno interessante: muitas vezes, anonimamente, garrafas de composto orgânico são deixadas na Horta, mostrando que pessoas de fora do grupo dos voluntários tradicionais também têm utilizado o espaço da horta e querem contribuir, de alguma maneira.

A experiência da Horta da FMUSP, portanto, vem crescendo e se desenvolvendo, com novos voluntários sendo agregados e a prática da agricultura urbana sendo difundida. As redes sociais, por exemplo, têm sido um meio efetivo de divulgação do projeto e do que ocorre ali, com atualizações frequentes. No Facebook, a página específica da Horta Comunitária da FMUSP possuía, no início de 2019, pouco mais de 2000 seguidores. Uma experiência que começou de maneira pequena tem agora sido divulgada com postagens frequentes

¹¹ Informação fornecida por Thais Mauad em fala para os alunos da disciplina *Geografia Social*, em 02 set. 2017, na Horta Comunitária da FMUSP.

¹² Informação fornecida por Thais Mauad em fala para os alunos da disciplina *Geografia Social*, em 02 set. 2017, na Horta Comunitária da FMUSP.

acompanhadas por uma boa quantidade de pessoas. A articulação da experiência com as redes sociais possibilita, portanto, a difusão não só da prática, mas também das ideias que a constituem, sendo uma ferramenta muito poderosa.

Nas redes sociais são divulgados, também, os horários e os convites para os mutirões, que consistem no ajuntamento de voluntários para o trabalho de cultivo. O convite, realizado de maneira pública, mostra o caráter colaborativo da horta além dos limites do vínculo com a universidade, permitindo que pessoas de fora se juntem à prática da agricultura naquele espaço.

As redes sociais, de fato, têm sido um elemento muito importante para a difusão e para a consolidação da agricultura urbana em São Paulo. Há, em plataformas como o *Facebook*, diversas páginas, grupos e perfis que fazem publicações regulares sobre os cultivos na cidade, divulgando as suas ações, engajando novos voluntários e tornando a agricultura urbana um fenômeno acessível. A própria organização da Horta das Corujas, exemplo fundamental para o caso paulistano, teve origem por meio de um grupo denominado Hortelões Urbanos, que reunia, virtualmente, entusiastas da agricultura nas cidades e ativistas. Há, pelas redes sociais, a divulgação de diferentes eventos, além dos regulares mutirões, que acabam atraindo diferentes pessoas.

Não podemos considerar o crescimento da agricultura urbana em São Paulo e o protagonismo dos grupos ativistas sem a ferramenta das redes sociais, que têm se mostrado muito importantes para o caso paulistano. Até mesmo nossos contatos com alguns agricultores urbanos, nos trabalhos de campo da cidade de São Paulo, se deram por meio das páginas institucionais das hortas ou pelos perfis pessoais dos agricultores, evidenciando como esta ferramenta se apresenta como uma realidade importante para as discussões realizadas.

Um exemplo interessante é a agricultora urbana Claudia Visoni. Ela, uma das pioneiras da criação da Horta das Corujas, utiliza as suas redes sociais como ferramenta para a visibilização do que acontece na Horta, divulgando fotografias e fazendo até mesmo transmissões ao vivo que retratam o cotidiano do que é cultivar nas cidades. Todo este movimento acaba atingindo muitas pessoas, tornando a causa da agricultura urbana conhecida e a sua prática algo possível.

A divulgação do que é realmente a agricultura urbana ajuda a desmistificar a visão que alguns possuem sobre a prática, vendo-a como símbolo de atraso ou como um resquício de

uma outra época. Cultivar nas cidades continua sendo algo marcadamente estranho para grande parte da população.

É o caso da Horta da FMUSP, situada perto da avenida mais famosa de São Paulo, um dos marcos da urbanidade de uma das principais cidades do mundo. Próximo de um dos espaços símbolo do urbano paulistano, cresce uma horta construída de maneira colaborativa, com princípios agroecológicos e que dá tons verdes ao cinza urbano característico, configurando-se como uma ruralidade na cidade. Trata-se, portanto, de um espaço híbrido, particular, com uma significação própria. Em meio aos carros que se enfileiram na avenida, aos helicópteros que sobrevoam a cidade informando sobre o trânsito, à faculdade de medicina mais importante do país, ao metrô, debaixo da superfície, em alta velocidade e às pessoas correndo em suas vidas cotidianas, há, naquele pequeno espaço, uma ruralidade sendo construída e uma pequena semente para a transformação da cidade de São Paulo sendo plantada, a partir da ação de pessoas voluntárias que não ganham nada com o seu trabalho, senão o seu contentamento em fazer algo que lhes dá sentido.

Quando falamos de agricultura, a nossa tendência é de sempre considerar os resultados produtivos da prática, ou seja, de entender que a finalidade única e exclusiva da agricultura é a produção de alimentos ou de plantas variadas, para a venda, para o consumo próprio, como elemento paisagístico ou para qualquer outro objetivo. De fato, o resultado produtivo da agricultura urbana é visível. A nossa proposta, no entanto, é de considerar, também, os resultados que vão muito além do aspecto da produção. Queremos considerar, de maneira objetiva e subjetiva, como a prática de agricultura urbana gera resultados que colaboram para a transformação da realidade e que têm potencial para a transformação das cidades, como uma ferramenta de efetivação do direito à cidade.

A própria prática da agricultura nas cidades se configura como uma ruralidade, já que a agricultura tem sido vista como elemento estranho ao modo de vida urbano, como uma prática fora de lugar, originária do campo, do mundo rural. A presença de um foco de agricultura perto da avenida mais importante da cidade de São Paulo é representativa, portanto, de como a existência da horta e as práticas ali ocorridas são ruralidades na cidade.

Outro elemento que caracteriza a horta como uma ruralidade na cidade é a sua paisagem. Em meio ao cinza paulistano predominante e ao verde como estética, há um espaço com cultivos alimentícios, o que causa certo choque. A presença do alimento, ali, na terra, e

não na prateleira do mercado, mostra uma característica que não é comum às cidades e que marca tal espaço como diferente, particular, como uma ruralidade na cidade.

De fato, a ruralidade parece advir, justamente, da combinação entre o espaço e as práticas ali ocorridas. O espaço ganha um novo significado. Se, antes, um espaço inutilizado, trata-se agora de um espaço com novos elementos físicos, os diversos cultivos, que lhe conferem uma nova aparência visual. Mas não é só a transformação física e da imagem do espaço que marca a criação das ruralidades, e sim a sua junção com as práticas que são desenvolvidas naquele espaço. Como Harvey (2014) menciona, não é a estrutura física do espaço que o qualificará, em última instância, mas as práticas que se desenvolvem ali, dando significado para tal espaço. A mera presença de cultivos, ali, poderia não distinguir este espaço de um jardim. Sendo, no entanto, um espaço de desenvolvimento de práticas agrícolas, constituído por um fluxo de pessoas que passam por ali, param, disponibilizam o seu tempo e constroem, juntas, uma experiência de agricultura urbana, temos a criação de uma ruralidade importante que traz resultados significativos. Na figura 7, o espaço que foi transformado pela horta.

Figura 7 - Espaço da horta, com destaque para o prédio da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). Fotografia nossa, em 02 set. 2017.

No caso da Horta Comunitária da FMUSP, identificamos como a sua existência influencia diferentes aspectos da cidade. Uma implicação importante é a territorial, evidenciando como um grupo se apropriou de um espaço até então inutilizado e o requalificou a partir de sua prática, fazendo dele o seu território e disponibilizando, para a cidade, um novo

espaço, agradável, bonito e que permite a sociabilidade entre pessoas diferentes, já que é um espaço público.

O potencial multifuncional da agricultura urbana se confirma, portanto, na requalificação de espaços que não possuíam uso. Tal exemplo instiga a pensar na agricultura urbana como uma política pública para a requalificação de espaços urbanos como praças, parques e jardins, como tem acontecido no caso de Bogotá, com a agricultura urbana sendo pensada como ferramenta para a transformação ecológica e paisagística dos espaços da cidade.

Outro resultado interessante do caso da Horta Comunitária da FMUSP é a sua implicação social, dividida em alguns aspectos. O primeiro deles é a própria sociabilidade criada a partir da experiência de cultivo colaborativo, juntando pessoas diversas em torno de uma ação comum, gerando novos vínculos e a produção de ideias importantes. Não se trata, aqui, de idealizar o campo como o lugar de relações harmoniosas, simples e verdadeiras, enquanto a cidade perdeu todos os laços de uma sociabilidade ideal. Não se trata, portanto, da exaltação do idílico rural ou da depreciação da cidade, mas do resgate de um valor que tem sido perdido ao longo de décadas vividas sob o espectro da individualidade crescente, permitido pela criação de uma ruralidade na cidade: o da sociabilidade.

Além do resgate de um valor, há a promoção de diversos outros valores e conhecimentos, como os debates de sustentabilidade, o vínculo entre o homem e a terra, o conhecimento sobre plantas alimentícias pouco conhecidas e a noção de como os alimentos são produzidos. A horta, possui, então, um importante sentido de promoção de valores, conhecimentos e de educação. Algumas escolas têm levado seus alunos para conhecer a experiência de um cultivo na cidade, o que acaba conscientizando boa parte de uma geração sobre a questão ambiental e tornando a agricultura na cidade como algo comum, parte constituinte da cidade que eles vivem e estão conhecendo. Isto aponta para a possibilidade de que a ruralidade se torne uma urbanidade, uma qualidade e característica do urbano do futuro.

A implicação educativa da horta aponta para importantes implicações ambientais, com a disseminação de uma noção de cuidado com o ambiente e de valorização do verde e da diversidade, permitindo pensar em cidades que tenham a questão da sustentabilidade real como um de seus valores constituintes.

Há, também, no caso da horta, uma implicação política que evidencia bem como tem funcionado a relação entre a prática da agricultura nas cidades e as instituições na cidade de São Paulo. No início da Horta Comunitária da FMUSP, de acordo com Mauad (2017, informação verbal¹³), a direção da Faculdade de Medicina da USP não via a iniciativa com bons olhos. Com o tempo, com o engajamento de pessoas e com a ótima repercussão sobre a experiência de cultivo, a visão se alterou e a Horta passou a ser incentivada, ainda que de maneira tímida se considerado o aspecto financeiro. Tal situação ilustra muito bem como a agricultura urbana tem se consolidado, no caso paulistano, a partir das iniciativas de indivíduos e grupos, gerando uma demanda que faz com que as instituições ao menos legitimem a prática.

A Horta Comunitária da FMUSP gerou, também, importantes consequências para a área da saúde. Unindo a sua especificidade como um centro de ensino e pesquisa de excelência na área da saúde e a experiência de criação e manutenção da Horta, diversas pesquisas começaram a surgir e foram desenvolvidas, relacionando a agricultura urbana e a saúde. Destacamos, por exemplo, o trabalho de Amato-Lourenço et al. (2017) denominado *“Biomonitoring of genotoxic effects and elemental accumulation derived from air pollution in community urban gardens”*, que coloca em foco a questão da segurança dos alimentos produzidos em hortas comunitárias, já que o seu entorno, na maioria dos casos, é muito poluído. O trabalho foi produzido por pesquisadores envolvidos com a Horta Comunitária da FMUSP, o que revela uma importante integração entre uma atividade desenvolvida no espaço da Faculdade de Medicina da USP e as pesquisas que são ali realizadas, unindo a prática ativista e o interesse acadêmico. A Horta, então, tem propiciado debates muito relevantes na área da saúde. Outro resultado notável foi a elaboração do “Guia Informativo sobre Plantas Medicinais”¹⁴, publicado pela própria Faculdade de Medicina da USP, relacionando o conhecimento científico da saúde com as plantas cultivadas na Horta Comunitária da FMUSP que têm propriedades medicinais, divulgando um conhecimento importante de maneira simples e acessível.

Podemos perceber, portanto, a partir da experiência da Horta Comunitária da FMUSP, como a agricultura urbana pode ser utilizada como uma ferramenta multifuncional, tendo

¹³ Informação fornecida por Thais Mauad em fala para os alunos da disciplina *Geografia Social*, em 02 set. 2017, na Horta Comunitária da FMUSP.

¹⁴ Disponível em: <https://issuu.com/karenterra/docs/guia_horta_fmusp_revisado>. Acesso em: 03 set. 2017.

implicações – materiais e imateriais – diversas e que se configuram como respostas para diferentes problemas urbanos. Buscando não superestimar o papel dos cultivos na cidade, e sim compreender o papel desempenhado pela agricultura urbana e o seu potencial futuro, é necessário reconhecer que, de fato, estamos falando de uma prática que tem reverberações na vida urbana, sendo potencialmente uma ferramenta para a sua transformação efetiva em variados aspectos, em conjunto com outras ações.

Seguindo os trabalhos de campo, tivemos a oportunidade de conhecer uma experiência bastante diferente de agricultura urbana, embora ainda muito incipiente: a Horta Comunitária da Ocupação 9 de Julho, situada na própria ocupação, no bairro da Bela Vista, no Centro de São Paulo (figura 8). Trata-se de uma experiência recente que ainda passava por um processo de estruturação.

Figura 8 - Imagem aérea da Horta Comunitária da Ocupação 9 de Julho. Crédito: Google Earth Pro.

O caminho de chegada evidenciava uma típica paisagem urbana da região central de São Paulo. Prédios e mais prédios, com escassas áreas verdes, e a presença de um grande número de moradores de rua. Quando chegamos ao prédio da Ocupação 9 de Julho, um grande muro separava a rua do território da Ocupação, com um pequeno portão de ferro entreaberto para onde nos dirigimos. Na entrada, conversando com um membro da Ocupação que realizava o controle das entradas no espaço do prédio, caminhamos por alguns metros e

nos deparamos com uma pequena horta, ainda pouco estruturada, que havia surgido há algumas semanas.

A Ocupação, fruto da ação principalmente do Movimento Sem Teto do Centro (MTSC), se deu em um antigo prédio público, abandonado há muitos anos. O prédio era, até a década de 1970, uma das sedes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), quando foi abandonado e inutilizado, ficando por décadas fechado. Vale lembrar que o prédio está situado numa região importante de São Paulo, no Centro, perto de estações de metrô¹⁵ e de uma densa rede de transportes, de avenidas importantes e de serviços, ou seja, uma área valorizada e estratégica para a moradia.

Em 1997, após anos estando fechado, o prédio foi ocupado. A Prefeitura Municipal de São Paulo, então, prometeu que o prédio se transformaria em um conjunto habitacional, em negociações que acarretaram na saída do movimento de moradia da ocupação no ano de 2003. Sem o cumprimento da promessa, o prédio, mais uma vez, permaneceu abandonado, sendo reocupado pelos movimentos de moradia em três ocasiões, seguidas de reintegração de posse. Foi só em 2016, no mês de outubro, que o movimento reocupou o prédio com a estratégia de que aquele espaço se tornasse um espaço aberto de atividades culturais, fomentando os debates sobre a luta pela moradia.

Com a ajuda de coletivos e ativistas, o objetivo foi ativar os espaços da ocupação qualificando-os a partir da estrutura e das práticas ali desenvolvidas. Foi nesse intuito que surgiram, na Ocupação 9 de Julho, uma marcenaria, em conjunto com alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, e uma cozinha comunitária. Foi criada, também, uma cozinha que serve almoços aos fins de semana para o público de fora da ocupação. Além dessas atividades, houve a constituição da horta que havíamos visto em nossa chegada na Ocupação, compreendida na perspectiva de uma prática de ativação daquele espaço. Na figura 9, podemos visualizar alguns canteiros da horta e os prédios, ao fundo, definindo uma paisagem muito peculiar.

¹⁵ A estação República, das linhas 3 – Vermelha e 4 – Amarela, e a estação Anhangabaú, da linha 3 – Vermelha.

Figura 9 - Os canteiros de agricultura e os prédios, uma imagem que causa certo estranhamento. Fotografia nossa, em 24 jan. 2018.

A Horta Comunitária da Ocupação 9 de Julho era, ainda, um pequeno embrião de um projeto maior. Ela se iniciou somente em dezembro de 2017, em um mutirão realizado no início do mês com diversos voluntários externos, geralmente membros de coletivos ativistas. O objetivo norteador da Horta é propiciar alimentos saudáveis para as pessoas da Ocupação, além de ser uma ferramenta para a educação ambiental e para a discussão da agricultura urbana como fonte, de fato, de alimentos. Embora o seu surgimento esteja atrelado à questão da produção de alimentos, foi mais uma vez a ação ativista que tornou a experiência uma realidade.

O Sr. Sebastião Aparecido, morador da Ocupação 9 de Julho, ficou como responsável pelo cuidado com os cultivos. Em nossa conversa, ele afirmou que estava aprendendo, de fato, como produzir alimentos na cidade, já que encontrava dificuldades que não eram tão comuns no campo, como a ausência de solo (APARECIDO, 2018, informação verbal¹⁶).

Apesar de ser apenas um pequeno projeto de cultivo na cidade, a Horta Comunitária da Ocupação 9 de Julho, representa um caso interessante, já que uma prática como a agricultura urbana foi escolhida como ferramenta para a ativação do espaço de uma Ocupação

¹⁶ Informação fornecida por Sebastião Aparecido em entrevista realizada no dia 24 jan. 2018.

inserida em um contexto completamente urbano, na região central de São Paulo. O aspecto visual, aliás, é muito interessante. Se nos casos das outras hortas mencionadas há um certo isolamento dos cultivos por árvores e outros aspectos, na Ocupação a horta tem como fronteira para a rua apenas o muro. Em qualquer direção que olhamos estando na horta, vemos prédios e mais prédios e, ali no meio, alfaces, cenouras, tomates e outros alimentos sendo cultivados.

A horta, portanto, teve implicações territoriais. Um espaço que estava sem uso foi qualificado com uma estrutura de cultivos e com as práticas de sujeitos, moradores ou não, que decidiram colaborar com esta iniciativa, fazendo mutirões e visitas regulares para o desenvolvimento da agricultura ali. A agricultura na cidade, uma ruralidade, mais uma vez é utilizada para a requalificação de um espaço urbano. Na figura 10, um exemplo de como um espaço antes sem utilidade se torna viável para a atividade da agricultura urbana.

Figura 10 - Um espaço pequeno, antes sem uso, agora abriga cultivos de alimentos. Fotografia nossa, em 24 jan. 2018.

Gostaríamos de destacar, também, a implicação social da horta. Sendo realizada a partir de mutirões, a horta propiciou a criação de uma sociabilidade entre voluntários diferentes, e, mais que isso, um contato com a ocupação e com os movimentos de luta por moradia, divulgando a sua causa e fomentando o debate. Conversando de maneira informal com alguns voluntários, ouvimos que alguns deles tinham uma visão de desconfiança sobre a

Ocupação, mas que, após o conhecimento da experiência por meio do voluntariado na horta, a sua visão tinha se alterado.

Por fim, há também uma implicação econômica na existência da Horta Comunitária da Ocupação 9 de Julho. A horta tem sido utilizada na alimentação da equipe que gerencia as Ocupações 9 de Julho e Cambridge, demonstrando o potencial futuro de servir, de fato, como alimento para todos os moradores da ocupação, a partir de seu crescimento e de seu desenvolvimento. Além disso, a horta tem se conectado à Cozinha da Ocupação 9 de Julho, que serve refeições aos sábados e domingos, gerando renda para o próprio movimento de moradia.

Apesar de ser uma experiência recente e com poucos resultados imediatos, a Horta Comunitária da Ocupação 9 de Julho demonstra o potencial de ser, se bem trabalhada, uma opção viável de alimentação para todos os moradores da ocupação, saudável, sem custos e local. Além disso, a integração da horta com o restaurante é bastante interessante. Diferentemente dos outros casos, a Horta da Ocupação 9 de Julho tem demonstrado ter, como finalidade principal, a própria questão produtiva, nascendo, no entanto, a partir da relação entre a necessidade da ocupação de espaços e a necessidade de alimentação.

Mais uma vez, temos o potencial multifuncional da agricultura urbana sendo demonstrado, caracterizando-se como uma prática que contempla diversas finalidades e que tem implicações muito variadas, valorizando as particularidades espaciais de cada experiência e, além disso, ressaltando o papel do homem na construção de cada iniciativa. De acordo com a inventividade humana, as experiências são pensadas e desenvolvidas de maneiras diferentes, apontando para questões diversas e resultando em implicações que reforçam a prática da agricultura urbana como um fenômeno muito versátil. Nas figuras 11 e 12, respectivamente, alguns cultivos desenvolvidos na horta e o Sr. Sebastião Aparecido, responsável pelo cuidado com a horta.

Figura 11 - Canteiros de couve e alface. Fotografia nossa, em 24 jan. 2018.

Figura 12 - O senhor Sebastião Aparecido, responsável pelo cuidado com a horta. Fotografia nossa, em 24 jan. 2018.

Prosseguindo com as visitas pelas experiências de agricultura urbana na cidade de São Paulo para a realização dos trabalhos de campo, conhecemos um caso emblemático: a Horta

das Corujas, que está localizada no bairro de Vila Beatriz, um distrito do Alto de Pinheiros, região nobre na Zona Oeste paulistana. A Horta está localizada na Praça Dolores Ibárruri, também conhecida como Praça das Corujas, e foi a primeira experiência de horta comunitária em praça pública na cidade de São Paulo. Na figura 13, a imagem aérea da área da Horta.

Figura 13 - Imagem aérea da Praça Dolores Ibárruri, com destaque para a Horta das Corujas. Crédito: Google Earth Pro.

A Horta ocupa uma área de 800 metros quadrados e é aberta, o tempo todo, para visitantes, possuindo apenas um cercado e alguns portões para impedir a entrada de cães, que acabam, muitas vezes, destruindo alguns cultivos. Quando chegamos à Horta, diversas placas ressaltam que a entrada é livre, mas que devemos tomar cuidado para fechar o portão ao passarmos. Além disso, do lado de fora da Horta, outras placas dão instruções sobre o que pode e o que não pode ser plantado, além de algumas recomendações básicas para o funcionamento de uma horta comunitária. Nas figuras 14 e 15, respectivamente, a entrada da Horta das Corujas e a placa com algumas instruções.

Figura 14 - Entrada da Horta das Corujas. Apesar do portão, a entrada é livre para todas as pessoas. Fotografia nossa, em 18 jan. 2018.

Figura 15 - Placa com as instruções para a entrada na Horta das Corujas. Fotografia nossa, em 03 fev. 2018.

A Horta das Corujas existe desde o ano de 2012, fruto da ação conjunta entre membros do grupo Hortelões Urbanos e a Subprefeitura de Pinheiros. O desejo de criar uma horta ali, no entanto, veio do grupo, sendo a primeira materialização do que vinham discutindo há

algum tempo. Para isso, foi fundamental a relação entre Claudia Visoni, uma das pioneiras do grupo Hortelões Urbanos, e Madalena Buzzo, moradora da região da Praça das Corujas e envolvida em associações de moradores. Madalena Buzzo realizou um contato com a Subprefeitura de Pinheiros por *e-mail*, em maio de 2012, obtendo a aprovação e o apoio para a constituição da horta, apesar de não haver legislação específica sobre isso (NAGIB, 2016).

O trabalho de Nagib (2016) faz toda a reconstituição histórica, tanto da criação da Praça Dolores Ibárruri, ou a chamada Praça das Corujas, quanto da Horta das Corujas, de maneira descritiva e meticulosa, constituindo-se uma excelente fonte para a compreensão da concretização da experiência da Horta das Corujas. Focaremos a nossa análise, agora, no que houve após a criação desta experiência de ruralidade na cidade e as suas implicações.

O simples ato de caminhar na Praça Dolores Ibárruri e se deparar com a horta evidencia como aquele espaço é diferente. A horta se destaca na paisagem como um elemento vivo, que diferencia e qualifica aquele espaço, tornando-o não mais um mero lugar de passagem, mas um lugar de permanência. Alguns bancos de madeira situados em frente à horta são convidativos para que as pessoas que passam por ali sentem e desfrutem de um lugar agradável. Nas figuras 16 e 17, podemos ver instruções recentes bordadas em um tecido e uma nova placa colocada com o nome da Horta das Corujas, feita por uma das ativistas participantes desta experiência.

Figura 16 - Informações sobre a Horta das Corujas bordadas em um tecido, destacando a ferramenta do Facebook como forma de contato. Fotografia nossa, de 02 jan. 2019.

Figura 17 - Placa elaborada por uma ativista da Horta das Corujas, colocada recentemente. Fotografia nossa, de 02 jan. 2019.

A atitude de cruzar o pequeno portão que separa a área da horta do restante da praça significa entrar em um espaço muito particular, que quase nos faz esquecer que estamos na cidade mais populosa da América Latina. São alguns elementos visuais, poucos, que nos lembram da realidade: um grafite no muro e o topo de alguns prédios que aparecem timidamente na paisagem. De resto, estamos imersos em um espaço que se constitui como uma ruralidade na cidade, onde os cultivos, o cheiro, o visual, as ferramentas, a presença de diversos insetos (figura 18) e outros elementos nos fazem vivenciar uma outra cidade. Nas figuras 19 e 20, alguns elementos que marcam o urbano, ali.

Figura 18 - Inseto pousado sobre a placa. Fotografia nossa, de 02 jan. 2019.

Figura 19 - O grafite no muro entre as plantas: lembrança do urbano. Fotografia nossa, de 18 jan. 2018.

Figura 20 - O topo dos prédios, de maneira tímida, brota entre o verde da Horta das Corujas. Fotografia nossa, de 18 jan. 2018.

O espaço da praça estava ali, há anos, mas, com a presença dos cultivos e das práticas que ali ocorreram e têm ocorrido, adquire um novo significado apontando para uma nova possibilidade de vida urbana. Não podemos cair na postura inocente e idealista de acreditar

que a prática da agricultura urbana é a solução para todos os nossos problemas, e que implantar hortas é o caminho único para a transformação das cidades e para a ascensão de um novo modo de vida. Temos que reconhecer, no entanto, que a agricultura urbana possui um caráter multifuncional interessantíssimo, se encaixando em vários dos anseios que têm brotado dos movimentos de busca pelo direito à cidade.

Uma implicação importante é territorial, com a apropriação de um espaço público e com o desenvolvimento de uma prática específica, envolvendo diversos atores que incorporaram tal prática em suas vidas. De um gramado esvaziado, aquele espaço passou a ser um espaço qualificado com uma prática que dá sentido para o espaço e, ao mesmo tempo, para os que dela se apropriam, tornando aquela área o seu território.

A experiência da horta trouxe, também, implicações sociais, conectando diversos moradores da área e voluntários de fora em torno de um objetivo comum, caracterizando-se como um elemento aglutinador e gerador de sociabilidades urbanas, um ponto de encontro em meio aos desencontros cotidianos que vivemos numa cidade do porte de São Paulo. Além disso, a horta tem se caracterizado como uma importante ferramenta educativa. Nagib (2016, p. 313), sobre isso, afirma que

A horta também recebe o público infantil em visitas monitoradas de escolas do entorno, que a integraram enquanto espaço de aprendizagem para o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas semanais. [...] As escolas de educação infantil (crianças de até seis anos de idade) *Piccolino* e *Espaço Brincar*, bem como o Barro Molhado, possuem canteiros próprios na Horta das Corujas para que as crianças possam realizar as atividades que lhes são introduzidas.

O interesse das escolas na experiência da horta, como vimos também no caso da Horta Comunitária da FMUSP, evidencia o significado da prática muito além de seu potencial produtivo. A horta possui não só os alimentos como o seu produto, mas origina toda uma gama de possibilidades. O espaço da horta se torna também um espaço de aprendizagem, propiciando que as crianças saiam da escola e ocupem um espaço público. Na figura 21, uma placa explicativa presente na Horta das Corujas, ressaltando o seu caráter como espaço de aprendizagem.

Figura 21 - Placa que explica conceitos importantes sobre uma horta ecológica. Fotografia nossa, de 03 fev. 2018.

Além das implicações territoriais e sociais, a horta incide, também, na questão ambiental. Com o crescimento da horta, surge uma preocupação maior, dos frequentadores da praça e dos voluntários da horta, em preservar o espaço da praça, considerando-o um valioso espaço verde. A própria questão ambiental também é difundida pela experiência da horta: por ser a primeira experiência de agricultura urbana em praças públicas na cidade de São Paulo, a Horta das Corujas recebe uma atenção razoável da mídia, com a produção de matérias escritas, de rádio, televisão e internet sobre o caso da horta, colaborando para a difusão desta prática e dos valores que a norteiam.

As redes sociais também desempenham um papel importante na promoção dos valores que constituem a experiência da Horta das Corujas. O grupo da Horta das Corujas no Facebook, importante rede social, tinha, até o fim de janeiro de 2018, quase 5 mil membros, entre voluntários, pessoas que conheceram a horta por algum meio midiático, curiosos, dentre outros perfis. Uma pequena prática, um pequeno espaço, sendo, no entanto, potencializados pelo poder das redes sociais, que acabam servindo, também, como elementos de conscientização sobre o ambiente.

Outro elemento importante é a implicação cultural da Horta das Corujas. Com o cultivo comunitário, a horta permite uma alteração no cotidiano das pessoas, que passam a

incorporar, de fato, a horta, os alimentos e os conhecimentos dela oriundos em seu dia-a-dia. Temos, assim, em escalas variáveis, a transformação dos hábitos das pessoas envolvidas de alguma maneira com a Horta das Corujas.

A Horta das Corujas teve, ainda, uma importância singular para a agricultura urbana na cidade de São Paulo. Foi a criação da Horta das Corujas que motivou a criação da Lei 16.212/15, promulgada em 10 de junho de 2015, pelo então prefeito Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT). A lei foi proposta pelo vereador Nabil Bonduki, também do Partido dos Trabalhadores (PT), e dispõe sobre a gestão participativa das praças do município de São Paulo, bem como seus objetivos, princípios e instrumentos.

A lei apresenta as hortas comunitárias orgânicas como exemplo de mobiliário possível das praças para o cumprimento de alguns objetivos, dos quais destacamos a busca pela sustentabilidade urbana, a apropriação das praças como espaço público pela comunidade, a melhoria da qualidade de vida e a conscientização e sensibilização para a conservação e valorização das áreas verdes urbanas. Mais uma vez, temos o exemplo de como as práticas influenciam a formulação de políticas públicas, colocando uma importante força política na ação de indivíduos comuns.

O caso da Horta das Corujas, portanto, fez com que a agricultura urbana fosse enxergada, pelo poder público, como uma prática importante no âmbito das políticas públicas, ainda que de maneira tímida. É uma semente, no entanto, para a valorização da agricultura urbana e para conquistas paulatinas no que se refere ao espaço da agricultura no planejamento urbano. Com a multiplicação de experiências e casos de sucesso, como é o da Horta das Corujas, a tendência é que haja, cada vez mais, demandas por legitimação da prática e por dispositivos legais que colaborem para a construção da agricultura urbana como alternativa viável para as cidades, e em especial, para a cidade de São Paulo.

Trata-se, em nossa opinião, de um pequeno sopro de esperança para a possibilidade de transformação de nossas cidades a partir das ações de pessoas comuns, com a retomada do direito à cidade como ferramenta disponível à população que vive e produz, de fato, as cidades.

A Horta das Corujas, por exemplo, tem sido reconhecida como uma experiência muito significativa. Em 2017, os voluntários da Horta das Corujas receberam o Prêmio Milton Santos – 2017, que “[...] visa reconhecer publicamente projetos ou iniciativas que promovam formas

locais de organização e desenvolvimento social no município de São Paulo”¹⁷. Na figura 22, é possível ver uma das placas na entrada da Horta das Corujas com o certificado de participação e um bilhete informando que eles haviam vencido a premiação.

Figura 22 - Certificado de participação no Prêmio Milton Santos - 2017, com o bilhete, à direita, informando que a Horta das Corujas havia sido a vencedora. Fotografia nossa, de 03. fev. 2018.

A experiência da Horta das Corujas também foi apresentada no seminário “Feed Your City” (alimente a sua cidade, em tradução livre), da Organização das Nações Unidas (ONU), mostrando casos relevantes de agricultura urbana nas Américas. Na figura 23, o certificado de participação com o reconhecimento dos esforços dos membros voluntários da Horta das Corujas, exibido na sua entrada.

¹⁷ Texto retirado do endereço eletrônico: <http://www.camara.sp.gov.br/premio-milton-santos-2017/>. Acesso em 08 jan. 2018.

Figura 23 - Certificado de reconhecimento do seminário "Feed Your City", da Organização das Nações Unidas (ONU). Fotografia nossa, de 03 fev. 2018.

Este reconhecimento, sem dúvida, colabora para a validação e a propagação da experiência de cultivo na cidade, especialmente em praças públicas. Por meio do engajamento dos voluntários, portanto, o projeto tem sido desenvolvido e difundido.

A Horta das Corujas, como uma ruralidade na cidade, apresenta implicações, também, na área da saúde. A horta possui um canteiro chamado de “Farmácia Viva”, com diversas espécies de plantas medicinais. Além disso, a horta também tem colaborado fortemente para a saúde física e psicológica das pessoas envolvidas. Nagib (2016) destaca que um dos resultados apresentados pela Horta das Corujas é o relato, por parte dos voluntários, de melhoria da qualidade de vida a partir do trabalho colaborativo no cultivo.

Vemos, então, que o caso da Horta das Corujas representa um marco para a agricultura urbana na cidade de São Paulo, sendo a primeira experiência de horta urbana em praças públicas, fomentando a criação de uma lei que coloca as hortas urbanas como estratégia para a consecução de diversos objetivos, divulgando a causa da agricultura urbana e sendo reconhecida em âmbito nacional e internacional.

Podemos ver, também, a comprovação, mais uma vez, do potencial multifuncional da agricultura urbana. A junção entre o espaço e a prática com a criação de uma horta urbana

constitui uma ruralidade na cidade, e esta ruralidade apresenta implicações reais em diversas instâncias.

A agricultura urbana pode ser vista, a partir dos casos estudados, como um fenômeno que vai muito além do aspecto produtivo, constituindo-se como uma ruralidade que, no futuro, pode tornar-se urbanidade, ou seja, uma prática reconhecidamente participante e constituinte de nossas cidades, de seu planejamento e de sua construção. Como Suzuki e Berdoulay (2016, p. 11) afirmam,

[...] já não estamos mais falando, apenas, da dimensão produtiva dos cultivos, mas do seu significado utópico de outra cidade, em que se busca criar outra relação com o verde e a biodiversidade, bem como de estabelecer novos parâmetros de relação entre os cidadãos e com o ambiente urbano, em que a ajuda e a troca de conhecimentos, tão presentes na tradição rural, estejam presentes na expansão da agricultura urbana em suas diversas e variadas faces como mediação necessária para o futuro da sociedade urbana, semeando novas cidades [...].

A agricultura urbana, então, pode ser uma das práticas necessárias para a construção de uma outra cidade, em consonância com o desejo de muitos e muitos que têm buscado, através de movimentos, ações e ativismos, transformar a realidade de acordo com os seus anseios e com as faltas que a vida urbana atual apresenta.

2.1. PANC e a promoção de uma cultura alimentar diferente

Uma questão que parece surgir com importância, no caso da agricultura urbana de São Paulo, é a reintrodução das PANC (plantas alimentícias não convencionais) na alimentação, o que nos traz, também um importante debate e uma importante implicação cultural. Resgatar o conhecimento sobre plantas comestíveis pouco usuais é fundamental para a restauração da biodiversidade, já que com o padrão de agricultura convencional, baseado fortemente nas monoculturas, diversas espécies se perderam, como atesta Altieri (2012, p. 24):

É inegável que a agricultura implica a simplificação da estrutura do ambiente em vastas áreas, substituindo a diversidade natural por um número reduzido de plantas cultivadas e animais domesticados. De fato, as paisagens agrícolas do mundo são destinadas ao plantio de apenas 12 espécies de grãos, 23 espécies de hortaliças e 35 espécies de frutas e nozes. Isso significa que não mais que 70 espécies ocupam aproximadamente 1,44 bilhão de hectares de terras hoje cultivadas no mundo. Essa paisagem é bastante contrastante com a diversidade de espécies de plantas encontrada em apenas um hectare de floresta tropical [...]. Das sete mil espécies utilizadas na agricultura, hoje, somente 120 são importantes para a alimentação humana.

O contraste não se dá apenas com as florestas tropicais, mas também com as hortas urbanas. Em muitas hortas, temos centenas de espécies presentes em espaços muito reduzidos, demonstrando a sua capacidade de garantia da biodiversidade, ainda que em pequena escala. Se vemos, falando de maneira global, uma tendência de diminuição cada vez maior do número de espécies que são importantes para a alimentação humana, a agricultura urbana representa uma tendência inversa a partir exatamente da reintrodução de espécies que foram por muito tempo consideradas apenas ornamentais, e que agora foram redescobertas como alimentos, e alimentos importantes.

Se engana quem imagina que as cidades desempenham um papel pequeno na manutenção da biodiversidade de espécies alimentícias. As espécies tradicionais são mais ameaçadas justamente de acordo com sua proximidade aos centros urbanos, o que evidencia o papel importante desempenhado pela agricultura urbana para o resgate de espécies que foram se perdendo progressivamente ao longo dos anos. Para Altieri (2012, p. 43),

À medida que a adoção de variedades modernas ocorre, as variedades crioulas e os parentes silvestres vão sendo progressivamente abandonados, tornando-se verdadeiras relíquias ou extintos. A maior perda de variedades tradicionais está ocorrendo mais nas várzeas de vales próximos aos centros e mercados urbanos do que em áreas remotas (BRUSH, 1986).

A agricultura urbana representa, portanto, uma possibilidade de que com o cultivo destas espécies, as chamadas PANC, e com a disponibilização de mudas e a disseminação dos conhecimentos a seu respeito, diversas espécies que estavam esquecidas sejam reintroduzidas no cotidiano das pessoas comuns, passando a utilizar as PANCs em sua dieta regular. Como fator cultural, trata-se de um importante resgate que tem o potencial tanto de preservar toda uma gama de espécies, quanto de transformar, de maneira pequena, o que as pessoas comem.

Claudia Visoni, uma das referências na prática da agricultura urbana e ativista da Horta das Corujas, afirma que esta é uma das importantes funções que a agricultura urbana deve desempenhar. Diversas espécies foram esquecidas, e cultivar nas cidades pode ser uma ferramenta efetiva para o seu resgate. Segundo ela,

Uma das funções da agricultura urbana é a gente manter essas espécies vivas não só na terra, mas o conhecimento de como usá-las na alimentação, porque isso está indo embora [...]. É muito comum espécies comestíveis que

se tornaram apenas ornamentais, porque as pessoas na verdade esqueceram porque as avós plantavam (VISIONI, 2019, informação verbal¹⁸).

A agricultura urbana pode desempenhar, portanto, tanto o papel de manter essas espécies existindo, evitando a perda de biodiversidade que se tornou tão comum na agricultura capitalista, visto que muitas destas espécies não possuem valor comercial, quanto o papel de manter estas espécies vivas na cultura de cada família, de cada indivíduo, por meio da difusão destes conhecimentos importantes. É isso que temos visto, também, no caso bogotano, contando com publicações do Jardim Botânico de Bogotá que têm o objetivo de promover o conhecimento sobre plantas locais que foram se perdendo no cotidiano da cidade.

Este talvez seja um dos grandes resultados da agricultura urbana de viés ativista na cidade de São Paulo. As PANC ganharam um protagonismo interessante em anos recentes, aparecendo em feiras, mercados e até mesmo sendo apropriadas pela gastronomia paulistana, presentes no cardápio de importantes restaurantes de São Paulo¹⁹. Até mesmo cursos estão sendo ofertados, como no caso recente do *Sesc Pompeia*, que sediou, durante todo o ano de 2018, uma série de encontros e debates sobre PANC, recebendo cozinheiros, nutricionistas e outros especialistas²⁰ que fizeram palestras com temáticas acerca das plantas alimentícias não convencionais.

Uma das palestrantes foi Thaís Mauad, idealizadora da Horta Comunitária da FMUSP, que esteve na programação do *Sesc Pompeia* no dia 10 de outubro de 2018, com o tema “A importância de se plantar PANC em hortas universitárias”. A palestra tinha o objetivo de demonstrar como a presença de hortas urbanas era um diferencial para a construção de uma outra alimentação, caracterizada por ser muito mais saudável.

Em outros encontros, a temática das hortas urbanas também esteve presente, sempre relacionada com o fomento às plantas alimentícias não convencionais, destacando a importância do atual movimento de agricultura urbana em São Paulo para a retomada deste conhecimento tão importante para a preservação da biodiversidade e de nossa cultura alimentar.

¹⁸ Informação fornecida por Claudia Visoni em entrevista no dia 02 jan. 2019. Em todas as próximas citações das informações verbais fornecidas por Claudia Visoni, estaremos nos referindo ao mesmo dia.

¹⁹ Por exemplo o restaurante Maní, da chef Helena Rizzo.

²⁰ Até mesmo Paola Carosella, uma das juradas do programa *Masterchef*, da Rede Bandeirantes, foi uma das referências em alimentação que fizeram parte da programação deste curso, destacando a apropriação das PANC como uma temática midiática, adquirindo espaço não apenas entre os ativistas das hortas urbanas, mas entre diferentes segmentos da população.

Um exemplo de como as PANC estão caindo no gosto da população de São Paulo, de maneira geral, vem por meio de Geraldo Gonçalves, pequeno agricultor orgânico do município de Ibiúna, no interior de São Paulo, que realiza hoje parte da venda de seus produtos na Feira de Orgânicos do Ibirapuera, localizada dentro do Parque do Ibirapuera e que acontece aos sábados, das 7h às 12h30. Em informação verbal²¹, Geraldo Gonçalves mencionou que tudo o que é produzido em sua propriedade de cerca de um hectare é comercializado na Feira de Orgânicos do Ibirapuera. Até mesmo o mato que nasce entre um cultivo e outro é levado, já que é comestível e tem importantes aplicações. Para ele, as pessoas estão cada vez mais conscientes sobre a alimentação e isso acarreta na busca pelas PANC. Um dos produtos que teve uma excelente aceitação dos frequentadores da Feira de Orgânicos do Ibirapuera foi um suco *detox*, feito com diversas verduras e algumas PANC.

É possível notar que há uma expansão do conhecimento das PANC para além dos ativistas das hortas urbanas, atingindo outros setores da população. Uma crítica muitas vezes realizada, no entanto, é que este movimento é elitista, privilegiando apenas camadas específicas da sociedade urbana. De fato, se pensarmos na atual difusão das PANCs e nos exemplos mencionados, vemos que o seu conhecimento e o seu consumo estão sendo apropriados por quem tem certo acesso privilegiado às informações e aos mercados específicos. Por outro lado, a reintrodução das PANC e a revitalização deste conhecimento tradicional representam uma saída importante para as populações urbanas mais pobres, que podem ter a sua dependência da compra de alimentos reduzida aproveitando plantas muitas vezes negligenciadas e podendo, também, experimentar um incremento na saúde por meio de uma alimentação mais saudável.

Para que exista este acesso, é fundamental que existam a valorização e a promoção da agricultura urbana dentro das casas. Muitas vezes, uma das grandes questões colocada como crítica para os cultivos na cidade é a ideia de que a agricultura urbana existe para alimentar 100% todas as pessoas da cidade. Não está dentro dos objetivos de cultivar nas cidades alimentar toda a população urbana de São Paulo. Há, no entanto, um enorme potencial para a substituição de parte do que comemos, promovendo o acesso da população urbana a uma alimentação mais fresca, diversa e saudável. Claudia Visoni enfatiza a noção de redução da dependência de alimentos de fora e de sua substituição pelo que é produzido em casa,

²¹ Informação fornecida por Geraldo Gonçalves em conversa pessoal no dia 10 jun. 2018.

destacando que esta é uma medida que não traz apenas benefícios econômicos, mas benefícios de saúde pública.

Não é que as pessoas vão se alimentar 100% daquilo que elas plantam no quintal. Mas a saúde delas vai ter um [neste momento, ela faz um gesto com a mão como se estivesse decolando, como mostrando que a saúde irá melhorar], além de gastar menos, assim, você vai ter uma alimentação mais saudável, mais variada, que te protege. Então, é uma questão de saúde pública (VISONI, 2019, informação verbal).

É a perspectiva de uma alimentação saudável um dos fatores mais importantes para o crescimento da agricultura urbana ativista em São Paulo e para que diversas pessoas busquem as hortas urbanas, interessadas na possibilidade do cultivo de seus próprios alimentos e de maneira saudável. Este parece ser um passo importante para que a agricultura comece a ser enfatizada como uma possibilidade, também, dentro de nossas próprias casas.

É notório haver um movimento crescente de conscientização e de propagação de valores por meio das experiências de agricultura urbana em São Paulo. A visibilidade do movimento de cultivos na cidade parece estar muito ligada ao surgimento de hortas ativistas, já que outros tipos de hortas já existiam, há muitos anos, porém sem a capacidade do atual movimento de visibilizar a agricultura urbana. Claudia Visoni (informação verbal, 2019) também compreende o papel das hortas comunitárias como fundamental para estas construções. Falando dos resultados obtidos pelo ativismo nas hortas, ela destaca:

A nossa rede tem crescido, [mas] é muito difícil separar, é tudo muito misturado, na realidade, então é difícil dizer o que se deve ao nosso trabalho especificamente ou não, mas a gente tem um movimento importante aí de revalorização das PANCs, que até a mídia está dando, a Rede Globo dá matéria disso e isso tem impacto. Isso está aparecendo de novo nos mercados, então a gente está conseguindo, e quando eu digo a gente, não é só a gente que está aqui nessa horta, mas todo o movimento dos orgânicos, da comida saudável, da segurança alimentar... Tudo isso é um conjunto de forças da sociedade atuando. Então a gente vê mudança, sim.

A agricultura urbana está posta, em conjunto com outros movimentos, como uma força propagadora das plantas alimentícias não convencionais, mostrando como uma prática ativista que emerge em determinados pontos da cidade, em experiências localizadas, começa a ganhar ares de movimento e influencia, diretamente, a construção do início de uma possível nova cultura alimentar.

Para que isso de fato ocorra, mais uma vez a agroecologia se coloca como elemento importante. Os princípios agroecológicos são norteadores de grande parte das experiências

de agricultura urbana em São Paulo, ainda que, muitas vezes, sem a consciência do que é exatamente a agroecologia. Claudia Visoni, em informação verbal, quando questionada sobre a influência da agroecologia na experiência da Horta das Corujas, disse que era total, embora o aprendizado tenha sido mais prático do que teórico. A agroecologia dialoga muito com a questão da manutenção da biodiversidade, conservando e aprimorando os recursos locais e valorizando os conhecimentos tradicionais. Isto acontece porque,

Ao se adotar uma estratégia agroecológica, os componentes de manejo são geridos com o objetivo de garantir a conservação e aprimorar os recursos locais (germoplasma, solo, fauna benéfica, diversidade vegetal etc.), enfatizando o desenvolvimento de metodologias que valorizem a participação dos agricultores, o conhecimento tradicional e a adaptação da atividade agrícola às necessidades locais e às condições socioeconômicas e biofísicas (ALTIERI, 2012, p. 115).

As hortas urbanas ativistas, com bases agroecológicas importantes, propiciaram não somente a manutenção e a retomada da biodiversidade em si no espaço das cidades, mas também possibilitaram a visibilização das PANCs como assunto importante e o seu espaço em feiras, mercados, restaurantes e na mídia, de maneira geral. Vemos como o potencial multifuncional da agricultura urbana se manifesta, transformando, de maneira pequena, porém visível, não apenas os espaços em que se realiza, mas gerando discussões frutíferas que acabam por alterar, lentamente, a cultura.

2.2. A agricultura urbana como utopia e como alternativa para o futuro das cidades

As hortas urbanas ativistas possuem uma diferença importante em relação a outras hortas existentes, desde décadas passadas, na cidade de São Paulo, que tinham como finalidade a comercialização de alimentos, e por isso mantinham um foco produtivo. Dentro do atual movimento de agricultura urbana de São Paulo organizado em hortas comunitárias e em regiões mais centrais da cidade, embora com interessantes exceções localizadas em regiões periféricas, a finalidade da agricultura urbana é outra.

O sentido das hortas não está mais tão ligado ao produto final da agricultura, os alimentos, mas se apresenta como um símbolo para uma transformação sonhada por determinados grupos para a cidade. Visoni (informação verbal, 2019) destaca que o campo de atuação das hortas ativistas é diferente da agricultura voltada para o abastecimento. Na verdade, em suas palavras,

O que a gente faz é algo muito específico. Essa aqui é uma horta ativista, ela tem um objetivo político, de combater, inclusive, o preconceito da academia. Na medida em que – o curioso é que, em geral, são pesquisadores jovens que se interessam por esse assunto e vão fazendo seus mestrados e doutorados usando a gente como case, não só a gente, outras hortas ativistas também, o próprio preconceito da academia vai dissolvendo, porque são preconceitos não técnicos, [mas] preconceito do ser humano que está ali naquela posição e que nasceu numa determinada época em que a agricultura era vista como atraso, então a gente precisa desconstruir isso [...] (VISONI, informação verbal, 2019).

A afirmação é contundente e demonstra que há, pela experiência dos agricultores urbanos, um grande preconceito da academia em relação ao fenômeno crescente da agricultura urbana. Muitas vezes, o foco está somente ajustado para a questão produtiva, relevando outros aspectos e o potencial multifuncional da agricultura urbana. Suzuki e Berdoulay (2016, p. 2), por exemplo, afirmam que a agricultura urbana “[...] continua a ser, sobretudo, avaliada em relação à sua dimensão produtiva e suas gradações de presença no espaço urbano contemporâneo, negligenciando as problemáticas teóricas ligadas à história das ideias e a abordagem geográfica”.

De fato, muitos dos elogios e muitas das críticas acadêmicas à prática da agricultura urbana estão ligadas ao seu sentido produtivo, considerando a agricultura urbana apenas um sistema de produção de alimentos na cidade, com a função de abastecimento. O atual movimento de agricultura urbana, no entanto, é bastante diverso e apresenta diferentes facetas. É correto afirmar que existem movimentos dentro do movimento de agricultura urbana em São Paulo. Muitas das experiências surgidas nos últimos anos, porém, têm seu foco ajustado para uma intervenção política nas cidades, com a apropriação do espaço urbano de maneira simbólica para a prática de uma atividade que parece estranha às cidades.

De acordo com Suzuki e Berdoulay (2012), não é mais apenas a dimensão produtiva da agricultura urbana que está em pauta, mas a possibilidade de construção de uma nova sociedade urbana, projetada para o futuro, sendo a agricultura urbana um símbolo para a utopia. Utopia foi uma palavra que também apareceu em outros discursos. O movimento atual de cultivos nas cidades parece representar um símbolo de um outro espaço urbano possível futuramente. A visão atual do movimento e as projeções futuras são mencionadas, por exemplo, por Claudia Visoni (2019, informação verbal). Para ela, a agricultura urbana possui uma importante dimensão presente. Ela destaca que

[...] nosso objetivo não é e nem nunca vai ser abastecimento; a gente está aqui para provocar esse diálogo com a cidade, com a comunidade, com a academia, com as empresas, com a mídia e, então, assim, para onde vão as hortas comunitárias? Não sei e nem estou muito preocupada. Eu queria te responder mais do ponto de vista macro, vou começar pelo macro. Isso é uma coisa que a ONU já percebeu: a gente precisa da agricultura urbana [...]. A gente precisa não só pela segurança alimentar, também pela segurança alimentar, e quando a gente fala em segurança alimentar, a gente não está falando somente de quantidade de alimento disponível, no caso da agricultura urbana a gente está falando em qualidade de nutrição. Hoje em dia o sistema agroindustrial consegue prover para as pessoas calorias, não é nem alimento. Então a gente tem problemas de saúde pública gigantescos porque a gente tem uma alimentação toda industrializada e baseada nas cadeias produtivas da indústria. Por que uma rúcula no mercado é mais cara que um pacote de salgadinho e biscoito? Porque é perecível. Assim, é muito mais fácil para a natureza e para a gente produzir uma rúcula. Se eu quiser produzir um *Cheetos* na minha casa, é muito mais difícil do que eu produzir uma rúcula, só que no mercado a rúcula é muitíssimo mais cara, tanto é que verdura virou comida de rico, com um custo para a saúde pública gigantesco.

A fala demonstra, de maneira clara, como a função produtiva da agricultura urbana não é negligenciada ou posta de lado pelo atual movimento de cultivos na cidade. O papel que a agricultura realizada dentro das cidades pode desempenhar, pelo contrário, não é só valorizado, mas é colocado também como algo imperativo. Para ela, que cita até mesmo estudos da Organização das Nações Unidas (ONU) que corroboram a sua afirmação, as cidades necessitam da agricultura urbana. Se a dimensão produtiva é tão importante e se a agricultura tem um papel a desempenhar, qual seria o papel desempenhado pelas hortas ativistas, que não possuem a finalidade produtiva? Mais uma vez, o caráter das hortas ativistas como intervenções políticas é ressaltado. Seu objetivo não é abastecer a cidade com alimentos, embora isso também ocorra em pequena escala, mas criar a possibilidade de novos diálogos que podem gerar novas práticas e, conseqüentemente, transformações na cidade em busca de uma nova situação urbana.

Visoni (2019, informação verbal) ainda destaca as diferenças entre as hortas comunitárias e as hortas para abastecimento, evidenciando a compreensão, por parte dos ativistas, de que os resultados desejados não são necessariamente alimentos, mas transformações.

Tem uma coisa que é complicada, que é a diferença entre horta comunitária e horta para abastecimento, geração de trabalho e renda. Se você vai fazer uma horta, não vou falar nem de vender, se o seu objetivo é colher o que você plantou e você está trabalhando num espaço público, semiaberto, sei lá, você precisa cercar a horta. Aqui nós somos cinco, dez para plantar e

centenas para colher. Então a gente planta basicamente para doar, porque as pessoas que plantam na horta não têm muito nem a oportunidade de colher [...]. E as pessoas que trabalham nesse tipo de horta comunitária sabem que estão fazendo esse trabalho de base política. A nossa colheita não é exatamente na forma de salsinha; a gente quer colher mudança social.

Nas hortas comunitárias, o trabalho é feito pelos voluntários, mas a colheita é aberta para todos os que passam por ali. Muitas vezes, quem trabalha não colhe o alimento, mas colhe outro tipo de resultado. A proposta das hortas ativistas é mais ampla do que o significado estrito da agricultura como atividade produtiva. É, a partir de um elemento que se tornou estranho na cidade, configurando uma ruralidade, produzir mais que alimentos: mudanças sociais, ambientais, culturais e a possibilidade de um futuro diferente. É marcante notar que a compreensão de que “[...] a nossa colheita não é exatamente na forma de salsinha”, como afirmou Visoni (2019, informação verbal).

O surgimento da Horta das Corujas em um bairro de classe média alta, por exemplo, não foi por acaso. Foi exatamente uma tentativa de visibilizar a agricultura urbana como prática na cidade de São Paulo. Quando o movimento iniciado pelos Hortelões Urbanos começou a buscar um lugar para realizar a primeira experiência de horta comunitária em praça pública (NAGIB, 2016), a Praça Dolores Ibárruri – popularmente conhecida como Praça das Corujas – foi escolhida pela sua localização, entre os bairros de Vila Beatriz e da Vila Madalena. Segundo Visoni (2019, informação verbal),

Foi intencional fazer num lugar *hypado*, de classe média, sei lá. Porque tem uma coisa muito séria no Brasil, também, que é a divisão social do trabalho. Agricultura é uma coisa tradicionalmente (e era o trabalho dos escravizados, dos mais pobres) última, muitas vezes é a última opção [...]. Então quando a gente, classe média, vem para o espaço público, é visto inclusive como uma atividade indigna você estar mexendo com a terra, as pessoas têm vergonha, de ter terra na unha, elas têm vergonha de serem entre aspas obrigadas a trabalhar na terra. Então é muito disruptivo quando a gente vem para um bairro não só de alto poder aquisitivo, mas que gera tendências [...]. Isso provocou uma *hypização* da atividade no imaginário do país, não estou falando nem só de São Paulo. Então é muito bacana e é isso mesmo que a gente queria fazer.

A Horta das Corujas, e de uma maneira geral, as hortas comunitárias ativistas, consolidam-se como espaços simbólicos dentro das cidades, e tornar estes espaços visíveis foi algo pensado. É interessante notar como, apesar de existirem diversas outras experiências de agricultura urbana mais antigas e já estabelecidas, é o atual movimento de hortas comunitárias que tem dado visibilidade e espaço para a agricultura no cenário paulistano.

Embora existam diferentes motivações dentre os grupos ativistas, conforme Visoni (2019, informação verbal), Horicato (2018, informação verbal²²), Nagib (2016) e Suzuki e Berdoulay (2016), parece haver no cerne do atual movimento de agricultura urbana composto por estes grupos a ideia de transformação da realidade das cidades. Em outros termos, podemos destacar a busca pelo direito à cidade, buscando configurá-la de acordo com os intentos de grupos que habitam as cidades, mas que, em muitos casos, não se sentem participantes delas.

No discurso, a busca é por um futuro onde a utopia se torne prática no espaço urbano de São Paulo. Suzuki e Berdoulay (2016, p. 12), falando sobre o Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo (MUDA SP), grupo que declara buscar uma outra forma de viver a cidade a partir da agricultura urbana, afirmam que

Encontra-se nos discursos e nas ações do Muda um horizonte utópico de refundação da sociedade pelo meio de novas relações com o espaço. Mas nota-se, ao mesmo tempo, que estas relações repousam sobre a amplificação da diversidade dos lugares e dos elos que os habitantes podem tecer com eles.

A ideia que está posta é exatamente a de um rompimento com os valores urbanos atuais seguida pela construção de novos valores, tendo na agricultura urbana um elemento simbólico do futuro que se aspira, especialmente no quesito alimentar. O MUDA SP criou, em 2013, a rede *Cidades Comestíveis*, que conta com um endereço eletrônico²³ para a divulgação de hortas, organizações, restaurantes e vendas de orgânicos, organizados em um mapa colaborativo (figura 24).

²² Informação fornecida por Mity Horicato em fala com os alunos do curso de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), no dia 26 mai. 2018, na Horta das Corujas.

²³ Para conhecer mais sobre a rede Cidades Comestíveis, é possível acessar o endereço eletrônico <<http://muda.org.br/projetos/cidades-comestiveis/>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

Figura 24 - Imagem capturada do endereço eletrônico do MUDA SP. Crédito: MUDA SP.

O projeto Cidades Comestíveis é apresentado justamente com a introdução da ideia de uma perspectiva futura de cidade, que pode ser construída com a colaboração de pessoas comuns.

Imagine que delícia seria morar em uma cidade onde a comida é de graça e cresce pelas calçadas, jardins, telhados e rotatórias. Deu fome, não? Essa cidade só é possível se você levantar-se do sofá e construí-la. Vamos? Tire suas sementes do armário, afie suas ferramentas, suje suas mãos de terra e converse com seus conhecidos (ou desconhecidos!) para criar uma horta comunitária!

Vamos juntos comer nossa cidade?²⁴

A utopia de termos cidades como a que foi descrita pelo projeto Cidades Comestíveis também está presente na fala de Claudia Visoni (2019, informação verbal). Para ela,

Quando todas as paisagens forem comestíveis de novo, não vai existir mais fome, não vai existir mais falência, não vai existir mais desespero, porque, assim, o mínimo do mínimo, que é água e comida, todo mundo vai ter acesso. Imagina você estar andando numa praça como essa e essa praça tem mamão, abacate, banana, em quantidade [...]. Você pode fazer a feira saindo para dar uma volta no quarteirão da sua casa, sem usar dinheiro. A utopia maior é a gente não precisar de dinheiro mesmo, nunca mais e tal. Mas, assim, vamos ficar nas utopias intermediárias. Se as nossas paisagens forem comestíveis, e isso eu comecei a perceber comigo mesma, plantando em casa, porque eu estou me especializando em esconder comida na paisagem... Então, por exemplo, teve a greve dos caminhoneiros e esse tipo de coisa levanta fantasias nas pessoas muito assustadoras, porque elas falam 'nossa, eu vou para o supermercado e não tem comida'. Eu olho para o meu jardim e tem inhame, tem mandioca, tem taioba, tem ora-pro-nóbis, tem umas frutas, dependendo da época tem uma ou outra... Eu não vou viver daquilo para

²⁴ Disponível em: <<http://muda.org.br/projetos/cidades-comestiveis/>>. Acesso em 22 nov. 2018. Grifo dos autores.

sempre, se tiver uma hecatombe nuclear eu vou me ferrar também, mas, não são 100% das minhas refeições que dependem do mercado [...].

Diferentemente do caso da agricultura urbana em Bogotá, no entanto, na cidade de São Paulo, a construção de uma outra cidade utilizando a agricultura como ferramenta depende quase que exclusivamente do interesse e da ação individual. Apesar de existirem legislações específicas sobre a agricultura urbana, como a Lei nº 13.727/04, promulgada em 2004 pela então prefeita Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores (PT), que institui o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP), o foco ainda é o seu aspecto produtivo, sem considerar as outras boas transformações que esta prática pode causar e fomentando a prática apenas financeiramente. Diferentemente do caso de Bogotá, em que houve uma forte difusão da visão sobre a agricultura urbana pelo poder público, em conjunto com capacitações técnicas e teóricas e com o acompanhamento dos agricultores urbanos, além da importante transição de visão com o passar dos anos, reconhecendo o potencial dos cultivos na cidade para solucionar diferentes problemas, em São Paulo a legislação não foi acompanhada de políticas públicas efetivas para o fomento da prática.

Mais recentemente, a Lei 16.212/15, já mencionada anteriormente, passou a prever as hortas urbanas como um equipamento possível para as praças públicas, o que ocorreu por conta da movimentação dos ativistas e da consequente criação da Horta das Corujas. Pode ser o início da transição de visão do poder público em relação à agricultura urbana. A realidade, no entanto, é que a consolidação da agricultura urbana em São Paulo ainda depende, hoje, dos diferentes indivíduos que têm construído experiências diversas, relevantes e que apontam, ainda de maneira tímida, para a transformação das cidades e para uma alternativa urbana futura.

3 EXPERIÊNCIAS DE AGRICULTURA URBANA EM BOGOTÁ

Chegamos, por fim, à experiência de agricultura urbana em Bogotá, capital da Colômbia. O trabalho de campo realizado em Bogotá se estruturou de diferentes maneiras. Partimos, inicialmente, do levantamento bibliográfico e do estudo sistemático de tudo o que havia sido escrito e se encontrava disponível sobre o fenômeno da agricultura urbana. A partir desta etapa, começamos a desenhar o que seriam as atividades de campo em Bogotá, cidade que visitamos em julho de 2018.

A cidade de Bogotá, ao lado de São Paulo, se configura como uma das cidades mais importantes da América Latina, representando outro caso importante de estudo, que é potencializado pela comparação entre os casos brasileiro, representado por São Paulo, e colombiano, representado por Bogotá. A finalidade desta comparação é compreender as realidades latino-americanas, buscando, de alguma maneira, a intervenção e a construção de uma nova realidade. A América Latina, em especial, tem sido um campo fértil para a agricultura urbana. Como destaca Fantini (2016, p. 98, tradução nossa):

Desde este ponto de vista, a América Latina é sem dúvida um campo de experimentação privilegiado. Graças à ação conjunta de ativistas, investigadores, agricultores e cidadãos, nas últimas décadas se desenvolveram aqui muitos projetos agrícolas com importantes resultados, e as mesmas instituições locais e nacionais tiveram que reconhecer a importância do fenômeno.

A comparação entre as duas experiências latino-americanas, portanto, é muito relevante para a continuação dos debates sobre a agricultura urbana em nosso continente e de suas perspectivas futuras.

Assim como o caso paulistano, o caso de Bogotá também é importante pela sua escala, configurando-se como uma das grandes cidades em tamanho populacional da América Latina. No ano de 2015²⁵, a estimativa era de uma população de 7.878.783 pessoas, de acordo com a projeção do Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE). É um número relevante que, em conjunto com o de São Paulo, evidencia o peso das duas cidades em seus

²⁵ Disponível em: <<https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/proyecciones-de-poblacion>>. Acesso em mai. 2017.

países e na América Latina. São Paulo e Bogotá, portanto, possuem similaridades importantes e configuram casos representativos para o estudo das grandes cidades na América Latina, e especificamente para o estudo da agricultura urbana e periurbana nas grandes cidades.

Utilizando, mais uma vez, a classificação de Oliveira (2017), que categoriza as experiências de agricultura urbana predominantes em uma localidade em quatro aspectos, buscaremos compreender o panorama da agricultura urbana na cidade de Bogotá. Enquanto a agricultura urbana na cidade de São Paulo se apresenta como do tipo emergente, com a prática de cultivos sendo pensada, principalmente, por pessoas comuns, sem grandes estruturas ou incentivos por parte do poder público, o caso de Bogotá é diferente.

A agricultura urbana em Bogotá pode ser caracterizada, inicialmente, como do tipo *estatal*, quando há um forte incentivo das instâncias governamentais à prática de agricultura nas cidades. Dada a representatividade da cidade de Bogotá, estudar a agricultura urbana, nos permitirá compreender como outra grande cidade latino-americana, de destaque, tem vivido a questão da agricultura urbana. A comparação dos dois casos, ainda, pode ser bastante frutífera, podendo indicar novos caminhos para o planejamento urbano das grandes cidades da América Latina.

O fenômeno da agricultura urbana em Bogotá, portanto, é mais do que uma prática emergente nas cidades e que passa a ser legitimada pelo poder público, como tem sido, em passos pequenos, o caso paulistano. Lá, pelo contrário, o poder público tem olhado para a agricultura urbana como uma ferramenta importante de planejamento e de transformação da realidade. Buscaremos, agora, a prática da agricultura urbana em Bogotá.

Desde o início de nossos estudos sobre a capital colombiana, e mais especificamente sobre a atividade de agricultura desenvolvida ali, detectamos um ponto nevrálgico que nortearia as nossas ações para a estruturação do trabalho de campo: o Jardim Botânico de Bogotá, que leva também o nome do astrônomo e botânico José Celestino Mutis. Em grande parte dos textos estudados sobre o caso bogotano, o Jardim Botânico de Bogotá era mencionado como um agente de grande importância para o desenvolvimento da agricultura urbana, fato que nos motivou a compreender o papel desempenhado por esta instituição para uma prática que, no caso de São Paulo, foi ressignificada a partir da ação de pessoas desvinculadas do aparato institucional, caracterizando um movimento ativista.

O caso de Bogotá reforça a ideia afirmada anteriormente de que a agricultura, de fato, sempre esteve presente no cotidiano da vida cidadina, tendo como um de seus aspectos

explicativos a própria constituição das cidades, formadas, na maioria dos casos, pelos movimentos migratórios de populações rurais que, ao chegarem em ambientes urbanos, reproduziam as práticas que lhes eram familiares. A cidade de Bogotá, surgida de pequenos povoados, teve a sua história e o seu crescimento advindos de populações campestres, fator que influenciou diretamente a construção do que viria a ser a capital colombiana.

É interessante, portanto, contrapor a história da cidade de Bogotá e as práticas das populações que passaram a residir ali com a concepção teórica moderna do que seriam as cidades. Havia um choque entre a prática e o conceito moderno de cidades que acabava por excluir, da vida cidadina, aqueles que não se encaixavam conceitualmente ao que se esperava ser a cidade, lugar do modo de vida urbano. A história demonstra que as populações rurais que haviam migrado para o núcleo urbano bogotano tiveram os seus modos de vida marginalizados em detrimento do ideal urbano, exclusão que causou a necessidade de sua inserção na vida urbana de acordo com os moldes modernos.

Anos depois, o resultado que se via em Bogotá – similar ao de outras grandes cidades latino-americanas – era a pobreza urbana, materializada, de diversas formas, no espaço urbano bogotano, mas que atingia especialmente as camadas da população que tinham origem rural.

Aparentemente desconectado do assunto inicial, é o problema da pobreza urbana que nos conecta, novamente, ao papel central desempenhado pelo Jardim Botânico de Bogotá. Em meio ao contexto de uma vida urbana marcada pela pobreza, que se expressava principalmente nas populações marginais, em sua maioria de origem rural, uma nova estratégia começou a ser desenhada no cenário bogotano. A agricultura na cidade passava a ser uma possibilidade viável para a sobrevivência das populações mais pobres, e o Jardim Botânico assumiu o importante papel de fomentar esta prática.

Mirando no reiterado destaque do Jardim Botânico de Bogotá no desenvolvimento e no fomento da agricultura urbana, a nossa primeira parada no longo itinerário do trabalho de campo foi justamente a sua sede, um importante ponto turístico da capital colombiana. Localizado entre a Carrera 70 e a Calle 63, no sistema ortogonal²⁶ de ruas de Bogotá, o Jardim Botânico está situado em um grande quarteirão que contempla, também, um complexo

²⁶ A cidade de Bogotá está organizada em um sistema ortogonal que conta com *calles* e *diagonales*, *carreras* e *transversales*, com a nomenclatura de cada uma definida por números, com algumas exceções que são nomeadas.

esportivo com infraestrutura diversa e uma das sedes da Universidad Libre. Muito próximo ao Jardim Botânico de Bogotá, entre a Carrera 68 e a continuação da Calle 63, está localizado o Parque Metropolitano Simón Bolívar²⁷, icônico para a cidade e considerado o pulmão de Bogotá, caracterizando-se como a área verde mais importante de Bogotá, com 113 hectares de área.

A espacialidade do Jardim Botânico de Bogotá e de seu entorno próximo marcam um forte contraste com o restante da cidade. As áreas mais centrais de Bogotá apresentam uma paisagem completamente cinza. Para os trabalhos de campo, ficamos hospedados no bairro chamado El Encanto, numa região um pouco mais afastada do centro. O nosso trajeto em direção ao Jardim Botânico era de aproximadamente 1,3 quilômetros, realizados em 17 minutos de caminhada. A nossa primeira ida ao Jardim Botânico foi determinante para perceber o contraste entre o raio em que se situa o Jardim e as áreas próximas. Em nosso caminho pela Avenida Boyacá, uma importante via bogotana, o que pudemos captar foi a exacerbação do que costumamos caracterizar como urbano: um tráfego intenso de veículos, o forte cheiro causado pela emissão de gases automotivos e pelo córrego que por ali passa, a presença de pouquíssimos resquícios de verde e um visual dominado pelos prédios, por comércios locais e pelas avenidas abarrotadas.

Chegando na Carrera 70, no entanto, já contornando a área do Jardim Botânico, pela primeira vez a nossa referência paisagística de Bogotá começa a se alterar. O verde passa a ser preponderante, de maneira que impressiona, visto a sua ausência latente no quilômetro de andança. De maneira emblemática, portanto, o Jardim Botânico de Bogotá se localiza em um imenso resquício verde, que ainda se estenderá por alguns quilômetros, no meio da cidade cinza. Na figura 25, uma imagem aérea deste espaço.

²⁷ Para mais informações sobre o Parque Metropolitano Simón Bolívar, consultar o endereço eletrônico: <<https://www.idrd.gov.co/parque-metropolitano-simon-bolivar>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

Figura 25 - Imagem aérea do Jardim Botânico de Bogotá. Crédito: Google Earth Pro.

A entrada do Jardim Botânico está localizada na Calle 63, com um grande letreiro destacando a portaria, como pode ser visto na figura 26. A visitação é paga, sendo a tarifa de adultos de \$2700 pesos colombianos²⁸, e a tarifa infantil, para crianças de 4 a 12 anos, \$1400 pesos colombianos²⁹. Maiores de 60 anos e menores de 4 anos são isentos da tarifa. Logo após a portaria, um grande mapa (figura 27), com algumas partes desgastadas, indica os possíveis caminhos. Após caminhar por algum tempo, sentei-me em um banco e passei a tomar anotações.

²⁸ Aproximadamente R\$3,21, em conversão realizada no mês de julho de 2018.

²⁹ Aproximadamente R\$1,66, em conversão realizada no mês de julho de 2018.

Figura 26 - Entrada do Jardim Botânico de Bogotá. Fotografia nossa, de 18 jul. 2018.

Figura 27 - Mapa na entrada do Jardim Botânico de Bogotá, indicando as diversas áreas deste grande espaço. Fotografia nossa, de 18 jul. 2018.

Os barulhos perceptíveis eram o canto de variadas espécies de pássaros, a conversa de um casal no gramado próximo e o vento, que se fazia presente, tornando a sensação térmica menor do que os 16°C registrados às 12h48. Numa quarta-feira, 18 de julho, o Jardim recebia um bom número de visitantes, especialmente se considerado o horário – pouco antes do horário de almoço. Durante a primeira caminhada de reconhecimento, foi possível notar diferentes pessoas, línguas e interesses. Enquanto muitas pessoas caminham despreziosamente, observando a vista e conversando, muitas outras fazem anotações e tiram fotografias, relevando um interesse mais específico.

A partir do já citado mapa na entrada do Jardim, localizamos o ponto de maior interesse para nossa visita inicial: o ponto H, chamado de “Área Experimental de Uso Sostenible”, contendo a zona de compostagem (ponto 26), as frutas de clima frio (ponto 27) e os cultivos urbanos (ponto 28). Chegando ao ponto H, a primeira coisa que notamos foi a presença de diversas placas explicativas, como podemos ver nas figuras 28 e 29, inicialmente falando sobre os frutos, presentes em boa quantidade e variedade por uma pequena área. Caminhando adentro da área de frutos (figura 30), pudemos ver o início da presença de uma horta, identificada posteriormente como um jardim agroecológico, com espécies comestíveis e espécies medicinais.

Figura 28 - Pequena placa explicativa com os dizeres (tradução nossa): "Os frutos são o presente para aqueles que distribuíram as sementes. E os humanos aprenderam a reconhecê-los e valorizá-los, plantando hortas, adaptando espécies e melhorando variedades de culturas". Fotografia nossa, de 18 jul. 2018.

Figura 29 - Outra placa explicativa, destacando (tradução nossa) que "o fruto é responsável por cumprir o objetivo final de uma planta: a reprodução". Fotografia nossa, de 18 jul. 2018.

Figura 30 - Início da área de agricultura urbana do Jardim Botânico de Bogotá, destacando as árvores frutíferas como uma possibilidade de agricultura dentro das cidades. Fotografia nossa, de 18 jul. 2018.

É interessante notar que a junção de “jardim” com a “agroecologia” representa, também, um padrão estético. Os canteiros produtivos parecem formar desenhos, e, em alguns

canteiros, notamos uma disposição que parece ter sido pensada além do aspecto produtivo, considerando também a estética do plantio (figuras 31 e 32). A nossa primeira impressão foi a de que o Jardim representa um possível modelo futuro e idealista para o que seria uma outra vida urbana, e que a sua fama em relação aos cultivos urbanos se justifica: o Jardim parece, mesmo, representar um importante centro de agricultura urbana em Bogotá.

Figura 31 - Cultivos urbanos do Jardim Botânico de Bogotá em forma de jardins agroecológicos, considerando também o aspecto paisagístico. Fotografia nossa, de 18 jul. 2018.

Figura 32 - Plantio de variedades de alface que representa a junção das noções de "jardim" e de "agroecologia". Fotografia nossa, de 18 jul. 2018.

Além de um reconhecimento inicial, a visita tinha outra finalidade. A nossa intenção era estabelecer os primeiros contatos para a sequência dos trabalhos de campo. Se o Jardim Botânico de Bogotá se mostrava como o ponto nevrálgico para compreender a agricultura urbana bogotana, era a partir dele que buscaríamos conhecer outras experiências relevantes e traçar a nossa rede de contatos de pessoas ligadas aos cultivos urbanos, rede que se faria extremamente relevante para a consecução de nossos objetivos de campo.

Assim, buscamos, dentre as diversas ramificações institucionais do Jardim Botânico de Bogotá, a coordenação de agricultura urbana, responsável pelo planejamento e pela execução de diversas ações relacionadas aos cultivos na cidade. Fomos recebidos, então, pelo Sr. Edgar Lara, coordenador de agricultura urbana do Jardim. A decisão de iniciar os trabalhos de campo pelo Jardim se mostrou muito acertada. A conversa foi muito produtiva, e o Sr. Edgar Lara nos orientou acerca do panorama da agricultura urbana bogotana e também sobre as experiências de agricultura mais relevantes da cidade. Além disso, agendamos uma entrevista para o dia 23 de julho de 2018, quando teríamos a oportunidade de explorar um pouco mais a participação efetiva do Jardim na agricultura de Bogotá.

Com a experiência prática de conhecer o Jardim Botânico de Bogotá, foi possível compreender um pouco do que a teoria dizia sobre o seu papel. Há, ao longo de todo o Jardim,

diversas referências, menções e informações sobre a agricultura urbana e a sua importância, como uma grande placa explicativa sobre a noção de jardins agroecológicos (figura 33). Além disso, logo na entrada da coordenação de agricultura urbana, um mapa identificava as experiências de agricultura que recebiam o suporte técnico do Jardim, com um número de hortas e de outros espaços de cultivo que superava, em muito, a noção dada pelos textos sobre a agricultura urbana de Bogotá.

Figura 33 - Placa explicativa sobre o conceito de jardins agroecológicos, mais uma referência presente no Jardim Botânico de Bogotá sobre a agricultura urbana. Fotografia nossa, de 18 jul. 2018.

Na primeira conversa com o Sr. Edgar Lara, ainda no dia 18 de julho de 2018, algumas capacitações técnicas sobre a agricultura urbana foram mencionadas, o que nos levou a solicitar indicações de leituras que contribuíssem para a compreensão da agricultura em Bogotá. No mesmo dia, recebemos um *e-mail* que continha 8 livros ou publicações sobre assuntos pertinentes para a discussão dos cultivos urbanos. Ganhamos, também, um exemplar físico, publicado pelo próprio Jardim Botânico de Bogotá, sobre plantas nativas bogotanas³⁰.

Passados o primeiro dia de trabalho de campo, a visita ao Jardim e a conversa com o Sr. Edgar Lara, algumas reflexões e outras inquietações surgiram. O Jardim materializava, de

³⁰ A publicação se chama *Propagación de Especies Nativas de la Región Andina*, de autoria do Jardim Botânico de Bogotá José Celestino Mutis e lançada em 2010.

fato, uma prática de agricultura na cidade, e a existência de uma coordenação específica, de informações abundantes e de todo um aparato teórico que visava a capacitação dos agricultores, demonstrava o papel relevante desempenhado por esta instituição e como o Jardim Botânico de Bogotá era o ponto inicial para que o caso de agricultura urbana em Bogotá fosse compreendido. Ao mesmo tempo, nos questionamos se, pelo grande fomento aparente dado pelo Jardim, a agricultura urbana de Bogotá era apenas reflexo de uma política institucional, e não um movimento que também emergia das pessoas. Esta seria uma variação importante do fenômeno encontrado em São Paulo, e poderia significar uma prática direcionada, perdendo um pouco de seu caráter questionador.

Tais reflexões e inquietações, geradas no primeiro dia de trabalho de campo, foram de grande utilidade para os dias de pesquisa restantes, colocando novas lentes em nosso olhar moldado pela teoria. A partir do contato com a coordenação de agricultura urbana do Jardim Botânico de Bogotá, traçamos a estratégia inicial que nos guiaria no decorrer dos dias, refazendo, diariamente, os planos, já que novos elementos eram acrescentados frequentemente com o surgimento de novos contatos.

O processo de realizar os trabalhos de campo, na prática, tem uma grande correlação com o desvendar que é próprio da atividade de pesquisa. Fomos para Bogotá com noções e planos do que iríamos fazer e do que deveríamos fazer, mas as atividades de campo são dinâmicas e vão revelando novas necessidades, e, mais que isso, novas possibilidades a serem exploradas. Nosso trabalho de campo em Bogotá não foi diferente. Realizar a pesquisa em São Paulo, nossa cidade natal, com todas as facilidades embutidas, incluindo a forma de comunicação, o conhecimento geográfico e a disponibilidade de acesso contínuo é muito diferente do que realizar a pesquisa numa realidade bastante diferente, com novos costumes, novos atores, uma língua diferente e uma quantidade restrita de tempo.

Após as diversas idas e vindas de pesquisa, conseguimos definir um caminho que nos parecia satisfatório para responder às questões propostas em nossa investigação. Tal caminho se iniciou no Jardim Botânico de Bogotá, como já foi descrito. No dia seguinte, 19 de julho de 2018, nos encontramos com a Prof. Dra. Nohora Inés Carvajal Sánchez, da Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia³¹ (UPTC), co-orientadora desta pesquisa, para discutir as estratégias de campo e traçar algumas reflexões sobre a agricultura urbana em Bogotá. Esta

³¹ Para mais informações sobre a UPTC, consultar o endereço eletrônico: <<http://www.uptc.edu.co/>>.

conversa foi frutífera e de fato gerou orientações que nos auxiliaram para a consecução dos objetivos de pesquisa. Estabelecemos, no mesmo dia, contato com os proprietários de uma loja de alimentos orgânicos situada em uma via chamada de Park Way, próxima às universidades mais importantes de Bogotá. Na figura 34, vemos uma imagem aérea desta via com destaque para a Ecosavia.

Figura 34 - Imagem aérea da Ecosavia, loja de produtos orgânicos. Crédito: Google Earth Pro.

No dia 20 de julho de 2018, entrevistamos os proprietários que havíamos conhecido no dia anterior, Ivan e Luz, donos da loja de orgânicos Ecosavia, com o objetivo de compreender a relação entre a produção de alimentos na cidade ou em seus entornos com a sua distribuição e comercialização, a inserção de alimentos orgânicos na cultura bogotana e as motivações para a abertura de comércios voltados ao consumo saudável. A Ecosavia está sediada em um pequeno espaço ao lado do Quipile Café de Origen, na Carrera 24 com a Calle 45, em um bairro mais valorizado, onde residem muitos professores universitários, estudantes e artistas. A sua localização em um bairro com tais características e a conversa com Ivan e Luz nos ajudam a compreender que a loja é voltada para um público específico, com maior acesso informativo e com um padrão de renda mais elevado. Na figura 35, vemos Cristina, uma das funcionárias da Ecosavia, Ivan e Luz.

Figura 35 - Cristina, Ivan e Luz, que trabalham com a comercialização de alimentos orgânicos em Bogotá. Fotografia nossa, de 20 jul. 2018.

Ao entrarmos na Ecosavia, pudemos notar uma quantidade razoável de alimentos *in natura* e outra quantidade razoável de alimentos orgânicos processados, como pequenos pacotes de biscoito e até mesmo *brownies*. Tanto no dia da entrevista quanto no dia anterior, o movimento, enquanto estávamos lá, foi parecido. Um ou dois consumidores, por vez, faziam as suas compras, e em seguida havia um período mais tranquilo seguido de mais alguns poucos consumidores. Cabe destacar que o dia da entrevista, 20 de julho, era um feriado nacional em comemoração da independência da Colômbia. Na figura 36, podemos ver alguns dos alimentos comercializados.

Figura 36 - Parte dos alimentos comercializados na Ecosavia, loja de produtos orgânicos em Bogotá. Fotografia nossa, de 20 jul. 2018.

Ainda no dia 20 de julho, por intermédio de Iván e Luz, obtivemos contato com um produtor de uma região próxima de Bogotá denominada La Calera, Arturo Kenys, que comercializava a sua produção em uma feira de importância significativa para a agricultura urbana de Bogotá: o Mercado Campesino de la Plaza de los Artesanos. Com a realização deste contato, agendamos uma entrevista com o Sr. Arturo Kenys para o dia seguinte, 21 de julho, sábado, na própria feira. Seria a nossa primeira oportunidade de conversar com um produtor no trabalho de campo, e significava, ainda, uma abertura importante para que conhecêssemos o funcionamento de um mercado campesino e a sua relação com a agricultura urbana.

Em nossa chegada ao Mercado Campesino de la Plaza de los Artesanos, caminhamos entre as diversas bancas de comercialização de alimentos para um reconhecimento inicial. Este Mercado Campesino se realiza no espaço da Secretaría Distrital de Desarrollo Económico de Bogotá D.C., órgão vinculado ao governo municipal de Bogotá e voltado ao desenvolvimento econômico da capital colombiana, e acontece somente aos sábados e domingos. O público que frequenta o Mercado Campesino já aparenta ser diferente do público que havíamos encontrado na Ecosavia. Ao invés do consumo mais elitizado da primeira, no Mercado Campesino há pessoas mais populares realizando a compra de seus alimentos. Na figura 37, a entrada do Mercado Campesino de la Plaza de los Artesanos.

Figura 37 - Divulgação do Mercado Campesino realizada em sua entrada. Fotografia nossa, de 21 jul. 2018.

Após a primeira caminhada, iniciamos a busca pelo nosso contato, o Sr. Arturo Kenys, que só havíamos conhecido por meio de mensagens. Depois de algumas conversas rápidas, fomos direcionados ao agricultor que nos esperava. Entre uma pergunta e outra de nossa conversa, clientes chegavam e eram atendidos, o que interrompia a nossa entrevista, mas permitia, ao mesmo tempo, a observação do cotidiano do trabalho de comercializar alimentos na feira e os hábitos, percebidos de forma superficial – embora interessante – dos consumidores.

Depois de cerca de uma hora de conversa, Arturo Kenys nos direcionou para o nosso próximo contato: a Sra. Rosa Robles, agricultora urbana que também comercializava a sua produção no Mercado Campesino e que representava uma importante liderança para os produtores ali envolvidos. Em conversas informais com outros produtores, o nome da Sra. Rosa Robles sempre era citado, demonstrando a sua relevância para o Mercado Campesino. Fomos apresentados, e depois de uma rápida conversa, ela nos direcionou para a sua horta, que ficava ali mesmo, no espaço da Secretaría Distrital de Desarrollo Económico de Bogotá D.C., atrás de um dos prédios do complexo, e que pode ser vista nas figuras 38 e 39.

Figura 38 - O espaço da Horta Comunitária da Plaza de los Artesanos, com um dos prédios da Secretaría Distrital de Desarrollo Económico ao fundo. Fotografia nossa, de 21 jul. 2018.

Figura 39 - O mesmo espaço da Horta Comunitária da Plaza de los Artesanos, agora visto de cima. Fotografia nossa, de 21 jul. 2018.

A Sra. Rosa Robles, afoita com a correria rotineira do Mercado Campesino, nos convidou para uma visita à horta durante a semana, quando não havia a comercialização dos

produtos, mas somente o trabalho com a terra. Depois de trocarmos nossos contatos, voltamos para nos despedir do Sr. Arturo Kenys e aproveitamos para fazer mais algumas perguntas, que nos ajudaram a compreender um pouco mais sobre o funcionamento do Mercado Campesino e sobre os atores que estavam envolvidos diretamente com a comercialização. Na figura 40, uma imagem aérea contendo a área do Mercado Campesino e a área de cultivos.

Figura 40 - Imagem aérea da Plaza de los Artesanos, destacando o Mercado Campesino e a Horta Comunitária. Crédito: Google Earth Pro.

Não havíamos percebido ainda, mas a Sra. Rosa Robles representava a intersecção entre os contatos que obteríamos por meio da coordenação de agricultura urbana do Jardim Botânico de Bogotá, através de Edgar Lara, e os que obteríamos por meio de Iván e Luz, donos da Ecosavia.

Depois de algumas andanças pela cidade de Bogotá e da sistematização dos dados que havíamos obtido até então, a nossa próxima atividade de campo foi a entrevista com Edgar Lara, coordenador de agricultura urbana do Jardim Botânico. Acrescentamos, ao nosso material de entrevista previamente concebido, as informações que obtivemos com ele mesmo em nossa primeira visita ao Jardim Botânico – os materiais de agricultura urbana, as publicações do Jardim Botânico de Bogotá e o livro que ganhamos.

A conversa foi extremamente agradável e frutífera, embora tenhamos sido interrompidos algumas vezes por conta de vários documentos que precisavam ser assinados

pela coordenação de agricultura urbana. Como já havíamos estado em campo nos dias anteriores, conhecendo um pouco da realidade da agricultura urbana em Bogotá, pudemos compartilhar as nossas percepções, contar um pouco da experiência paulistana e ouvir, da pessoa responsável pelo planejamento da agricultura urbana bogotana, qual era o panorama atual e quais eram os possíveis caminhos futuros para esta prática na cidade de Bogotá.

Edgar Lara se mostrou muito idealista e comprometido com uma visão de agricultura urbana que transpassa os aspectos técnico-burocráticos que poderiam ser esperados de uma instituição governamental. Embora a agricultura urbana seja, de fato, uma estratégia para a consecução de objetivos distritais, a visão pessoal do coordenador era mais profunda, considerando a prática de cultivos urbanos como uma maneira de construir novas cidades com novas qualidades.

Além disso, por meio desta conversa, pudemos traçar nossas próximas ações no trabalho de campo. Edgar Lara nos auxiliou na seleção de experiências de agricultura urbana relevantes por diversos motivos, seja das que ainda eram auxiliadas pelo Jardim Botânico de Bogotá, seja das que já não eram mais, mas haviam sido, outrora, objeto de ajuda por parte dos técnicos do governo.

Selecionamos, então, três casos que eram emblemáticos: a horta urbana da produtora Maria Elena, no bairro de San Martín, a horta urbana comunitária no bairro de Villa Inés e a horta urbana da Plaza de los Artesanos, parte comunitária, parte cuidada por uma única produtora: a Sra. Rosa Robles, que havíamos conhecido no final de semana anterior. Saindo do encontro com a coordenação de agricultura urbana do Jardim Botânico de Bogotá, iniciamos os contatos com as experiências de agricultura urbana que foram selecionadas.

No dia seguinte, fomos ao bairro de San Martín, localizado na região central de Bogotá, para conhecer a horta urbana da produtora Helena e para a realização de uma entrevista com ela. O bairro de San Martín, apesar de residencial, faz fronteira com a Carrera 7, importante via bogotana que reúne grandes bancos, instituições financeiras, escritórios comerciais e outros tipos de serviços. Em nosso trajeto, percebemos a grande mudança de paisagem entre a passagem pela Carrera 7 e nossa subida ao bairro de San Martín, como pode ser visto na figura 41, que realiza uma contraposição entre a Carrera 7 e o caminho para o bairro de San Martín.

Figura 41 - Contraposição da paisagem de dois espaços bastante próximos na cidade de Bogotá. Fotografias nossas, de 24 jul. 2018.

Situar a residência da Sra. Maria Elena em relação ao seu entorno, como a Carrera 7, nos ajuda a compreender o fenômeno que vem ocorrendo ali. O bairro vivencia, atualmente, um grande processo de especulação imobiliária. Durante a caminhada, notamos a presença de alguns terrenos em obras. O bairro, histórico para a cidade de Bogotá e dotado de residências muito antigas, assiste, agora, ao surgimento de grandes prédios, estacionamentos e de todo um aparato de infraestrutura, alterando as características locais e preocupando os moradores com a iminência de uma pressão para que vendam seus terrenos. A própria moradora relata a sua tensão em relação ao que ocorrerá com a sua horta, que pode ser fadada a uma sombra permanente por causa da iminente construção de um prédio no horizonte de seu terreno. Na figura 42, podemos ver a Sra. Maria Elena com sua horta e grandes prédios ao fundo, e na figura 43, a imagem aérea de sua residência.

Figura 42 - A paisagem contrastante entre a horta e os grandes prédios, com a produtora Maria Elena em destaque. Fotografia nossa, de 24 jul. 2018.

Figura 43 - Imagem aérea da horta urbana da Sra. Maria Elena. Crédito: Google Earth Pro.

Na manhã do outro dia, rumamos para a Plaza de los Artesanos, onde havíamos combinado de nos encontrar com a Sra. Rosa Robles, agricultora urbana de certa proeminência no Mercado Campesino de la Plaza de los Artesanos. Chegando lá, no espaço

da Secretaria Distrital de Desarrollo Económico de Bogotá D.C., tivemos que nos identificar, explicitando que visitaríamos as dependências da horta. Após uma rápida revista em nossa mochila, entramos e caminhamos em direção ao espaço de cultivo.

A Sra. Rosa Robles não estava lá, mas encontramos outras senhoras trabalhando no espaço comunitário da horta. Nos apresentamos, explicando o que fazíamos ali e qual era o objetivo de nossa visita, e então começamos a conversar. Duas senhoras falavam mais, enquanto outra permanecia no trabalho da terra. Descobrimos, com a conversa, que o espaço da horta era dividido entre a Sra. Rosa Robles e um grupo de pessoas – em sua maioria, senhoras – que realizavam ali diferentes cultivos. Os limites entre o território de um e de outro, apesar de não parecerem óbvios para nós, eram bem claros e conhecidos por elas.

O grupo chamado *Buena Semilla* (ou, em português, Boa Semente), se reunia há alguns anos para realizar cultivos urbanos de maneira comunitária. As três senhoras que estavam ali no início da conversa, mais uma quarta senhora que chegou depois, eram aposentadas, e praticavam a agricultura urbana de maneira voluntária. O que era produzido era delas, e os excedentes, muitas vezes, comercializados, embora a finalidade da horta fosse, em primeiro lugar, a sociabilidade criada por esta experiência e, em segundo lugar, o autoconsumo. Nas figuras 44 e 45, exemplos de alimentos produzidos, como as alcachofras, e parte do grupo que se reuniu para a fotografia com mais uma voluntária que chegou posteriormente.

Figura 44 - Cultivo de alcachofras na Horta Comunitária da Plaza de los Artesanos. Fotografia nossa, de 21 jul. 2018.

Figura 45 - Grupo de agricultoras "Buena Semilla", voluntárias na Horta Comunitária da Plaza de los Artesanos. Fotografia nossa, de 25 jul. 2018.

A sociabilidade criada, aliás, foi o elemento mais vezes mencionado em nossa conversa. Todas elas destacaram como a horta trazia sentido para as suas vidas, colocando

pessoas em relação com as outras, gerando espaços de convívio e criando objetivos compartilhados. Mais do que a saúde física trazida pelo consumo de alimentos saudáveis, como elas também mencionaram, a saúde mental era o aspecto mais privilegiado da prática construída por elas.

Neste caso, mais do que uma atividade de sobrevivência física, com o provimento de alimentos, ou de reprodução material, com a comercialização do que é produzido, a agricultura urbana se mostra como uma atividade de importância para a qualidade de vida integral de seus participantes. Extrapolando a esfera econômica, a agricultura urbana ganha contornos de alternativa para o restabelecimento da vida comunitária e da motivação.

Todas as personagens ouvidas neste momento ressaltaram o quanto aquela atividade era importante para a sua saúde mental, o que trazia implicações físicas para a sua existência, tornando a vida mais agradável. O suor no rosto de cada uma, o cansaço causado pelo trabalho pesado e o ritmo mais lento com que faziam cada coisa era compensado, o tempo todo, pelos sorrisos espontâneos causados pela colheita, pelos diálogos e pela convicção de que estavam colocando a sua força em algo que valia a pena.

Conhecer este grupo, inesperadamente, como foi, nos ajudou a compreender um outro lado da agricultura urbana de Bogotá, ressaltando o caráter multifuncional intrínseco à agricultura urbana. Longe de ser somente uma prática produtiva, a agricultura urbana é um símbolo da busca por uma outra sociabilidade urbana, por uma nova urbanidade calcada não mais nos mesmos princípios. As senhoras sorridentes que ali nos receberam podiam representar outros milhares que estão buscando alternativas para a vida urbana que lhes é oferecida.

Enquanto conversávamos com elas, a Sra. Rosa Robles havia chegado. Ela nos indicou que fôssemos ao *invernadero*, uma estufa que continha uma iniciativa recente desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico: os cultivos hidropônicos. Partimos, então, e em menos de 100 metros estávamos lá. Conversamos com a Sra. Fabíola, uma mulher mais jovem que estava trabalhando, naquele momento, com a produção hidropônica e que aparece na figura 46.

Figura 46 - A agricultora urbana Fabíola, com o cultivo hidropônico ao fundo. Fotografia nossa, de 25 jul. 2018.

Ela nos contou um pouco da história por trás daquela iniciativa. O projeto da hidroponia havia começado há apenas seis meses, em janeiro de 2018, sendo uma proposta desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Bogotá. A ideia era a de aproveitar pequenos espaços da cidade para realizar cultivos de alimentos saudáveis e em quantidade razoável, adotando as técnicas da hidroponia e apresentando canos horizontais justapostos, formando grandes estruturas triangulares, como podemos visualizar na figura 47, de maneira mais distante, e na figura 48, de maneira mais próxima.

Figura 47 - A estufa e a prática da hidroponia em Bogotá. Fotografia nossa, de 25 jul. 2018.

Figura 48 - Hidroponia, outra possibilidade de agricultura urbana presente na cidade de Bogotá. Fotografia nossa, de 25 jul. 2018.

Os agricultores também eram voluntários, e a estufa contava com o trabalho de seis pessoas que se alternavam em escalas. Para a sua capacitação, havia uma equipe de três engenheiros do departamento de abastecimento que provia todo o aporte técnico e teórico

necessário para o cultivo hidropônico. Entre as maiores dificuldades técnicas da hidroponia está a aplicação de nutrientes na solução aquosa, determinante para o êxito do cultivo. Neste caso, havia instruções específicas da equipe técnica sobre como os nutrientes deveriam ser aplicados. A Sra. Fabíola nos contou que os nutrientes estavam divididos em dois grupos (A e B), que deveriam ser misturados na hora do cultivo. Havia, portanto, um protocolo definido sobre a frequência, as quantidades da mistura e sobre como a aplicação deveria ser realizada.

Os alimentos produzidos são destinados ao consumo das pessoas envolvidas no projeto e os excedentes são comercializados no próprio Mercado Campesino de la Plaza de los Artesanos. A renda obtida pelas vendas é revertida para a manutenção do sistema de hidroponia e de sua infraestrutura e para a compra de ferramentas e insumos. A renda excedente, já descontado o aporte para a manutenção e a compra, é destinada aos próprios agricultores como uma renda complementar. A renda resultante da prática, portanto, é gerenciada pelos próprios agricultores, cabendo à Secretaria de Desenvolvimento Econômico o fomento à prática, que envolve, inclusive, a busca por novos mercados para que os alimentos sejam comercializados.

Quando questionamos qual era a motivação da Sra. Fabíola para cultivar alimentos na cidade, ouvimos que isso começou com seu pai. O grupo *Buena Semilla*, que havíamos conhecido há pouco, teve como um de seus idealizadores o pai de Fabíola. Ele era um dos responsáveis pela horta comunitária, mas havia adoecido, e Fabíola decidiu assumir o lugar de seu pai. Ela nos conta que, ao começar, tinha pouquíssima noção do que era a agricultura e, especificamente, a agricultura urbana.

Desde que começou, porém, se apaixonou pela prática e começou a ser mudada por ela. Fabíola definiu que trabalhar com os cultivos urbanos é como uma terapia, dizendo que os problemas iam embora e ela voltava para casa renovada. Além disso, disse que o contato com a natureza era um elemento que a motivava muito a prosseguir.

Seus hábitos, também, foram significativamente alterados desde que ela começou a produzir alimentos na cidade. Ela até brincou dizendo que não comia alfaces nunca, e que agora tudo o que ela via, na horta e em casa, eram pés e mais pés de alface. Assim como a sua alimentação mudou, Fabíola destaca que a alimentação do cidadão bogotano também tem mudado. Ela identifica uma preocupação cada vez maior com o que é consumido, destacando a procura por uma alimentação saudável.

Depois da conversa muito rica com Fabíola, nos direcionamos para conversar com a Sra. Rosa Robles, uma figura importante para o Mercado Campesino e para a agricultura urbana de Bogotá. A nossa conversa, na verdade, foi muito mais prática do que a expectativa: ela nos recebeu como uma enxada e passamos o restante da manhã conversando enquanto trabalhávamos na terra. Esta experiência foi interessantíssima para que compreendêssemos melhor o trabalho desta senhora.

Ela demonstrava possuir um rico arcabouço teórico e prático sobre a agricultura. Enquanto íamos trabalhando, a Sra. Rosa – que se mostrara tímida e fechada no sábado, quando havíamos conversado pela primeira vez – se abria mais e contava detalhes de sua vida, de seu cotidiano e de seu trabalho na horta. Ela, filha de pessoas do campo, havia trabalhado com agricultura a vida toda. Muitos de seus conhecimentos são oriundos de suas vivências de infância com seus pais.

Ela se especializou na relação entre a agricultura e a medicina, criando produtos naturais de base vegetal que possuíam fins medicinais. Durante o dia, por exemplo, ela nos ofereceu um pouco de protetor solar, feito por ela, para nos protegermos do forte sol que fazia. Além disso, ela comercializava seus alimentos no Mercado Campesino aos sábados e domingos, produção que vinha da horta em que estávamos trabalhando naquele momento.

Tínhamos a companhia de uma engenheira ambiental chamada Carol, que estava ali para aprender a prática da agricultura urbana com uma experiente agricultora. Em troca, ela oferecia a sua força de trabalho semanalmente, o que ajudava muito uma senhora que fazia todo o trabalho pesado sozinha, normalmente. Por causa deste exemplo, começamos a reparar como, em Bogotá, o interesse pela agricultura urbana crescia de maneira geral. Não se tratava de um fenômeno de conhecimento limitado aos que o praticavam, mas algo já estava, de alguma maneira, no imaginário bogotano.

Depois de algumas horas de trabalho com a Sra. Rosa, paramos para almoçar e pudemos continuar a conversa. As duas se mostraram muito interessadas em compreender como funcionava a agricultura urbana em São Paulo, e tivemos mais um momento proveitoso de compartilhamento de vivências. Abordaremos, ainda, ao longo do texto, algumas implicações e relações decorrentes do que pudemos vivenciar na horta da Sra. Rosa Robles.

Nossa visita seguinte foi à horta comunitária em Villa Ines, bairro da região de Puente Aranda, próximo da região central de Bogotá. Lá pudemos conhecer algumas agricultoras urbanas que, há três anos, estão construindo uma experiência muito interessante de cultivos

na cidade. Yaneth Bolívar, Patrícia Torres e Miriam Fantino nos receberam para contar sobre o surgimento da horta, sua história e seus desafios atuais, numa conversa que foi enriquecida com a presença de mais duas agricultoras, moradoras do bairro, que chegaram instantes depois. Na figura 49, as agricultoras da Horta Comunitária de Villa Ines, e na figura 50, o espaço da Horta Comunitária de Villa Ines.

Figura 49 - Agricultoras da Horta Comunitária de Villa Ines. Fotografia nossa, de 25 jul. 2018.

Figura 50 - Horta Comunitária de Villa Ines e parte de suas agricultoras voluntárias. Fotografia nossa, de 25 jul. 2018.

Durante a nossa visita, fomos convidados, pelas agricultoras, a participar de um curso de terraços verdes que estava sendo oferecido gratuitamente por uma organização, e que era realizado semanalmente com um técnico em agricultura urbana. Interessados pela oportunidade e visualizando uma possibilidade de compreender como se dava a capacitação dos agricultores urbanos e as suas perspectivas de rede, aceitamos o convite e voltamos ao bairro de Villa Inés no dia seguinte, às sete horas da manhã, quando caminhamos, juntos, em direção ao local de realização do curso. Na figura 51, uma imagem aérea da Horta Comunitária de Villa Ines.

Figura 51 - Imagem aérea da Horta Comunitária de Villa Ines. Crédito: Google Earth Pro.

Na caminhada para o curso, vimos um bairro que parecia demonstrar que a agricultura urbana era uma prática na vida de grande parte dos moradores. Pudemos notar, no caminho, diversos quintais produtivos, desde os muito pequenos até alguns um pouco maiores. Isso nos ajudou a refletir sobre o quanto a agricultura urbana tem se tornado, efetivamente, uma realidade cotidiana na vida das pessoas comuns, que desenvolvem normalmente as suas atividades profissionais, mas que dedicam tempo a cultivar seus próprios alimentos. Podemos ver exemplos de agricultura urbana nos quintais domésticos nas figuras 52 e 53.

Figura 52 - Quintal produtivo no bairro de Villa Ines, com diversas espécies de hortaliças e arbustivas. Fotografia nossa, de 26 jul. 2018.

Figura 53 - Exemplo de agricultura urbana realizada dentro das casas. Fotografia nossa, de 26 jul. 2018.

Chegamos em um estabelecimento comercial, ainda fechado, numa avenida movimentada. Subimos as escadas e, no terraço do estabelecimento, dois técnicos em agricultura urbana esperavam o nosso grupo. Na paisagem, podíamos notar diversas caixas grandes de madeira suspensas por alguns blocos, local em que se realizavam os cultivos. Algumas pessoas do grupo que participaria da aula já estavam ali, e outras foram chegando. Sobre o grupo, havia apenas um homem, além do técnico de agricultura urbana e de mim. De resto, somente mulheres e, em sua maioria, mais velhas.

Depois de um rápido lanche trazido pela própria turma e compartilhado entre todos, a oficina, de fato, teve início. Um elemento notado, de cara, foi o comprometimento do grupo. A maioria dos participantes portava cadernos que serviam de ferramenta para as anotações.

Além disso, o técnico de agricultura urbana, que conduziu a oficina, retomava, frequentemente, conteúdos de outras aulas em sua fala, o que nos fazia perceber que havia, de fato, uma sequência estabelecida. Na figura 54, vemos uma fotografia tirada durante o curso. É possível notar um pequeno monitor, utilizado para mostrar algumas fotografias que exemplificavam o que o técnico dizia.

Figura 54 - O curso de terraços verdes e a turma de agricultores. Fotografia nossa, de 26 jul. 2018.

Em todo o tempo a fala se mostrou extremamente prática, embora trazendo conceitos de biologia e agronomia, principalmente. A temática principal da aula era o controle natural da vida animal que incidia nos cultivos urbanos. Para isso, o técnico de agricultura urbana expôs variadas técnicas, calcadas na ciência e na prática, para a construção de hortas equilibradas e saudáveis.

Os princípios práticos eram explicados com base nos princípios teóricos que ratificavam a ação, e a própria experiência de cultivo dos participantes era um elemento determinante para o êxito do curso. Tudo o que era ouvido era colocado em prática não somente na oficina, mas também nas hortas cuidadas por cada um dos participantes. Assim, com frequência, durante a fala do técnico, diversas experiências eram trazidas como elementos enriquecedores para a oficina, sendo que muitas delas representavam dúvidas de outros agricultores ali presentes, que opinavam e buscavam soluções conjuntas.

Depois de uma fala com aproximadamente uma hora de duração, nos levantamos, tomamos um suco feito com frutas colhidas na horta comunitária de Villa Ines e rumamos para a parte externa do terraço, onde seria realizada a parte prática da oficina, numa espécie de horta-escola. Nesta etapa, pudemos realizar transplantes de mudas de uma incubadora para a terra, respeitando uma distância correta entre as mudas, espirramos uma solução de água com alho, para prevenir o solo de ameaças animais e misturamos cascas de ovos secas e trituradas na terra, com o objetivo de prover cálcio, magnésio e potássio às plantas. Nas figuras 55 e 56, vemos imagens do momento prático do encontro.

Figura 55 - Momento prático do curso de terraços verdes, capacitando agricultores para a produção efetiva de alimentos nas cidades. Detalhe: o curso é realizado num terraço. Fotografia nossa, de 26 jul. 2018.

Figura 56 - O técnico em agricultura urbana dá instruções para os agricultores, que desenvolvem capacidades teóricas e práticas para o manejo de experiências de agricultura urbana. Fotografia nossa, de 26 jul. 2018.

O curso, de fato, parecia capacitar teoricamente e tecnicamente os agricultores para que fossem proficientes no cultivo de alimentos nas cidades, com técnicas voltadas especificamente para os terraços urbanos. Antes de irmos embora, passamos pela composteira, com uma rápida explicação sobre o seu funcionamento.

Tivemos, ainda, como uma das últimas atividades de campo, a oportunidade de apresentar a nossa pesquisa para um grupo de estudantes de mestrado e doutorado de Geografia Humana da Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, o que proporcionou um importante diálogo sobre o fenômeno da agricultura urbana em Bogotá com acadêmicos que conheciam, profundamente, a realidade da capital colombiana e que contribuíram, de diversas formas, para as nossas reflexões sobre o que estávamos vendo, pensando e discutindo.

Foi uma oportunidade muito importante para que expuséssemos, em primeira mão, nossas impressões iniciais, ainda sem o aporte teórico e a análise que viriam depois, a um grupo de pessoas que conhecia a agricultura urbana e que estava familiarizado com os debates que realizávamos.

Este foi o roteiro que trilhamos ao longo de nossa passagem por Bogotá. Nossa tentativa foi de relatar o que ocorreu demonstrando que o trabalho de campo foi construído

a partir de pressuposições iniciais que tínhamos acrescentadas da prática de pesquisa. Partimos, portanto, de um ponto nevrálgico que havia sido estabelecido e buscamos explorar o fenômeno da agricultura urbana em diferentes direções para que pudéssemos captar a sua complexidade, a sua diversidade e a particularidade de cada experiência. Nosso objetivo, portanto, foi dar um relato pessoal de como essa construção ocorreu e de como achamos que ela foi coerente, sendo acompanhada, o tempo todo, por um fio condutor.

3.1. Agricultura urbana em Bogotá: gênese do fenômeno ressignificado

É um tema excitante, que eu não creio que seja novidade, pois realmente é muito antigo, e voltar ao antigo é algo retrô [...]. Então, [a agricultura urbana] é algo muito antigo que agora mesmo nós estamos vendo como uma novidade, e isso realmente me chama muito a atenção (LARA, 2018, informação verbal³², tradução nossa).

Falar de agricultura nas cidades é falar de um fenômeno que sempre existiu. A história das cidades demonstra que estes espaços, símbolos da vida urbana, sempre foram utilizados, também, como espaços de cultivos, embora isso ocorresse com variações na intensidade, nas áreas utilizadas e nos atores participantes. De qualquer forma, quando pensamos na história de constituição das cidades e de como foram, majoritariamente, as populações rurais que passaram a viver em aglomerações urbanas, é fácil compreender que estas tenham continuado a executar as suas práticas anteriores.

Quando compreendemos, portanto, a gênese e a constituição da cidade de Bogotá, concluímos que as populações rurais tiveram um papel de grande importância, com a continuidade de suas práticas rurais, agora no espaço urbano. Com o tempo e com os ideais da modernidade, no entanto, estas práticas foram se perdendo, e o modo de vida urbano ganhou contornos muito específicos delimitados pelo que era *moderno*. É possível imaginar como as práticas rurais, portanto, foram sendo relegadas a um papel subalterno, quase uma realidade a ser combatida, já que vista como sinal de atraso, como resquício de um tempo não moderno.

Mesmo assim, o pacote da *modernidade* costuma combinar, por um lado, um desenvolvimento econômico seletivo socialmente e espacialmente e, por outro, a reprodução

³² Informação fornecida por Edgar Lara em entrevista realizada no dia 23 jul. 2018, no Jardim Botânico de Bogotá. Todas as próximas citações contendo informações verbais fornecidas por ele também foram fruto da mesma entrevista.

da condição de miséria de diversas pessoas. Bogotá presenciava uma população muito pobre, de origem rural, que vivia às margens da sociedade urbana geograficamente, socialmente, culturalmente, economicamente e politicamente.

A prática da agricultura urbana em Bogotá remonta principalmente à década de 1950, com a intensificação do fluxo de pessoas do campo para a cidade. Após a sua chegada e a sua falta de inserção no mercado de trabalho e na vida cidadina, as populações oriundas do campo passaram a encarar a agricultura nas cidades como uma possibilidade de sobrevivência, além de ser uma maneira de reproduzir e preservar a sua cultura rural. Os cultivos se davam principalmente em áreas periurbanas, próximas e dependentes da cidade (VALENCIA; CELIS, 2011).

É correto afirmar, portanto, que a agricultura urbana teve o papel de meio de sobrevivência para as populações advindas do campo. É o que destacam Valencia e Celis (2011, p. 23, tradução nossa), dizendo que

[...] grande parte da população descendente dos primeiros grupos de migrantes, inserida em uma cidade em contínuo crescimento, desenvolve diversos problemas de saúde, nutrição e alimentação associados em grande parte à pobreza, convertendo-se em um dos maiores problemas que devem solucionar as diversas administrações distritais dos últimos anos.

O trecho citado destaca que esta população que chegava do campo desenvolveu diversos problemas de saúde e de insegurança alimentar decorrentes da pobreza da vida urbana que passaram a enfrentar, criando um grande problema social que deveria ser enfrentado pelo poder público.

Com a persistência do problema de inserção das populações de origem rural e humilde, e com os problemas decorrentes deste fato, como a fome e a insegurança alimentar, o governo distrital de Bogotá, na gestão do prefeito Luis Eduardo Garzón (2004 – 2008), institucionalizou a prática da agricultura urbana como uma ferramenta para a superação da fome e da pobreza, ou seja, como uma alternativa para os problemas sociais. O que o governo fez, na realidade, foi expor a questão da fome e colocá-la como um dos problemas centrais a ser enfrentado em sua política social.

A agricultura urbana era uma das ações previstas em um programa chamado de *Bogotá Sin Hambre* (Bogotá Sem Fome, em tradução livre), que fazia parte do Plano Distrital de Desenvolvimento, proposto pela prefeitura. Pensando na origem destas pessoas, ou até mesmo em suas *identidades* baseadas em uma vida rural, inicia-se uma política que considera

o cultivo de alimentos nas casas como uma ferramenta para a superação – ou ao menos para a mitigação – da pobreza urbana de populações específicas.

A tarefa de fomento à agricultura urbana – como uma das partes do Plano Distrital de Desenvolvimento – foi confiada a uma das secretarias da prefeitura local de Bogotá: a *Secretaria Distrital de Ambiente*, que, por meio do Jardim Botânico de Bogotá “José Celestino Mutis”, passou a pensar, a planejar e a executar ações específicas voltadas ao desenvolvimento de uma política de agricultura urbana para a cidade. Desde então, o Jardim Botânico de Bogotá tem sido um dos atores protagonistas quando falamos da agricultura urbana na capital colombiana.

É necessário ressaltar, porém, que as ações institucionais não inventam a prática da agricultura urbana, mas legitimam e dão um novo sentido a uma prática que já existia e que estava presente no contexto urbano de Bogotá. Segundo o próprio Edgar Lara (2018, informação verbal, tradução nossa), atual coordenador de agricultura urbana do JBB, “a agricultura urbana não é inventada no Jardim Botânico; sempre existiu agricultura urbana, mas o Jardim Botânico é um referencial pelo apoio e fortalecimento que fez neste tema”. O seu papel, portanto, parece estar ligado ao sentido da prática da agricultura urbana, pensando-a de maneira estratégica considerando os problemas urbanos da cidade de Bogotá.

Desde a gestão Garzón, a partir do ano de 2004, o Jardim Botânico de Bogotá tem buscado aproveitar uma realidade existente, embora na maioria das vezes de maneira marginal e pouco incentivada, para transformar a realidade bogotana, inicialmente tendo como questão principal o problema da fome.

É importante salientar como os atores ligados à agricultura em Bogotá destacam este momento inicial da política pública e suas reverberações na vida prática da cidade. Ivan Giovanny, por exemplo, dono da loja de produtos orgânicos Ecosavia, trabalhava na Alcaldía Mayor de Bogotá como psicólogo, tendo atuação direta na questão da segurança alimentar. Ele destaca que o programa *Bogotá Sin Hambre* tinha como ponto central a inclusão social. Para isso, a prefeitura passou a observar algumas tendências que existiam para que elas fossem aproveitadas e se tornassem mais efetivas. Um dos exemplos interessantes é o surgimento dos restaurantes populares – em Bogotá, os *comedores comunitarios* – em bairros

mais pobres. Segundo Ivan Giovanny (2018, informação verbal³³, tradução nossa), falando do início da gestão Garzón,

[...] daí começou a se trabalhar este processo, o tema de como implementar em Bogotá [o programa Bogotá Sin Hambre], e foi interessante, levando em conta que começava pelas coisas que já existiam, porque um dos acessos que se iniciou foi o modelo das ollas comunitarias, em setores marginais de Bogotá, onde as mulheres buscavam fazer a mescla dos alimentos, mas não somente mesclar alimentos, e sim [a busca] de pontos de encontro. Então cada um trazia uma parte e compartilhava e assim se faziam as ollas comunitarias. Daí partiu a ideia de que, “se há essa tendência [...] e é algo cultural, por que não a potencializamos?”, e apareceram os comedores comunitarios de Bogotá.

É interessante ver como a gestão pública, neste caso, teve um papel de grande importância no aproveitamento de uma prática que existia e que emergia da própria população, uma prática cultural. As *ollas comunitarias* eram, em tradução literal para o português, panelas comunitárias, ou seja, uma iniciativa de agrupar moradores de bairros pobres para que eles juntassem a sua comida e fizessem uma refeição comunitária. Tratava-se não só de um espaço para suprir a necessidade física das populações pobres, mas um ponto de encontro gerador de sociabilidades. O poder público, vendo a prática, enxergou o seu potencial para ser uma ferramenta que auxiliaria na superação da fome e criou, a partir das *ollas comunitarias*, os *comedores comunitarios*, restaurantes populares que eram instalados em bairros pobres.

Uma reportagem³⁴ do jornal *El Tiempo*, do dia 25 de abril de 2004, traz um pouco do contexto de criação dos *comedores comunitarios*, falando especificamente de um localizado em San José, em Bosa, próximo de Bogotá:

A fila começa a crescer antes do meio dia, quando as mães chegam com suas panelas colocadas em sacolas plásticas, as crianças que vêm da escola e os idosos, todos num silêncio de estômagos vazios e treinados no hábito de esperar.

[...] Este *comedor comunitario* surgiu há pouco mais de dois anos com uma sopa comunitária, feita em um fogão à lenha que os vizinhos acenderam em frente à igreja do bairro de San José. A ideia era do padre Jesús Pineda, que depois de ser transferido para este lugar começou a conhecer a situação de muitos, em um ambiente de recantos poeirentos, onde aqueles que moram na estrada principal são considerados privilegiados porque podem borrifar água em frente à sua pequena habitação e, portanto, pedir uma colaboração

³³ Informação fornecida por Ivan Giovanny em entrevista realizada no dia 20 jul. 2018. Todas as próximas citações contendo informações verbais fornecidas por ele também foram fruto da mesma entrevista.

³⁴ A reportagem completa está disponível no endereço eletrônico: <<https://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-1538462>>.

para os motoristas que passam por lá [...]. (GÉLVEZ, 2004, reportagem do jornal *El Tiempo*, tradução nossa).

A reportagem evidencia como o *comedor comunitario* é instituído a partir de uma prática que já existia: a sopa comunitária na igreja do bairro de San José, lugar de uma realidade pobre e, portanto, um dos alvos para a realização do programa *Bogotá Sin Hambre*. Um dos méritos da gestão Garzón, portanto, foi enxergar o potencial do que existia e fomentar estas atividades. O exemplo das *ollas comunitarias* foi também o que ocorreu com a agricultura urbana, prática que já existia, mas que era, agora, vista de uma maneira mais completa, com o objetivo de desenvolver o seu real potencial através do fomento público.

O próprio Ivan Giovanny complementa seu relato afirmando que uma das coisas mais interessantes resultante da execução do programa *Bogotá Sin Hambre* foi a mudança de cultura que começou a haver na cidade de Bogotá. Para ele, houve uma “quebra de paradigma” com todo o movimento da implementação da política pública contra a fome, e o cidadão bogotano passou a ver que, ao invés de se ter os alimentos em uma fazenda, por exemplo, ele poderia tê-los na sua própria casa. Esta mudança, para ele, fomentou ainda mais a agricultura urbana, prática que ainda surgia tímida no início da gestão Garzón, já que passou a suscitar diversas questões sobre ela.

A primeira ação do Jardim Botânico de Bogotá, relacionada ao programa *Bogotá Sin Hambre*, foi o *Proyecto 319*, um projeto que tinha como objeto central a agricultura urbana como ferramenta para a resolução do problema da fome. Para instrumentalizar os cultivos na cidade, de modo que eles passassem a ser uma ferramenta efetiva para a superação de um problema acumulado em décadas anteriores, o Jardim Botânico traçou estratégias que foram divididas em três eixos principais (VALENCIA; CELIS, 2011). O primeiro eixo a ser desenvolvido era a **capacitação em agricultura urbana**, realizada em dois âmbitos: a formação de técnicos em agricultura urbana que difundiriam o conhecimento necessário para a sua realização e a capacitação específica de agricultores urbanos, tanto no espaço do Jardim Botânico quanto em suas próprias casas ou em seus terrenos produtivos. Na figura 57, podemos ver uma placa presente no Jardim Botânico que destaca a criação de uma sala, em cooperação com o Japão, para a realização de capacitações em agricultura urbana.

Figura 57 - A capacitação em agricultura urbana aparece materializada, como no exemplo da placa, no Jardim Botânico de Bogotá. Fotografia nossa, de 18 jul. 2018.

O segundo eixo consistia no **acompanhamento técnico e social** destes agricultores. Eles não só deveriam ser capacitados para desenvolver iniciativas de agricultura urbana, mas deveriam ser acompanhados para o seu aperfeiçoamento, para a resolução de problemas oriundos da prática dos cultivos e também para que a sua situação social fosse monitorada.

O terceiro eixo era o da **consolidação de uma rede de agricultores**, ou seja, para que a prática da agricultura urbana se desenvolvesse, o Jardim Botânico acreditava ser fundamental a existência de uma forte rede de agricultores para a troca de informações e técnicas, para a criação de novas sociabilidades e para o fortalecimento do movimento de agricultura urbana.

Tratava-se, portanto, de um projeto abrangente e interessante para o fomento de uma prática até então de pouca visibilidade e apoio. O foco no acompanhamento técnico e social, por exemplo, é importantíssimo para que as iniciativas de agricultura urbana não acabem em suas primeiras dificuldades, e serve de complemento importante para o primeiro eixo, que consiste na capacitação dos agricultores. Yaneth Bolívar, Patrícia Torres e Miriam Fantino, agricultoras da horta comunitária de Villa Ines, destacaram, em diversos momentos de sua fala, a importância que o Jardim Botânico teve para que a sua horta fosse uma realidade. Quando questionamos qual havia sido o papel do Jardim Botânico de Bogotá para a realização

de sua experiência de cultivos na cidade, elas enfaticamente disseram que, sem o apoio institucional, não haveria horta. As orientações, as sementes, a terra, as plantas e a compostagem que estava começando a ser realizada: segundo elas, tudo isso, de variadas maneiras, teve origem a partir da ajuda do Jardim Botânico. Na figura 58, vemos um exemplo da materialização do apoio do Jardim Botânico de Bogotá.

Figura 58 - Mãos voluntárias engajadas e alimentos produzidos na cidade. O caso da Horta Comunitária de Villa Ines só foi possível por conta da ajuda do Jardim Botânico de Bogotá. Fotografia nossa, de 25 jul. 2018.

Em sua fala, percebemos que este apoio não foi só para que a horta fosse iniciada. Os técnicos do Jardim Botânico de Bogotá ainda fazem visitas regulares à horta, e as participantes trocam mensagens frequentes com Edgar Lara, coordenador institucional de agricultura urbana, demonstrando que a relação que se iniciou anos atrás, para a implantação da horta, ainda era mantida. Quando insistimos no assunto e questionamos se o Jardim Botânico continuava tendo o mesmo papel do início, mais uma vez a resposta foi enfática: para tudo o que precisam, recorrem aos técnicos em agricultura urbana.

Apesar de a horta comunitária de Villa Ines ser uma experiência de agricultura urbana mais recente, vemos, a partir de outras experiências, que a atuação do Jardim Botânico foi, desde o início, da mesma maneira. É o que nos conta, por exemplo, Elena, da horta Santa Elena, no bairro de San Martín. A sua horta surgiu antes do programa *Bogotá Sin Hambre*, ou seja, antes da atuação do Jardim Botânico. No entanto, ela destaca que, desde o início, houve

um apoio institucional sistemático para a prática de agricultura urbana em Bogotá, e que sem o apoio do Jardim Botânico ou de outras organizações não-governamentais que trabalhavam com agricultura, ela não teria aprendido muito do que sabe atualmente. Rosa Robles, da horta da Plaza de los Artesanos, com muita experiência na agricultura urbana, também destaca o importante papel desempenhado pelo Jardim Botânico por meio do suporte técnico dado aos agricultores.

Notamos, portanto, que o *Proyecto 319* foi, na prática, um importante passo para a ressignificação de uma prática que sempre existiu, agora trabalhada de maneira estratégica para que objetivos específicos fossem atingidos, transformando o espaço das cidades e alterando alguns aspectos da dinâmica urbana. A agricultura nas cidades, então, passa a ter um significado mais amplo e direcionado, além de ter uma visibilidade muito maior, já que, de prática muitas vezes marginalizada e relegada às populações mais carentes, ela passa a ser uma prática incentivada institucionalmente através das ações do Jardim Botânico de Bogotá.

Na conversa com o atual coordenador de agricultura urbana de Bogotá, Edgar Lara, perguntamos como era a realidade da agricultura urbana na capital colombiana antes dos programas guiados pelo Jardim Botânico. Segundo ele,

A agricultura urbana era realizada por pessoas de diferentes estratos, mas, geralmente, se focava muito a agricultura urbana nos estratos mais necessitados, mais vulneráveis da sociedade. [...] Quando se implementou [o *Proyecto 319*], [era] com esse objetivo, de fortalecer a população vulnerável, mas atualmente se enfoca nos diferentes estratos por diferentes motivos (LARA, 2018, informação verbal, tradução nossa).

A resposta de Edgar Lara demonstra como a visão inicial das políticas de agricultura urbana promovidas pelo Jardim Botânico era a de lutar especificamente contra o problema da fome, focalizando as ações nas populações mais pobres e vulneráveis socialmente. Com as ações do *Proyecto 319*, a consolidação da agricultura urbana como política pública e os bons resultados obtidos, demonstrados pela proliferação de hortas urbanas, a visão sobre esta prática vai se ampliando, alterando, também, o seu escopo de atuação.

Esta transição de visão, no entanto, não ocorre de um dia para o outro. O *Proyecto 319* vigora de 2004 a 2012 como foco para as políticas públicas de agricultura urbana, mantido mesmo com as mudanças de gestão na *Alcaldía de Bogotá*. Foi, portanto, um processo tanto de institucionalização de uma prática que já acontecia, mas aquém de seu potencial, quanto

de seu fortalecimento progressivo ao longo dos anos, construindo uma nova cultura de agricultura urbana em Bogotá.

Esta mudança de mentalidade não foi limitada a grupos específicos, como os técnicos de agricultura urbana do Jardim Botânico ou os próprios agricultores urbanos. A construção de uma nova visão e de uma nova cultura de agricultura urbana atingiu primeiramente, é claro, as pessoas que pensavam as políticas de agricultura para cidade de Bogotá e os agricultores urbanos, mas se expandiu, sendo difundida de maneira massiva até mesmo em propagandas televisivas. Atualmente, na plataforma de vídeos *YouTube*, é possível encontrar, no canal da *Alcaldía de Bogotá*, vídeos informativos sobre a ação governamental em relação a temas diversos, incluindo as iniciativas ligadas aos cultivos urbanos, forma de divulgar não somente as ações, mas a visão que as norteia.

A partir de 2012, o planejamento da agricultura urbana em Bogotá começa a adquirir novos contornos que retratam uma compreensão mais profunda sobre a prática da agricultura urbana. Substituindo uma concepção meramente produtiva, que considera a agricultura urbana pela sua finalidade principal, ou seja, a produção de alimentos, em 2012 é desenhado um novo projeto para a agricultura urbana de Bogotá que vislumbra novas transformações na cidade através dos cultivos urbanos: o *Proyecto 863*.

O *Proyecto 863* dialogava com as discussões sobre sustentabilidade que ganhavam força, colocando, no foco da política pública, as mudanças climáticas e a necessidade de melhoria da cobertura vegetal da cidade. O objetivo era instrumentalizar a agricultura urbana para que ela se tornasse, de maneira intencional, uma ferramenta efetiva para a reabilitação da estrutura ecológica da cidade de Bogotá (HERNÁNDEZ; RINCÓN; PINZÓN, 2017). A agricultura passava a ser não mais uma ferramenta apenas para a superação da fome e para a mitigação dos problemas sociais, mas um instrumento para a recuperação do ecológico na capital colombiana.

Ivan Giovanny (2018, informação verbal, tradução nossa), dono da loja de produtos orgânicos *Ecosavia*, quando questionado sobre a evolução da visão do Jardim Botânico sobre os cultivos na cidade, afirma, por exemplo, que houve uma “tomada de consciência frente ao ecológico” por parte dos atores envolvidos com a agricultura urbana e, de maneira geral, pela população bogotana, e que isso teria influenciado diretamente a transição entre o *Proyecto 319* e o *Proyecto 863*.

De fato, parece haver uma relação direta entre os resultados obtidos com a execução do *Proyecto 319* entre 2004 e 2012 e a transição de visão que ocorreu nas políticas públicas sobre a agricultura urbana de Bogotá. O objetivo inicial era superar o problema da fome. Com a proliferação de hortas urbanas e com o crescimento que este movimento teve ao longo dos anos, no entanto, a agricultura urbana parece ter revelado um potencial que traspassava a sua finalidade clara, que era a produção de alimentos. A agricultura urbana passou a ser vista como um fenômeno multifuncional, capaz de intervir na transformação prática do espaço de Bogotá de maneiras mais complexas do que o que era esperado no início, e o seu potencial ecológico foi colocado no centro do planejamento.

Em nossa entrevista com o coordenador de agricultura urbana do Jardim Botânico de Bogotá, Edgar Lara, foi possível compreender, com mais profundidade, como se deu o processo de ampliação e complexificação da visão sobre os cultivos na cidade e seu potencial. O alvo das políticas iniciais, colocadas em prática pelo *Proyecto 319*, por exemplo, eram as populações mais pobres e vulneráveis. Com o passar do tempo, porém, foi se tornando claro que a agricultura podia ser uma ferramenta com utilidade prática para os diferentes estratos sociais de Bogotá, de diferentes maneiras, e não só para as populações vulneráveis.

O sentido ecológico dado às políticas a partir de 2012 mostra, finalmente, a consolidação da transição de visão sobre o fenômeno da agricultura urbana. Para Edgar Lara (2018, informação verbal), o objetivo central de fomentar a agricultura urbana foi mantido, mas as diferentes administrações deram diferentes finalidades às políticas de cultivo na cidade. Questionado se havia, portanto, uma transição de visão, ele respondeu que

[...] sim, totalmente. Sim, porque não somente é o acesso aos alimentos, mas se é também um alimento saudável, [livre] de químicos, um alimento que eu posso cultivar e [realizar] umas atividades que me ajudam a desenvolver a mente, fazer exercícios, o cuidado da natureza. Saíram diferentes externalidades e objetivos que me ajudam a adaptar a agricultura urbana a diferentes grupos sociais (LARA, 2018, informação verbal, tradução nossa).

De maneira clara, vemos como o surgimento de externalidades, como definiu o próprio Edgar Lara, moldou a concepção de agricultura urbana do Jardim Botânico e, em consequência, a sua prática, fazendo com que este fenômeno, antes aplicado como política para as populações mais vulneráveis, fosse adaptado e utilizado agora com diferentes objetivos e em diferentes grupos sociais.

Das temáticas apontadas por Lara (2018) como possíveis novos objetivos, duas se destacam no contexto do *Proyecto 863*: o acesso a uma alimentação saudável, livre de insumos químicos, e o cuidado com a natureza. A finalidade desta etapa, entre os anos de 2012 e 2016, foi fomentar a agricultura urbana com motivações ecológicas, com enfoque na restauração e reabilitação do ambiente.

Para compreender melhor a guinada da visão da agricultura urbana em direção ao equilíbrio ecológico, compreender duas situações é de grande importância. A primeira delas é o próprio contexto urbano de Bogotá. A capital colombiana enfrenta grandes problemas ambientais ligados ao tráfego intenso de automóveis, que causa grandes níveis de emissão de gases tóxicos, e à ausência de cobertura vegetal em grande parte da cidade, o que contribui ainda mais para a diminuição da qualidade do ar. Focalizar as políticas públicas de agricultura urbana na reabilitação ecológica, portanto, significa atacar os problemas reais da cidade a partir de uma prática que tem se mostrado multifuncional. Mais uma vez, a agricultura urbana foi considerada estratégica para a resolução de um problema bogotano: se não mais a questão da fome, agora os problemas ecológicos da cidade.

Um dos aspectos da reabilitação ecológica possibilitada pela agricultura urbana é a questão de como tratamos o lixo. Nas grandes cidades do mundo, a produção de lixo também é muito grande, gerando enormes quantidades de resíduos. Por causa da agricultura, porém, é possível integrar os resíduos com as hortas urbanas, tratando-os de uma maneira muito mais adequada às necessidades ecológicas de nossas cidades. Há exemplos bem-sucedidos em diferentes lugares do mundo, mostrando que

A horticultura urbana e periurbana pode transformar os resíduos num recurso produtivo. Na América do Norte, muitas cidades reciclam resíduos orgânicos e os oferecem aos cidadãos como adubo composto para as hortas domésticas. Em Adis Abeba, uma empresa privada coleta diariamente cerca de 3,5 toneladas de resíduos orgânicos e os convertem em quase duas toneladas de fertilizantes de alta qualidade (FAO, 2012, p. 10).

Além de um tratamento diferente para o lixo, questão de muita relevância para as cidades grandes, há outras consequências ambientais importantes que podem ser resultantes da prática da agricultura urbana. Destacamos a redução das emissões de dióxido de carbono por conta da produção local de alimentos, evitando o transporte frequente de produtos do meio rural para o meio urbano, e resultando em menos poluição do ar (FAO, 2012). Outra consequência viável para a reabilitação ecológica das cidades é que

Os cinturões verdes [...] estabilizam terras ambientalmente frágeis, como encostas e margens dos rios, e impedem que sejam usadas para a construção de moradias inseguras. Em Bogotá, Hanói e São Paulo, hortas municipais ajudam a manter a estrutura e porosidade do solo, o que melhora a recarga dos aquíferos e reduz escorrimentos, prevenindo desabamentos e inundações (FAO, 2012, p. 10).

A outra situação importante é entender a relação intrínseca, no caso bogotano, da ressignificação da agricultura urbana com o aporte teórico (e filosófico, muitas vezes) da Agroecologia. Em muitas de nossas conversas ao longo dos trabalhos de campo, questionamos os agricultores urbanos ou atores relacionados sobre a Agroecologia e sua importância para os cultivos na cidade. A maioria deles, no entanto, não conhecia o termo, embora tivesse uma vaga noção do que significava. Embora faltasse o conhecimento formal sobre o termo, o que ficou claro, em todas as conversas, é que os princípios agroecológicos estavam muito bem estabelecidos na cabeça e nas mãos dos agricultores.

Um exemplo elucidativo surgiu conversando com a Sra. Maria Elena e questionando-a sobre a importância dos manejos ecológicos para a agricultura urbana. A sua fala foi reiterou o conhecimento empírico de vários princípios agroecológicos, embora sem as terminologias acadêmicas. Segundo ela, foi

[...] pensando na ecologia que isso me levou a somente colher folhas, porque faço mais larga a vida da planta e não estou toda hora plantando, plantando e plantando, não? E aqui se pode fazer. De repente, quem vive disso, se há uma granja, [...] sabe que vão chegar os mercados e que têm que levar a alface completa, e o fará [vai colher a planta inteira]. Eu não, não tenho este afã. E, ademais, que faço tirando a alface inteira de seu habitat, colocando-a numa bolsa e levando-a se eu a tenho aqui no seu habitat? Então isso me fez refletir e já não vendo a ninguém uma acelga, um aipo, eu não os tiro da terra. Eu retiro talos, talos e talos e entrego suas folhas. E assim eu também otimizoo meu espaço, meu tempo, me dá tempo para outras coisas (ELENA, 2018, informação verbal³⁵, tradução nossa).

Pode parecer mera coincidência, mas este conhecimento sobre os princípios agroecológicos não ocorre à toa. No início das políticas públicas sobre agricultura urbana, em 2004, a Agroecologia já estava em pauta como princípio norteador para a consolidação de uma forte agricultura na cidade de Bogotá. Edgar Lara destaca que este tema sempre esteve presente. Falando sobre a transição de visão que ocorre entre os formuladores das políticas,

³⁵ Informação fornecida por Maria Elena em entrevista realizada no dia 24 jul. 2018, em sua residência. Todas as próximas citações contendo informações verbais fornecidas por ela também foram fruto da mesma entrevista.

ele afirma que um elemento que sempre gerou a unidade entre os projetos era exatamente a Agroecologia.

[...] em termos práticos, desde que começou, sempre começou com uma filosofia de Agroecologia, levando em conta os diferentes elementos, como a água, captação de água de chuva, a compostagem. Ainda é mantida essa filosofia agroecológica, mas a nível administrativo se altera a forma de operar. A partir de Garzón, como comentei, é gerado um projeto da Alcaldía e já quando se encerrou esta gestão, e as que passaram, se vai moldando, mas já não é um interesse particular [...], também para visibilizar os projetos das diferentes administrações (LARA, 2018, informação verbal, tradução nossa).

Embora diferentes administrações passem, podemos notar, pela fala, que há uma linha condutora que conecta os diferentes projetos de agricultura urbana na cidade de Bogotá, e que essa linha está calcada nos princípios da Agroecologia. O conhecimento empírico dos agricultores urbanos sobre os princípios agroecológicos, portanto, não acontece de maneira aleatória, mas é resultado do trabalho de capacitação realizado, desde 2004, pelo Jardim Botânico, quando a Agroecologia já era a base para o planejamento de sistemas de agricultura sustentáveis, combinado com a própria prática dos agricultores.

O movimento ressignificado de agricultura urbana em Bogotá surge tendo a Agroecologia como base, e em 2012, passados oito anos do início das políticas específicas para os cultivos na cidade, o sentido ecológico da agricultura é colocado em foco, agregando uma nova dimensão para a agricultura bogotana. A ampliação da visão que retratamos ao longo das últimas páginas não se encerra no aspecto ecológico, no entanto.

Há, no ano de 2016, outra transição de foco das políticas de agricultura urbana. Inicia-se o *Proyecto 1119*, com uma significativa alteração nos objetivos dos projetos anteriores, integrando o Plano de Desenvolvimento “Bogotá Melhor Para Todos 2016 – 2020”. O objetivo do *Proyecto 1119* é, segundo o Jardim Botânico de Bogotá (2016, p. 7, tradução nossa), “fortalecer a paisagem urbana através do planejamento, gestão e intervenção integral da malha verde urbana para impulsionar os serviços ecossistêmicos e contribuir para a qualidade ambiental do distrito, gerando impacto visual e paisagístico”. O projeto, então, pretende tornar a cidade mais saudável e agradável para os cidadãos, tanto do ponto de vista da qualidade ambiental, quanto de sua paisagem, ressaltando os aspectos visuais.

A compreensão da agricultura urbana no *Proyecto 1119* possui uma significativa ampliação que já vinha começando a acontecer no *Proyecto 863*: os arbustos e as árvores

frutíferas também passam a ser enxergados como elementos constituintes da agricultura nas cidades, e não somente as hortas urbanas, que costumam ser o foco de ação e de análise. Edgar Lara, ainda no início de nossa conversa no Jardim Botânico de Bogotá, lembrou que, quando falamos de agricultura urbana, precisamos incluir também os arbustos e as árvores frutíferas. O enfoque que considera estes elementos constituintes da agricultura urbana relaciona-os com a malha verde urbana citada pelo Jardim Botânico como ferramenta fundamental para contribuir para a qualidade ambiental do distrito.

Não só as hortas urbanas, mas toda a integração entre arbustos e árvores formaria uma malha verde urbana que contribuiria para o objetivo desta etapa do planejamento distrital: a qualidade ambiental de Bogotá, demonstrada pelo seu impacto visual e paisagístico. Apesar de parecerem muito similares, há diferenças significativas entre o *Proyecto 863* e o *Proyecto 1119*. Enquanto o foco, no primeiro, é a reabilitação ecológica da cidade de Bogotá, o foco, no segundo, tem a ver com a qualidade ambiental expressa por meio da paisagem, ou seja, da parte do espaço visível aos olhos das pessoas.

A preocupação não é mais meramente utilitária, considerando o problema da fome e a agricultura urbana como uma ferramenta para a sua solução. Também não considera mais, apenas, a dimensão ecológica da cidade, buscando reverter problemas ambientais históricos através do emprego de diferentes cultivos na cidade. Agregando todos os elementos anteriores, mas ampliando a sua compreensão e a concepção de agricultura urbana adotada, o *Proyecto 1119* busca fomentar a agricultura urbana como elemento transformador da paisagem, buscando criar cidades mais agradáveis visualmente, compreendendo esta dimensão como um agregador de qualidade ambiental. Na figura 59, podemos ver exemplos de cultivos urbanos ornamentais, elementos transformadores da paisagem.

Figura 59 - A agricultura urbana aparece, também, como uma possibilidade para a transformação da paisagem das cidades. Na fotografia, a Horta Comunitária de Villa Ines. Fotografia nossa, de 25 jul. 2018.

Podemos compreender sinteticamente, por meio do quadro 1, a transição de visão sobre a agricultura urbana ocorrida a partir da concepção, do planejamento e das ações do Jardim Botânico de Bogotá e de sua apropriação pelos agricultores urbanos, tornando a visão que foi se desenvolvendo em prática no espaço urbano de Bogotá.

Quadro 1 - Transição de visão sobre a agricultura urbana em Bogotá. Elaboração nossa.

O sentido funcional dado aos cultivos urbanos seria a compreensão da agricultura como atividade provedora de alimentos, buscando solucionar o problema da fome, tão presente no contexto bogotano, a partir do fomento da prática da agricultura urbana. O sentido estrutural teria a ver com a sua capacidade de reestruturar a dimensão ecológica da capital colombiana, a partir da concepção de que a agricultura urbana causava transformações

ambientais importantes onde era implantada. Por fim, o sentido paisagístico teria a ver com a transformação da paisagem urbana a partir da implementação de uma malha verde constituída de agricultura urbana em diversos níveis – árvores frutíferas, arbustos e hortas –, agregando qualidade ambiental à dinâmica urbana de Bogotá.

Um exemplo que retrata a complexificação da visão e a sua consequente transformação é a noção de jardins agroecológicos, ou seja, hortas que conservam os princípios da Agroecologia, estabelecidos desde o início das políticas públicas, mas que agregam, agora, uma dimensão estética, notada pelo uso do termo “jardins”. Para a melhoria da qualidade ambiental de Bogotá, portanto, este tipo de agricultura nas cidades seria uma estratégia, já que

[...] os jardins agroecológicos como uma experiência inovadora a nível internacional para a apropriação de espaços comunitários, através de práticas terapêuticas, fortalecem a vida em comunidade e apropriação, e são um exemplo aplicável de hortas comunitárias como estratégia para melhorar a qualidade de vida (BOGOTÁ, 2016, p. 14, tradução nossa).

Notadamente, a agricultura urbana passa a ser vista como um instrumento para a promoção do incremento da qualidade de se morar na cidade (HERNÁNDEZ; RINCÓN; PINZÓN, 2017), e as hortas comunitárias passam a desempenhar um papel importante para que isso ocorra, como veremos adiante. Na figura 60, um exemplo de jardim agroecológico no Jardim Botânico de Bogotá.

Figura 60 - Os jardins agroecológicos, a junção da produção de alimentos com os elementos estéticos. Fotografia nossa, de 18 jul. 2018.

Os *Proyectos 319, 863 e 1119*, três projetos específicos para a agricultura urbana de Bogotá, fomentada como política pública desde 2004, foram de grande importância para a sua consolidação e para o seu fortalecimento. Neste período, a agricultura urbana foi considerada como uma ferramenta multifuncional que possui diversas aplicabilidades e que pode ser utilizada para a consecução de diferentes objetivos. Para que isso acontecesse, o Jardim Botânico de Bogotá desempenhou um papel fundamental na concepção, no planejamento e na execução de diversas ações que fomentaram os cultivos urbanos em Bogotá, mostrando ser um ator relevante para a compreensão da agricultura na capital colombiana.

Em 2015, o *Concejo de Bogotá D.C.* firmou o Acordo 605³⁶, que institucionaliza o programa de agricultura urbana e periurbana agroecológica na cidade de Bogotá e que legitima a atuação do Jardim Botânico de Bogotá, já que, com este acordo, fica estabelecido que será de responsabilidade do Jardim Botânico “o desenho, formulação e implementação do programa de agricultura urbana e periurbana agroecológica” (SECRETARÍA JURÍDICA DISTRITAL, 2015, tradução nossa), juntamente com a *Secretaría Distrital de Ambiente*. Para

³⁶ Disponível no endereço eletrônico:
<<https://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=62903>>.

Edgar Lara (2018, informação verbal, tradução nossa), “graças a isso, blindaram, de certa forma, esta atividade que apoia e fortalece os agricultores urbanos”.

Além disso, o Jardim Botânico se tornou oficialmente responsável pelo acompanhamento, que inclui a assessoria técnica, a capacitação e o prosseguimento do programa, pela promoção e divulgação, que incluem campanhas para a divulgação das ações e para a difusão do conhecimento sobre agricultura urbana e, finalmente, pelo registro, que inclui a criação de um banco de dados com as informações dos cultivos e dos produtores da cidade de Bogotá.

Não é possível negar o papel de importância inerente ao Jardim Botânico de Bogotá na ressignificação da agricultura urbana como uma prática desejável para a transformação da realidade urbana. Também não é possível dizer, no entanto, que isso ocorreria sem a apropriação desta prática pelos agricultores urbanos, atores tão importantes quanto o Jardim Botânico para a consolidação da agricultura urbana bogotana.

3.2. Ativismo sem querer ser ativista

Se para a agricultura urbana de São Paulo o ativismo aparece como um tema muito presente e elucidativo, para o caso de Bogotá, no entanto, ele parece ser algo secundário na constituição dos cultivos urbanos em um primeiro momento. Parece haver, de fato, uma preponderância de ação por parte do Jardim Botânico de Bogotá no fomento da agricultura urbana da capital colombiana. Olhando mais detalhadamente, porém, vemos que a consolidação de uma cultura de agricultura urbana dependeu, inicialmente, da pré-existência de cultivos na cidade muito antes das ações distritais iniciadas em 2004, e da apropriação da visão transmitida pelo Jardim Botânico pelos atores que de fato realizam a agricultura na cidade de Bogotá. O próprio Jardim Botânico, representado pelo seu coordenador, ratifica que a apropriação pelas pessoas é o elemento fundamental para a consolidação da agricultura urbana.

A forma de operar muda totalmente, mas se cumprem os diferentes objetivos numa menor escala. A agricultura urbana não começou como um projeto da *Alcaldía*, mas foi mantido [por ela] [...]. Foi muito apropriada pelas pessoas em diferentes escalas, muito apropriada, e por isso continuou de tal forma que se realizou o Acordo 605 de 2015, um acordo que institucionaliza a agricultura urbana para que nós a continuemos realizando (LARA, 2018, informação verbal, tradução nossa).

Podemos notar como o Jardim Botânico se vale de uma prática que já existia e que não começa com um projeto da *Alcaldía*, como é destacado na fala, e que a sua consolidação só acontece por causa da grande apropriação que houve por parte das pessoas. A continuidade dos projetos de agricultura urbana, portanto, está atrelada ao fato de que houve uma grande participação da população na apropriação da agricultura urbana. Mais que isso, por conta desta apropriação, a agricultura urbana se institucionaliza definitivamente a partir do Acordo 605 de 2015.

O sucesso da agricultura urbana em Bogotá se dá exatamente pela conjunção entre o planejamento distrital, por meio das ações do Jardim Botânico, e pelos diversos atores que dela se apropriaram ao longo dos anos, desenvolvendo iniciativas de agricultura que acabaram por consolidar este modelo em Bogotá, fazendo com que ele se expandisse e colaborando para a ampliação da visão sobre a agricultura urbana.

Nós não temos o papel de implantar hortas, e sim de dar assistência técnica. Através da assistência técnica, viabilizam-se as hortas com a comunidade. Isso é importante, porque se a meta fosse, de cara, implementar, não implementaria, ou implementaria sem pessoas, somente teríamos o terreno. Então uma horta não seria sustentável para nada (LARA, 2018, informação verbal, tradução nossa).

A ordem de ação do Jardim Botânico de Bogotá parece ser clara. Para que a agricultura urbana seja uma realidade, é necessário que primeiro se altere a mentalidade. O Jardim Botânico, portanto, fomentou a agricultura urbana de Bogotá sem criar hortas, mas realizando assistências técnicas, capacitações e acompanhamento dos agricultores. A efetivação do fomento dado pelo Jardim Botânico só ocorre, de fato, com a apropriação das pessoas. Pouco depois de comentar sobre a meta do Jardim Botânico de alterar a mentalidade, Edgar Lara reforçou que não adianta existir hortas sem que exista uma comunidade no entorno para ativar este espaço.

Quando falamos do ativismo que caracteriza a agricultura urbana de São Paulo, porém, estamos falando de ações que, muitas vezes, ocorrem contrariamente ao poder público, ou, se não enfrentam oposição, também não são incentivadas. No caso de Bogotá, parece existir uma confluência de objetivos entre o planejamento da agricultura urbana e os atores que dela participam. Neste caso, é possível caracterizar a ação das pessoas como uma ação ativista?

Para Edgar Lara, a resposta é definitivamente sim. O movimento das pessoas de plantar, em suas casas, em terrenos vazios, em espaços públicos, em terraços ou até mesmo

em jardins verticais se caracteriza, para ele, como um movimento ativista que causa transformações no espaço. Quando questionado sobre as motivações dos agricultores urbanos, pela experiência e contato que ele tinha com diferentes perfis de pessoas, ele respondeu que

É muito diverso, tem diferentes elementos e a parte do ativismo é importante, e realmente se está fazendo ativismo sendo consciente ou inconsciente de que se está fazendo ativismo. Mas digamos que os que tenham como objeto o ativismo são poucas, realmente, as pessoas que fazem com esse enfoque necessariamente; o fazem, mais que tudo, pela parte que eu notei, de ter acesso aos alimentos, alimentos livres de químicos, o amor à natureza e viver a experiência do uso do tempo livre, sobretudo os mais velhos (LARA, 2018, informação verbal, tradução nossa).

O ativismo, em sua concepção, ocorreria de maneira consciente ou de maneira inconsciente, já que qualquer ação das pessoas em relação à prática da agricultura urbana estaria fomentando os cultivos na cidade, contrapondo-se à lógica dominante do planejamento urbano moderno que vigorou por décadas e representando, também, uma possibilidade de sobrevivência alternativa, sem a dependência tradicional de acesso aos alimentos. Por mais, portanto, que os atores urbanos que praticam a agricultura nas cidades não se sintam ativistas, na prática, eles estão sendo, seja a sua motivação baseada no acesso aos alimentos, no amor à natureza, na sociabilidade com outras pessoas ou em ocupar o tempo livre.

Conscientemente ou não, os agricultores urbanos estão transformando o espaço das cidades cotidianamente, causando transformações que, muitas vezes, estão em consonância com os objetivos traçados pelo Jardim Botânico desde 2004. Três temas, no entanto, se sobressaíram em todas as nossas conversas como uma motivação para a agricultura urbana, tanto com as pessoas do Jardim Botânico de Bogotá, quanto com as pessoas ligadas diretamente aos cultivos: o autoconsumo, a segurança alimentar e a soberania alimentar.

3.3. Autoconsumo, segurança alimentar e soberania alimentar: temas importantes no caso de Bogotá

Eu creio que o autoconsumo é mais importante porque estou ensinando as pessoas a ter uma estratégia diferente a trabalhar para pagar os alimentos e ter acesso aos alimentos. [...] É uma estratégia que deve ser valorizada e que eu valorizo mais do que a parte de comercialização. A parte do autoconsumo é uma estratégia que realmente, como te dizia, é agora considerado como algo novo, mas é muito antigo, e geralmente o fazem mais, aqui em Bogotá,

pelo acesso aos alimentos livres de químicos [...] (LARA, 2018, informação verbal, tradução nossa).

Foi possível notar, ao longo de todo o trabalho de campo, que a finalidade da agricultura urbana mais valorizada em Bogotá é o autoconsumo, ou seja, o acesso direto aos alimentos a partir de hortas urbanas e outras estratégias realizadas na cidade, em diferentes tipos de espaço. Este foi o tom dado pela própria coordenação de agricultura urbana do Jardim Botânico de Bogotá, como demonstra a fala de Edgar Lara.

De fato, se pensarmos que a agricultura urbana ressignificada, em Bogotá, surgiu como uma ferramenta para solucionar o problema da fome, capacitando as populações vulneráveis a produzirem seu próprio alimento, o enfoque no autoconsumo parece estar justificado. O interessante, porém, é que mesmo com a transição de visão que ocorreu entre os *Proyectos* e ao longo dos anos, o autoconsumo continua sendo um tema recorrente na fala dos agricultores urbanos.

Em nossa entrevista com a Sra. Maria Elena, agricultora urbana experiente, ficou claro que a própria criação de sua horta estava relacionada com a questão do autoconsumo. Ela fez parte de um grupo de agricultores de sua localidade que recebeu uma capacitação em agricultura urbana de um programa chamado SENA, ou *Servicio Nacional de Aprendizaje*, que conferiu aos agricultores do grupo o título de técnicos em agricultura urbana. Ela relata que, “[...] com eles, o primordial que nos ensinam é o autoconsumo, sim? O primordial! Mas, como éramos tantas hortas, eles respeitavam o autoconsumo, mas lhe sobrava comida, então eles mesmos abriam algumas feiras e íamos vender [...]” (ELENA, 2018, informação verbal, tradução nossa). Na figura 61, a horta da agricultora Maria Elena, voltada para o autoconsumo.

Figura 61 - A produção voltada para o autoconsumo, uma das tônicas do movimento de agricultura urbana em Bogotá. Fotografia nossa, de 24 jul. 2018.

A questão do autoconsumo parece ter sido arraigada nos agricultores desde a origem do fomento à agricultura urbana em Bogotá por instituições governamentais, com destaque para a atuação do Jardim Botânico. A visão que guiava a concepção, o planejamento e a execução do programa de agricultura urbana e periurbana em Bogotá foi grandemente apropriada pelos agricultores da capital colombiana, tornando o caso bogotano, apesar de muito diverso, com uma certa homogeneidade de pensamento.

Quando questionamos Yaneth Bolívar (2018, informação verbal³⁷, tradução nossa), da horta comunitária de Villa Ines, sobre a finalidade da experiência que desenvolviam ali, ela respondeu enfaticamente que era “o autoconsumo”. Interessante notar, porém, que a horta surge apenas em 2015, 11 anos depois do início do fomento à agricultura urbana pelo *Proyecto 319*.

Mais uma vez, destaca-se o papel do Jardim Botânico. Apesar de a agricultura urbana sempre ter existido, o sentido estratégico que foi dado a ela pelo planejamento distrital teve grande importância para a sua consolidação e para uma mudança de cultura e de mentalidade que continua acontecendo em Bogotá.

³⁷ Informação fornecida por Yaneth Bolívar em entrevista realizada no dia 25 jul. 2018, na Horta Comunitária de Villa Ines.

No dia em que fomos ao curso de agricultura urbana em terraços com os agricultores da horta comunitária de Villa Ines, por exemplo, caminhamos por cerca de 40 minutos pelo bairro e vimos uma realidade bastante interessante, que parece ser fruto da mudança de cultura que ocorre em Bogotá. Passando pelas casas neste agradável bairro residencial, vimos muitos quintais pequenos tomados por hortas, arbustos e árvores frutíferas. Quando questionei as agricultoras que estavam conosco se sempre havia sido assim, em Bogotá, elas ressaltaram o quanto as pessoas têm compreendido atualmente que qualquer espaço pode ser produtivo e pode suprir parte de seu consumo alimentar.

Há uma mudança de mentalidade ocorrendo na capital colombiana e a agricultura urbana tem sido vista, cada vez mais, como uma alternativa para as cidades e como uma ferramenta importante para a efetivação do autoconsumo como possibilidade. As agricultoras urbanas Yaneth Bolívar, Patrícia Torres e Miriam Fantino, que nos receberam na horta comunitária de Villa Ines, passaram a ter hortas em suas próprias casas depois que começaram a trabalhar voluntariamente para a construção da experiência de horta comunitária, e assim, esta prática vai se difundindo e ganhando cada vez mais espaço no cotidiano do cidadão bogotano.

A própria temática do curso que participamos por um dia reflete o quanto uma noção está sendo posta em prática em Bogotá: a ideia de que qualquer espaço, seja em quintais, seja em apartamentos, em praças públicas, em varandas, em terraços ou muros, pode ser produtivo e pode servir como um complemento para a alimentação familiar, com alimentos livres de insumos químicos, de origem conhecida e colhidos na hora. O curso, por exemplo, tinha o enfoque de propagar a agricultura em terraços, com técnicas e conhecimentos específicos para este fim.

Algo muito específico da propagação do movimento de agricultura urbana em Bogotá é o potencial que existe em mexer com a terra, segundo os próprios atores envolvidos com a prática. Edgar Lara, que desempenha a função de coordenador de agricultura urbana, é engenheiro florestal com especialização em projetos de desenvolvimento. Ele sempre gostou da temática da agricultura, e em especial da agricultura urbana, mas conta que só aprendeu o que era agricultura urbana, de fato, tendo uma horta em casa. Para ele, “[...] se não tratamos de aprender a agricultura na prática, não conseguimos internalizá-la e compreendê-la de uma maneira integral e adequada” (LARA, 2018, informação verbal, tradução nossa).

A Sra. Maria Elena corrobora a ideia de que a prática de lidar com a terra é fundamental para internalizar e compreender a agricultura urbana. Para ela, há um elemento transformador na própria prática da agricultura que deve ser valorizado e desfrutado por diferentes tipos de pessoas.

Eu acho que é você começar a tocar a terra que muda. Eu creio, eu estou segura, e por isso convido, por isso convido [as pessoas], sim? Para que se faça isso. E não somente as pessoas idosas, que porque já estão em sua casa sem fazer nada e isso... Não. Desde as crianças e adiante. Todos nós temos o dever de prover nossos alimentos (ELENA, 2018, informação verbal, tradução nossa).

É possível notar como, mais uma vez, o elemento do autoconsumo aparece de maneira acentuada em sua fala. Ela classifica como um dever a provisão de nossos próprios alimentos, relacionando a questão do autoconsumo com dois conceitos teóricos importantes e consagrados pela literatura sobre a fome: a segurança alimentar e a soberania alimentar, expressões que apareceram diversas vezes durante muitas das conversas que tivemos com as pessoas que tinham alguma relação com a agricultura urbana. Na figura 62, a Sra. Maria Elena segura uma planta seca produtora de sementes, reduzindo a dependência externa para a sua compra e permitindo um sistema agrícola autossustentável.

Figura 62 - A Sra. Maria Elena e as sementes produzidas em casa: um possível caminho para a consolidação da segurança alimentar e da soberania alimentar. Fotografia nossa, de 24 jul. 2018.

Ivan Giovanni (2018, informação verbal, tradução nossa), dono da Ecosavia, em uma de nossas conversas, afirmou que “somos conscientes através do que comemos”, relacionando a alimentação com a identidade e dizendo que a sua loja de alimentos orgânicos não era apenas um espaço de comercialização, mas um lugar que tinha sentido e coração, um lugar de ideias. Neste momento, as expressões *segurança alimentar* e *soberania alimentar* surgiram em sua fala, criticando a dependência que os países latino-americanos possuem em relação aos países centrais.

A coordenação de agricultura urbana parece igualmente valorizar a questão da segurança alimentar como algo muito relevante. Edgar Lara (2018, informação verbal, tradução nossa), falando sobre a agricultura urbana como um sistema de produção de alimentos, o que para ele deve ser o enfoque principal desta prática, disse que “[...] agora mesmo nós estamos articulando muito [as hortas urbanas] com a parte de segurança alimentar e nutricional”. Para o Jardim Botânico de Bogotá, a agricultura tem sido um meio para a concretização da segurança alimentar como realidade.

A fala que apresentou mais elementos sobre a segurança alimentar e a soberania alimentar, no entanto, surgiu na conversa com a Sra. Maria Elena, agricultora residente no bairro de San Martín. A riqueza de conhecimentos combinada com a simplicidade de uma senhora que pratica a agricultura urbana há muitos anos demonstra como a visão do autoconsumo foi incutida na cidade de Bogotá, tornando-se, de fato, uma cultura inerente aos cultivos urbanos. O discurso simples, claro e muito direto de uma mulher que colabora para a construção efetiva da agricultura em Bogotá nos ajudou a compreender de maneira muito mais profunda a relação que existe entre a agricultura urbana, o autoconsumo, a segurança alimentar e a soberania alimentar no caso bogotano, mesmo que não represente homogeneamente o pensamento de todos os agricultores desta cidade. Falando sobre a finalidade de sua horta, a Sra. Maria Elena (2018, informação verbal, tradução nossa) afirmou que

O primordial, o primordial hoje, eu vejo, é que todos a façamos. Não sei em seu país, mas aqui nos querem obrigar a comer comida que nem sequer nós mesmos produzimos, **não somos nós colombianos que a estamos produzindo**, chega de outras partes, já chega contaminada e **nos querem apagar da mente que nós somos agricultores**, e o primordial em nós é que somos agricultores. Então, em qualquer espaço, tenhamos isto [cultivos de alimentos]. A outra coisa que tem que acabar é que **se acredita que esta comida é muito cara e que não se pode comê-la a não ser que tenha dinheiro**, e é uma grande mentira, sim? Esta comida é para todas as pessoas.

Então **por que eu não posso tê-la na minha casa?** [...] Então não vai me dizer um homem que eu não posso fazê-lo. [...] É um ato de rebeldia pacífica. Temos que fazer uma revolução verde.

Quando a Sra. Maria Elena afirma que “se acredita que esta comida é muito cara e que não se pode comê-la a não ser que tenha dinheiro” e questiona “por que eu não posso tê-la na minha casa?”, está, de maneira simples e ao mesmo tempo muito profunda, dizendo que falta segurança alimentar em Bogotá. Quando ela afirma que “não somos nós colombianos que a estamos produzindo”, falando sobre a alimentação, e que “nos querem apagar da mente que nós somos agricultores”, seu discurso se encaixa bastante no conceito de soberania alimentar. De fato, parece haver uma confusão nas falas dos agricultores urbanos de Bogotá sobre os termos segurança alimentar e soberania alimentar, utilizados, muitas vezes de maneira indistinta.

O conceito de segurança alimentar tem o acesso digno aos alimentos como aspecto fundamental. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) define que

Segurança alimentar significa que as pessoas podem produzir suficientes alimentos, ou comprá-los, para satisfazer suas necessidades diárias a fim de levar uma vida ativa e saudável. Em muitas das cidades em desenvolvimento do século 21 todas estas condições da segurança alimentar estão ameaçadas (FAO, 2012, p. 5).

O autoconsumo, uma produção local e sem custos, portanto, está diretamente relacionado com a segurança alimentar, já que um dos meios de acesso aos alimentos é a sua própria produção para a satisfação das necessidades diárias, ou seja, produzir alimentos para consumi-los. Foi o que a Sra. Elena percebeu e relatou com a sua experiência como agricultora urbana. A citação coloca, ainda, o fato de que as cidades estão vivendo ameaçadas pelo problema da insegurança alimentar, o que era a realidade de Bogotá no momento da criação do programa *Bogotá Sin Hambre*.

A relação entre o autoconsumo e a segurança alimentar aparece também nas falas de Edgar Lara, em especial quando ele menciona que as estratégias de autoconsumo deveriam ser mais valorizadas do que as estratégias de comercialização dos alimentos produzidos. Parece haver, portanto, uma tentativa de encontrar uma alternativa alimentar desconectada dos mercados, desmistificando a ideia de que, na cidade, os alimentos devem ser necessariamente comprados e de que garantir a segurança alimentar da população é garantir

o seu acesso às compras. Há outras possibilidades, e o Jardim Botânico de Bogotá desempenhou e continua desempenhando um papel de grande importância para a propagação dessa ideia.

A própria Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) corrobora a ideia de que é necessário encontrarmos alternativas para a segurança alimentar das populações urbanas, especialmente dos setores mais vulneráveis, já que a porcentagem da renda despendida para alimentação é muito alta.

As famílias urbanas pobres gastam até 80% de sua renda em alimentos, o que as torna muito vulneráveis quando os preços dos alimentos sobem ou sua renda diminui. A FAO estima que, após a inflação mundial dos preços dos alimentos de 2007–2008 e a recessão econômica subsequente, o número de pessoas que sofrem de fome crônica no mundo aumentou pelo menos 100 milhões, para mais de 1 bilhão de pessoas. O maior aumento ocorreu entre a população urbana pobre, as mulheres e as crianças (FAO, 2012, p. 5).

Os dados apresentados são extremamente alarmantes. O gasto com a alimentação representa grande parte do orçamento das populações mais pobres, e qualquer oscilação ou qualquer imprevisto pode comprometer, seriamente, a segurança alimentar de muitas famílias. Se torna necessário, então, o desenvolvimento de alternativas que ajudem a garantir a segurança alimentar das famílias e que as tornem menos dependentes da compra de alimentos. Se, com qualquer variação econômica, a alimentação de uma família pode ser comprometida, temos um sério problema que necessita ser pensado. Esse foi o contexto de surgimento dos programas de agricultura urbana em Bogotá, e especificamente do *Proyecto 319*: utilizar a agricultura urbana como uma ferramenta para a superação da fome e da insegurança alimentar presentes na capital colombiana.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), também visualiza a agricultura urbana como uma estratégia importante para que a insegurança alimentar seja enfrentada. Segundo ela, os cultivos urbanos geram dois resultados desejáveis que colaboram para a constituição de uma situação de segurança alimentar. Para a FAO (2012, p. 6),

A horticultura urbana e periurbana ajuda as cidades em desenvolvimento a enfrentar esses desafios. Primeiro, contribui para o fornecimento de produtos frescos, nutritivos e disponíveis o ano todo. Segundo, melhora o acesso econômico dos pobres aos alimentos quando a produção familiar de frutas e hortaliças reduz os gastos com alimentos e quando os produtores obtêm renda com as vendas.

O primeiro resultado seria a garantia da disponibilidade de produtos frescos e nutritivos o ano todo. A vantagem da agricultura urbana seria, neste caso, uma vantagem locacional. Por ocorrer dentro das cidades, ou no máximo em seu entorno – no caso da agricultura periurbana – há uma aproximação entre o local de produção e o local de consumo dos alimentos, encurtando o circuito produção-consumo e tornando o acesso a uma gama variada de alimentos, frescos e nutritivos, mais facilitado. Com a diminuição do circuito produção-consumo, há também a diminuição dos custos logísticos, desencadeando, além de efeitos positivos como a diminuição da emissão de poluentes por conta da redução dos transportes, um produto de menor custo.

O segundo resultado se basearia na complementação da alimentação familiar com os alimentos produzidos localmente, em pequenas hortas domiciliares, em quintais, terraços ou até mesmo em hortas comunitárias. Por conta dessa produção, os custos com a alimentação diminuiriam, dando fôlego ao orçamento das famílias. Além disso, a agricultura urbana realizada pelas famílias poderia servir como uma renda auxiliar por meio da comercialização dos alimentos produzidos em cestas, feiras ou outras modalidades.

Olhando para a experiência de agricultura urbana em Bogotá, podemos observar o esforço de utilizar os cultivos na cidade como ferramenta para a efetivação da segurança alimentar como uma realidade, garantindo alimentos produzidos localmente, livres de insumos químicos e saudáveis, e possibilitando, também, a criação de espaços destinados à sua comercialização, como os mercados campesinos, de responsabilidade da *Secretaría Distrital de Desarrollo Económico*, integrando o sistema produção-consumo.

Houve, de igual maneira, o esforço de implantar e consolidar a visão do autoconsumo na população bogotana, especialmente nos atores envolvidos com a agricultura urbana. O “dever de prover nossos alimentos”, como disse a Sra. Maria Elena, não é um discurso apartado do contexto de implementação da agricultura urbana em Bogotá. O autoconsumo foi, desde o início, a estratégia central para lutar contra o problema da fome. Pelo discurso dos agricultores urbanos de Bogotá, o Jardim Botânico teve êxito em sua tarefa, e o autoconsumo é hoje uma realidade com grande potencial de crescimento.

Já o conceito de soberania alimentar, muitas vezes utilizado como sinônimo de segurança alimentar, possui diferenças importantes em relação a este conceito. Segundo o movimento Via Campesina (1996, sem página, tradução nossa), que formulou o conceito e o apresentou no ano de 1996,

A soberania alimentar é o direito de cada nação de manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir os alimentos básicos das pessoas, respeitando a diversidade produtiva e cultural. Temos o direito de produzir nossa própria comida em nosso próprio território de forma autônoma. A soberania alimentar é uma condição prévia para uma segurança alimentar genuína.

O foco da soberania alimentar é colocado no âmbito nacional. Cada nação deve ser capaz de produzir os seus próprios alimentos em seu próprio território e de maneira autônoma, ou seja, sem interferência externa, seja de corporações, de outras nações ou de quaisquer atores. Além disso, uma nação possuir soberania alimentar seria um requisito para que a segurança alimentar fosse concretizada. A partir da definição oficial de soberania alimentar, podemos compreendê-la como uma etapa *sine qua non* para que exista segurança alimentar, mostrando certa complementaridade entre os conceitos.

As suas bases, no entanto, são distintas, e apesar de parecerem conceitos muito similares, há diferenças fundamentais que os separam. O conceito de segurança alimentar surge como estratégia definida em 1974, na Declaração Universal sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição (DUEFD), documento cunhado na Conferência Mundial da Alimentação de 1974. O mais interessante, porém, é notar o contexto da época:

Nesse momento, no contexto da revolução verde, da crise do petróleo e do colapso do segundo regime alimentar internacional, caracterizado pela diminuição da produção mundial de cereais e pela instabilidade de seus preços, a Assembleia Geral das Nações Unidas convocou a primeira Conferência Mundial da Alimentação, que aprovou a referida Declaração e se cunhou concretamente a Segurança Alimentar como proposta no âmbito internacional (HOYOS; D'AGOSTINI, 2017, p. 177).

A segurança alimentar como proposta e estratégia surge no mesmo embalo da Revolução Verde, pacote tecnológico que alterou drasticamente as relações de produção no mundo rural, aumentando em grande número a quantidade absoluta de alimentos produzidos, mas causando gigantescas consequências ambientais, sociais e culturais, expressão da agricultura capitalista.

A concretização da segurança alimentar proposta, neste documento, se daria a partir da capacidade dos países de importar alimentos. O conceito foi alterado posteriormente, e a segurança alimentar ocorreria a partir da capacidade individual de acessar os alimentos, fisicamente e economicamente. Somente depois, como na definição que citamos, a segurança alimentar aconteceria por meio do acesso ou da *produção* de alimentos. O foco original,

portanto, era a capacidade econômica de países ou pessoas para o acesso aos alimentos. Hoyos e D'Agostini (2017, p. 179) explicam que a premissa utilizada para a implementação da Revolução Verde, de que o problema da fome era técnico, foi utilizada também para cunhar o que era segurança alimentar e como ela deveria ser uma realidade.

[...] tendo presente que a crise alimentar da época foi interpretada como um problema de oferta e demanda e que, em consequência, o alvo a ser atingido foi o aumento da produção de alimentos, a Declaração estabeleceu que a Segurança Alimentar dos países depende de sua capacidade de importação de alimentos e destacou como elementos determinantes para a sua concretização a implementação do sistema de produção agrícola industrial e a abertura das fronteiras comerciais, reduzindo ou suprimindo as barreiras alfandegárias para aceder aos mercados locais.

Apesar de as definições mais recentes de segurança alimentar, como a da FAO (2012), apresentarem certa desvinculação da segurança alimentar com os mercados, enfatizando o acesso à alimentação por meio do autoconsumo, a sua origem está completamente ligada ao mercado, defendendo a ideia de que o acesso aos alimentos está vinculado a sua aquisição. Há, portanto, toda uma transição de sentido entre a formulação original do conceito em 1974 e o conceito difundido atualmente.

A soberania surge como conceito e proposta em 1996, a partir da Via Campesina, como uma crítica ao sistema capitalista financeiro, seus acordos multilaterais – inclusive sobre a alimentação – e suas consequências para o mundo rural. A declaração elaborada e apresentada pela Via Campesina em 1996,

[...] denunciou que estas políticas, além de serem responsáveis pela “globalização da fome e da pobreza”, eram também responsáveis pelo desaparecimento das comunidades camponesas e de sua capacidade de produção de alimentos. Para reverter esta situação, propôs, então, a Soberania Alimentar, entendida como a autonomia de cada nação na produção de todos os alimentos básicos consumidos no interior de suas fronteiras, o que implica a liberdade para produzir e para o desenvolvimento de suas próprias capacidades de produção de alimentos e conservação das já existentes, garantindo, por sua vez, a diversidade cultural dos hábitos alimentares e dos modos de produção agrícola (HOYOS; D'AGOSTINI, 2017, p. 182).

Além de se opor ao capitalismo financeiro e suas consequências para a alimentação da população, a declaração se opunha, também, às bases do conceito de segurança alimentar. Segundo Hoyos e D'Agostini (2012, p. 184), a declaração da Via Campesina

[...] é contundente ao defender que os alimentos não podem obedecer às dinâmicas da oferta e da procura caso se tenha como verdadeiro desejo a

garantia do direito à alimentação de toda a humanidade e, portanto, exige que os alimentos fiquem fora das dinâmicas do mercado e tenham prevalência sobre os interesses e as políticas da OMC e outros convênios macroeconômicos.

É necessário enfatizar, porém, que há, de fato, similaridades importantes entre um conceito e outro. De maneira prática,

Tanto a segurança quanto a soberania alimentar enfatizam a necessidade de aumentar a produção e a produtividade de alimentos para atender à demanda futura. Ambos os conceitos enfatizam que o problema central de hoje está no acesso à alimentação e, conseqüentemente, implicam políticas públicas redistributivas do âmbito da renda e do emprego, assumindo também a necessária articulação entre alimentação e nutrição (GORDILLO; JERÓNIMO, 2013, p. vi, tradução nossa).

O objeto tanto da segurança alimentar quanto da soberania alimentar é o mesmo. Ambos os enfoques, hoje, enfatizam que o grande problema é o acesso à alimentação. As bases de cada conceito e as suas implicações práticas, no entanto, são divergentes. As duas diferenças centrais são a questão da correlação de forças econômicas e a forma de produzir alimentos (GORDILLO; JERÓNIMO, 2013), a primeira ligada às bases conceituais de cada expressão e a outra ligada à prática que deriva de cada um dos conceitos. Sobre a primeira diferenciação,

[...] o conceito de segurança alimentar – adotado pelos países membros da FAO – é, se preferir, um conceito neutro em termos de correlação de forças. Não realiza um juízo de valor sobre a concentração do poder econômico nos diversos elos da cadeia de alimentos ou no comércio internacional de alimentos ou na apropriação de meios-chave de produção, como a terra ou, mais contemporaneamente, o acesso à informação. Nesse ínterim, o conceito de soberania alimentar parte justamente da assimetria nos diferentes mercados e espaços de poder envolvidos, por exemplo, nas áreas de negociações comerciais multilaterais. Apela, então, ao papel de equilíbrio que um Estado democrático pode desempenhar e concebe que a comida é mais do que mercadoria (GORDILLO; JERÓNIMO, 2013, p. 8).

A grande divergência conceitual entre as duas categorias se dá, portanto, por causa da ausência de uma crítica política e econômica no conceito de segurança alimentar, que prefere ignorar o jogo de forças e as assimetrias que existem na produção mundial de alimentos, e da antagônica presença da mesma crítica no discurso da soberania alimentar. Além disso, amplia radicalmente a compreensão (alterada, posteriormente) da definição de segurança alimentar que acredita que o acesso aos alimentos ocorre por meio de sua aquisição. O conceito de

soberania alimentar busca, intrinsecamente, compreender os alimentos como algo a mais que mercadorias.

Já a divergência prática ocorre pelo fato de o conceito de segurança alimentar compreender as diferentes formas de agricultura como participantes deste movimento, ou seja, como ferramentas para a consecução de uma situação de segurança em relação aos alimentos para as populações de determinado lugar. No conceito de soberania alimentar, a mudança está proposta para uma agricultura específica, realizada “em pequena escala (incluindo a pecuária, silvicultura e pesca), não industrial, preferencialmente orgânica, relacionada principalmente com o conceito de agroecologia” (GORDILLO; JERÓNIMO, 2013, p. 9, tradução nossa).

Para que a agricultura urbana seja um instrumento efetivo para a concretização da soberania alimentar, portanto, deve ter um caráter essencialmente diferente da agricultura moderna que atualmente é predominante no campo. Afinal, a insegurança alimentar não é característica exclusiva das cidades. Mesmo em espaços rurais, por conta principalmente do avanço da agricultura industrial, a insegurança alimentar tem sido uma realidade presente. No espaço típico da produção de alimentos, há muitas dificuldades postas para que as populações mais pobres tenham acesso a eles. A agricultura desenvolvida nas cidades e utilizada como ferramenta para a conquista de uma situação de segurança alimentar não deve se pautar, então, na agricultura que majoritariamente domina o campo e que causa as mesmas marcas que se quer solucionar.

Altieri (2012, p. 365-366), falando da busca por essa situação de segurança alimentar, destaca que é imperativo que se encontrem alternativas para a produção de alimentos que gerem resultados diferentes dos obtidos com a agricultura moderna. Segundo ele,

Precisamos de um paradigma de desenvolvimento agrícola alternativo que incentive formas de agricultura mais ecológicas, diversificadas, sustentáveis e socialmente justas. Felizmente, existem hoje milhares de iniciativas novas e alternativas desabrochando ao redor do mundo e promovendo uma agricultura ecológica, a preservação dos meios de vida de pequenos agricultores, a produção de alimentos saudáveis, seguros e culturalmente diversos e a criação de circuitos locais de distribuição e comercialização.

O caráter da agricultura urbana que surge ressignificada, portanto, deve ser de alternativa não só para as cidades, mas também em relação ao que é feito no campo. Para que seja alternativa e efetiva na promoção de uma situação de segurança alimentar, a agricultura urbana de Bogotá foi desenhada com base nos princípios agroecológicos, que

questionam a agricultura industrial e que se apresentam como opções para o desenvolvimento de experiências ecológicas de agricultura, promovendo diversos valores importantes.

Para Altieri (2009, p. 33, tradução nossa), por exemplo, “as estratégias agroecológicas propostas têm que apontar deliberadamente para os pobres, não apenas para aumentar a produção e conservar os recursos naturais, mas também para gerar emprego e fornecer acesso aos mercados locais”, ou seja, devem promover a alimentação saudável e o acesso aos alimentos às populações mais pobres e vulneráveis, como foi feito no caso bogotano através da agricultura urbana.

O conceito de soberania alimentar parece dar uma resposta melhor e mais clara às transformações que ocorreram no campo a partir da introdução da Revolução Verde, enquanto a segurança alimentar surge no mesmo contexto e com objetivos similares aos propostos com a introdução deste pacote tecnológico. Sobre as transformações, é necessário destacar que,

Globalmente, a Revolução Verde, embora tenha melhorado a produção de certas culturas, provou não ser sustentável, causando danos ao meio ambiente, perdas dramáticas de biodiversidade e do conhecimento tradicional associado, favorecendo os agricultores mais ricos e deixando muitos agricultores pobres mais endividados (ALTIERI, 2009, p. 25).

Fica claro que a insustentabilidade causada pela introdução da Revolução Verde se manifestou ambientalmente, economicamente, socialmente e culturalmente, e atingir uma situação de segurança alimentar, hoje, significa enfrentar as marcas deixadas pelo padrão da agricultura moderna e construir uma nova experiência de produção de alimentos.

Altieri (2012, p. 96), por exemplo, destaca, em outra obra, que neste cenário de transformações globais iniciadas pela Revolução Verde, a tendência é que as assimetrias e desigualdades aumentem, potencializando o crescimento da insegurança alimentar como realidade. Para ele,

Os grandes proprietários rurais dos países que respondem pela maior parte da produção mundial de agrocombustíveis irão desfrutar da promessa relativa aos preços e lucros exorbitantes das *commodities*. Por outro lado, as populações pobres urbanas e rurais dos países importadores de alimentos pagarão preços muito mais altos por alimentos básicos [...].

Uma contradição está colocada em evidência e retrata a obrigação de que se discuta a agricultura urbana a partir da necessidade de uma situação de segurança alimentar e sob a

base de uma ideia de soberania alimentar. Apesar da confusão entre os conceitos, na prática e nas falas de cada agricultor, a ideia básica é que tem sido construída em Bogotá é a de que existe, de fato, um problema em relação ao acesso à alimentação e que um dos meios para que essa situação seja solucionada é a promoção de uma agricultura urbana de base agroecológica, que cause impressões no espaço diferentes das impressões causadas pela agricultura moderna, que nos trouxeram até onde estamos, em conjunto com outros problemas urbanos já discutidos.

3.4. Agricultura urbana como ruralidade e como alternativa para o futuro

Lá atrás, perguntaram a um garoto: “de onde vêm os ovos?”. Ele respondeu: “da geladeira”. Porque não sabem de onde vem. Estamos desarticulados. Então as hortas envolvem uma ponte entre o rural e o urbano dentro da cidade e podemos saber de onde vêm os nossos alimentos [...]. Uma horta, então, possibilita espaços de ruralidade na cidade (LARA, 2018, informação verbal, tradução nossa).

A agricultura urbana parece ter se concretizado, no caso bogotano, como uma ruralidade na cidade que caminha para se tornar uma urbanidade. É notório que um elemento que ficou relegado ao passado, muitas vezes, como o desenvolvimento de cultivos na cidade, tenha sido escolhido para solucionar parte dos problemas urbanos vividos cotidianamente em uma das maiores metrópoles latino-americanas.

Cultivar nas cidades e ter espaços de cultivo no espaço urbano significa permitir reflexões importantes sobre a alimentação e o seu direito, os problemas ambientais, a ecologia e sobre um planejamento urbano diferente. A própria pergunta feita ao garoto e a resposta da geladeira – resposta de muitas outras crianças também, muito provavelmente – retratam como possuir tais espaços colabora para a aquisição de uma consciência diferente sobre a alimentação.

Em tempos de alimentos industrializados, embalagens plásticas, rótulos de grandes marcas, de disponibilidade de frutas, verduras e legumes o ano todo nas prateleiras dos mercados e de muitas outras características que desconectam e alienam o humano de sua alimentação – fazendo com que este não saiba exatamente o que está comendo, de onde aquele alimento veio e quais efeitos ele irá causar –, as hortas urbanas ou outras materializações da agricultura urbana constituem espaços de reflexão, de diálogo e de aprendizagem, reconectando o homem e a produção de alimentos.

Vimos, ao longo do trabalho de campo na cidade de Bogotá, uma valorização dos aspectos rurais com a proliferação de formas diferentes de comercialização de alimentos, como a volta de feiras como os Mercados Campesinos que permitem a relação direta entre produtor e consumidor, de alimentos que já provêm, em muitos casos, de dentro das próprias cidades, ou como o surgimento de lojas orgânicas, como a Ecosavia, que permitem um consumo mais reflexivo sobre a qualidade dos alimentos, a saúde e os impactos ambientais da agricultura.

Outro aspecto importante é a proliferação de hortas urbanas, em diferentes lugares, com diferentes motivações, técnicas e finalidades, mas debaixo de um grande guarda-chuvas que as agrupam no movimento de agricultura urbana de Bogotá. As experiências de horta são muito distintas entre si, mas constituem um movimento único que tem sido fomentado intensamente, desde 2004, pelo Jardim Botânico de Bogotá, com a colaboração pontual de outras instituições. Há de se destacar, também, o surgimento de outras formas de agricultura, como a valorização das árvores frutíferas e dos arbustos, dos jardins agroecológicos ornamentais, dos terraços verdes, dos muros verdes e dos cultivos em pequenos vasos, até mesmo em apartamentos.

Edgar Lara (2018, informação verbal, tradução nossa), quando questionado sobre o papel que a agricultura urbana tem a desempenhar em Bogotá hoje, destacou que um elemento fundamental é a apropriação dos espaços pelas pessoas para que realizem cultivos e fomentem a questão do autoconsumo, objetivo principal dentre todos os objetivos da agricultura urbana em Bogotá.

Penso que tem que – e isso é o que eu estou focando – fazer a parte de que as pessoas se apropriem de seu espaço, de que eles se empoderem de certa forma, que eles possam ter alimentos e possam cultivar [...]. E a parte de fazer autoconsumo me parece importantíssima [...], e acho que deveríamos focar nela tendo em conta os diferentes objetivos, mas este é como o objetivo principal, é um sistema de produção de alimentos na cidade. Que eu posso colher, quase colheitas totais ou parciais, uma alface, pelo menos, pode durar oito meses arrancando as folhas que eu preciso. Então, a concepção de alimento vai mudar, e vai ser diferente do que tê-lo numa estante [...].

Há um vislumbre de uma mudança na concepção do que é o alimento e do que é a alimentação. A agricultura urbana, e mais especificamente a ação de produzir os próprios alimentos, tem o potencial de alterar as concepções previamente estabelecidas sobre a alimentação. Talvez não seja possível que todo o alimento necessário para uma alimentação

digna, rica em nutrientes e completa seja obtido dentro das cidades. Este, porém, também não parece ser o objetivo das políticas de agricultura urbana em Bogotá. Se parte de nossa alimentação, no entanto, puder ser produzida dentro das cidades, em nossas casas ou em espaços comunitários, já teremos vivenciado uma experiência grandiosa que possibilita a reflexão, a mudança de nossa visão, da importância que damos para as questões da alimentação e uma tomada de consciência e de ação frente aos diversos problemas urbanos enfrentados no dia-a-dia das grandes cidades.

A agricultura urbana não se apresenta, portanto, como uma prática que busca alimentar toda a população das cidades, excluindo a necessidade dos alimentos que são trazidos de espaços rurais. O que se busca, realmente, no caso de Bogotá, é uma mudança de visão sobre a alimentação, além das consequências positivas trazidas pela agricultura urbana, como a mitigação do problema da fome, a reestruturação ecológica da cidade e uma paisagem mais agradável, agregando qualidade urbana à cidade. A Sra. Maria Elena (2018, informação verbal, tradução nossa) apresenta uma reafirmação do caráter pequeno, em escala, da agricultura urbana. “Nas cidades, temos o inconveniente dos terrenos. Não há terrenos para agrupar muita gente e fazer. Pois façamos no espaço de nossas casas”. A possibilidade que é posta é a de substituir parte do que compramos pelo que produzimos.

Para o futuro, a tendência é de que as políticas públicas de agricultura urbana se mantenham estruturadas e fortes, fomentando a prática da agricultura nas cidades e, com a apropriação dos diferentes estratos de população, aproveitando cada vez mais o potencial desta prática, consolidando a agricultura urbana não apenas como uma ruralidade nas cidades, mas como uma prática que faz parte das cidades, uma de suas qualidades, uma urbanidade. Edgar Lara (2018, informação verbal, tradução nossa) comenta o planejamento para os próximos passos e mostra que o Jardim Botânico está, de fato, mirando voos altos com a agricultura em Bogotá.

[...] Já estamos desenvolvendo e já estamos trabalhando neste tema. Já estamos trabalhando desde a parte da capacitação... Realmente, sempre trabalhamos neste tema, mas agora mesmo vai ser muito mais notório, também, articulando-nos internamente e externamente com diferentes instituições para realizar convênios, para fazer articulações para que se fortaleça bem.

O objetivo é fortalecer ainda mais uma prática ressignificada que já está estabelecida como realidade em Bogotá desde 2004, para que seja, de fato, algo potencializado para o seu

papel no futuro das cidades, e especificamente no futuro da capital colombiana. Fica claro que a agricultura urbana não é tratada apenas como uma alternativa para o presente. Há uma esperança sobre o seu potencial para o futuro. Como mostrou ser um fenômeno multifuncional, utilizado para solucionar diferentes problemas no período entre 2004 e 2018, parece haver uma expectativa sincera para ver até onde vai o potencial da agricultura urbana como ferramenta para a transformação das cidades e para a transformação da vida das populações urbanas.

Perguntamos, então, a Edgar Lara, coordenador de agricultura urbana do Jardim Botânico de Bogotá, se ele acreditava que a agricultura urbana era uma alternativa para o futuro das cidades. A sua resposta mostra que, para ele, a agricultura estará presente de qualquer jeito, seja qual for o futuro. Respondendo se a agricultura era uma ferramenta para as cidades do futuro, Edgar Lara (2018, informação verbal, tradução nossa) afirmou que

Totalmente, totalmente. De um futuro caótico ou de um futuro que já se desenvolveu totalmente em todas as linhas e nos diferentes elementos. A agricultura tem muito o que acrescentar, desde a parte de ser algo apocalíptico, de certa forma. Quando assistia *Walking Dead*, vi que estavam fazendo agricultura urbana. E realmente fazem agricultura urbana. Então são realmente diferentes elementos que posso ter e é uma atividade que vai servir em diferentes etapas futuristas e atuais, totalmente.

A menção a uma série apocalíptica e a menção a um futuro que já se desenvolveu totalmente retratam que a agricultura desempenhará, ainda, um papel muito importante para a transformação de nossas cidades. Seja num futuro caótico, seja num futuro desenvolvido, parece haver lugar para uma prática que ficou esquecida e negligenciada por vários anos, até ser, novamente, apropriada pelo poder público, no caso bogotano, e ativada pelas diferentes populações urbanas de Bogotá.

A agricultura pode, portanto, nos próximos anos, se efetivar como uma urbanidade, ou seja, como uma qualidade inerente às cidades e como uma prática que não só faz parte das cidades, mas que possui visibilidade, importância e que de fato constitui e transforma as cidades cotidianamente. É o que o caso bogotano nos permite vislumbrar. Na figura 63, a perspectiva dos cultivos vista de casa, representando que a agricultura urbana pode, efetivamente, se tornar uma urbanidade.

Figura 63 - Agricultura urbana como realidade para o futuro das cidades! Fotografia nossa, de 24 jul. 2018.

Em cada experiência visitada, em cada entrevista realizada, nos diálogos informais, em cada sujeito que conhecemos e na paisagem captada enquanto andávamos pela cidade de Bogotá, vimos que a agricultura urbana é uma prática fomentada de maneira pensada, estruturada e organizada pelo Jardim Botânico de Bogotá, com apoio de outras instituições e superando diferentes gestões políticas, consolidando o Jardim Botânico como um centro de referência para a agricultura urbana da capital colombiana. Vimos também, porém, que a efetivação da agricultura urbana como prática só se dá a partir de sua apropriação pelos diversos atores que estão construindo, de fato, a agricultura em Bogotá ao longo dos anos. São os sujeitos que apropriam espaços, que elaboram e reelaboram as suas práticas, que propagam e difundem não somente os conhecimentos, mas a motivação para a criação de novas experiências que efetivam todo o potencial da agricultura urbana de Bogotá.

Sem os diferentes atores de diferentes estratos sociais, não haveria agricultura urbana em Bogotá. Sem o Jardim Botânico, ela não seria tão pensada, não teria a visibilidade que possui hoje e não seria aplicada de maneiras diversas para a solução de diferentes problemas urbanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São Paulo e Bogotá, duas das grandes cidades latino-americanas, expressam as contradições de um projeto de modernidade inconcluso, vivenciando uma crise urbana que causa consequências no cotidiano de seus milhões de habitantes. A partir do exemplo das duas cidades, pudemos compreender como o atual movimento de agricultura urbana surge como resposta às diferentes manifestações desta crise, tanto como busca pelo direito à cidade, pela apropriação dos espaços públicos ou como uma intervenção política simbólica, como vemos acentuadamente no caso de São Paulo, quanto como busca pela superação da pobreza urbana e da fome, como busca pela reestruturação ecológica da cidade e como elemento transformador da paisagem, como no caso de Bogotá.

A agricultura urbana parece demonstrar e desempenhar, nas duas cidades, parte de seu potencial multifuncional (FANTINI, 2016; CLASSENS, 2014) atuando na transformação de diferentes aspectos da cidade. No caso de São Paulo, fica claro como o movimento de agricultura ativista é simbólico de uma transformação almejada, mas ainda distante, com pouco ou quase nenhum apoio por parte do poder público. A agricultura nas cidades tem sido uma ferramenta para buscar esta transformação, e a consolidação desta prática no espaço urbano paulistano está relacionada justamente com as ações individuais daqueles que cansaram de esperar pela ação das instâncias governamentais (MARTINS, 2013).

As experiências de agricultura urbana em Bogotá, por outro lado, ressaltam como o poder público compreendeu o potencial da agricultura urbana a partir de sua institucionalização como política, no ano de 2004. O objetivo inicial era lutar contra a fome que assolava a população bogotana mais vulnerável, mas, com a grande apropriação da agricultura urbana pelos habitantes da cidade, o poder público, representado pelo Jardim Botânico de Bogotá, começou a enxergar como esta prática, no espaço urbano, poderia ser utilizada para a superação de outros problemas. Foi assim que houve a transição do *Proyecto 319* para o *Proyecto 863*, que buscava, na prática da agricultura urbana, incluindo agora, com mais vigor, as árvores frutíferas e os arbustos, um instrumento para a transformação ecológica da cidade. Mais uma vez, contando com a proatividade da equipe que coordena a agricultura urbana em Bogotá, o seu sentido foi ampliado, com a instituição do *Proyecto 1119*, que

considera a agricultura urbana como uma ferramenta para a transformação da paisagem urbana de Bogotá, com o incremento da qualidade de vida na capital colombiana.

O caso de Bogotá demonstra como a fórmula do fomento da agricultura urbana pelo poder público combinada com a ação de indivíduos e grupos que se apropriam da prática e passam a desenvolver experiências de cultivos na cidade é eficiente e transformadora. A agricultura urbana passou de uma ferramenta que buscava amenizar a questão da fome em Bogotá para uma política pública que superou diferentes gestões governamentais e que teve a sua visão aprofundada ao longo dos anos, sendo um instrumento efetivo para o planejamento urbano de Bogotá em diferentes aspectos.

Se no caso de São Paulo o protagonismo da consolidação da agricultura urbana como prática no espaço é dos ativistas, em Bogotá existe uma forte combinação entre as iniciativas do poder público e os agricultores, que de fato constroem e realizam o movimento de agricultura urbana na capital colombiana. Em todos os casos, portanto, os agricultores urbanos desempenham um papel fundamental. É interessante notar que, na maioria dos casos, a agricultura urbana não era a atividade principal dos agricultores para a obtenção de renda, mas um complemento, uma atividade de lazer ou uma atividade política.

De acordo com o atual estado da agricultura urbana na cidade de São Paulo, vemos que ela ainda é marcadamente um elemento estranho no espaço das cidades, sendo vista como algo externo, muitas vezes sinal de atraso ou mero resquício do passado. A agricultura urbana parece não ser encarada, portanto, como um elemento constituinte do espaço ou como algo plausível para a transformação das cidades. O seu caráter continua sendo o de uma ruralidade, algo estrangeiro ao espaço urbano e que causa estranhamento.

Em Bogotá, no entanto, vemos que existe uma significativa consolidação da prática da agricultura urbana. Devido às ações da *Alcaldía Mayor de Bogotá* combinadas com o envolvimento da população, a agricultura parece caminhar para se tornar uma alternativa urbana real, ou seja, um elemento constituinte das cidades tão urbano quanto qualquer outra prática. O caso bogotano apresenta perspectivas, portanto, de que a agricultura na cidade se torne uma urbanidade, uma prática constituinte das cidades do amanhã.

Tanto nas experiências de São Paulo, quanto nas experiências de Bogotá, parece ter havido uma mudança cultural a partir da prática da agricultura urbana. No caso de São Paulo, temos a reintrodução e a valorização das plantas alimentícias não convencionais (PANC), que representam o resgate de conhecimentos tradicionais, a possibilidade de conservação da

biodiversidade urbana e a redução da dependência de alimentos comprados de fora, em pequena escala, pela sua substituição por espécies nativas que são facilmente cultivadas e podem estar presentes em pequenos vasos, nos quintais, nas praças públicas e no caminho para casa. A visibilidade das PANC está totalmente relacionada com o avanço da agricultura urbana ativista na cidade de São Paulo. É o pequeno início de uma lenta mudança de cultura, mas que surge como resultado da prática de agricultura urbana.

Da mesma forma, no caso bogotano, temos a valorização das discussões sobre a segurança alimentar e a soberania alimentar, que podem ser resumidas pela ideia do acesso digno a uma alimentação saudável e culturalmente adaptada, tanto produzida para o autoconsumo, quanto comprada em locais de comércio. Nos discursos das diferentes personagens entrevistadas, nos trabalhos de campo em Bogotá, uma questão ficou muito ressaltada: a importância do autoconsumo. De fato, na capital colombiana, parece haver um entendimento crescente de que as pessoas nas cidades podem produzir os seus próprios alimentos, e que esta alternativa está longe de ser absurda.

Trata-se de uma mudança de mentalidade que pode apontar para a construção de outra cidade, em que grande parte da comida consumida é produzida dentro do espaço urbano, sendo uma parcela significativa para o autoconsumo, reduzindo a dependência de mercados e de alimentos que circulam por grandes distâncias até chegarem às prateleiras.

Vemos, portanto, a partir das experiências de São Paulo e Bogotá, que a agricultura urbana, embora sempre tenha existido no interior das cidades, é ressignificada e adotada como ferramenta para a solução de diferentes problemas urbanos, demonstrando na prática o seu potencial variado de transformação das cidades. Devemos tomar o cuidado de não superestimar a prática da agricultura urbana, fazendo com que ela pareça a solução para todos os problemas ou a única solução plausível. Não podemos, também, esquecer de suas limitações e contradições, correndo o risco de achar que se trata de uma prática que só apresenta vantagens e benefícios para as populações urbanas e para as cidades. De fato, os limites e as contradições existem e precisam ser estudados, discutidos e analisados para que o fenômeno seja melhor compreendido e potencializado ainda mais.

Não podemos, no entanto, tomar o outro caminho e subestimar a prática da agricultura urbana, encarando-a somente a partir de sua finalidade produtiva. A agricultura urbana tem demonstrado ser uma prática com grande aplicabilidade em contextos diferentes e com objetivos distintos, sendo facilmente adaptável de uma experiência para outra.

O nosso intuito foi demonstrar, a partir de diferentes experiências de agricultura urbana em São Paulo e em Bogotá, como a agricultura, enquanto ruralidade, desempenha um papel importante na transformação da realidade das cidades, e como, por meio de sua prática e consolidação, na junção dos agricultores e das políticas públicas, a agricultura urbana pode se tornar uma urbanidade, tendo aproveitado o seu potencial e servindo como instrumento para a busca de novas sociabilidades urbanas e para a construção de cidades diferentes.

Esperamos que a realização desta pesquisa acadêmica contribua para que a agricultura urbana seja compreendida como uma prática transformadora do espaço das cidades, ampliando as discussões existentes e auxiliando novas pesquisas no futuro. Nossa esperança é que esta dissertação também colabore com os movimentos de agricultura urbana de São Paulo e de Bogotá, representando um incentivo para que a agricultura seja cada vez mais parte de nossas cidades.

O nosso intento não foi o de esgotar todas as possibilidades de discussão sobre as experiências de agricultura urbana nas duas cidades e nem de dar conta de toda a complexidade do fenômeno que é a agricultura realizada dentro dos limites das cidades. Temos total ciência de que ficamos distantes de explorar todas as questões possíveis e de amarrar todas as linhas que, de alguma maneira, perpassaram por nossa análise. Desejamos, porém, que este trabalho suscite questionamentos para que a temática da agricultura urbana seja ainda mais explorada e aprofundada.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. *Campo e rural na metrópole: sinais de um padrão civilizatório*. Curitiba: CRV, 2017.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.
- ALTIERI, Miguel. Agroecología, pequeñas fincas y soberanía alimentaria. *Ecología Política*, [s.l.], v. 1, n. 38, p. 25-35, jan. 2009.
- AMATO-LOURENÇO, Luís Fernando et al. Biomonitoring of genotoxic effects and elemental accumulation derived from air pollution in community urban gardens. *Science of the Total Environment*, v. 575, p. 1438-1444, 2017.
- BARTHEL, Stephan; PARKER, John; ERNSTSON, Henrik. Food and Green Space in Cities: A Resilience Lens on Gardens and Urban Environmental Movements. *Urban Studies*, [s.l.], v. 52, n. 7, p. 1321-1338, 28 jan. 2013. SAGE Publications. <<http://dx.doi.org/10.1177/0042098012472744>>.
- BOGOTÁ, Jardim Botânico de. *Planificación y gestión del paisaje en la malla verde urbana para mejorar la calidad ambiental del distrito*. Bogotá: Alcaldía Mayor de Bogotá D.C., 2016.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2015.
- BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. In: *Boletim Dataluta*. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, set. 2011, p. 1 – 21. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/artigodomes/9artigodomes_2011.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2017.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p.16-37, jan./mar. 2000.
- CARLOS, A. F. A. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 474-486, 2014.
- CLARKE, Paul. Incredible Edible: how to grow sustainable communities. *Forum*, Oxford, v. 52, n. 1, p.69-76, 2010.
- CLASSENS, Michael. The nature of urban gardens: toward a political ecology of urban agriculture. *Agriculture and Human Values*, [s.l.], v. 32, n. 2, p.229-239, 26 ago. 2014. Springer Nature. <http://dx.doi.org/10.1007/s10460-014-9540-4>.
- DUCHEMIN, Eric; WEGMULLER, Fabien; LEGAULT, Anne-Marie. Urban agriculture: multi-dimensional tools for social development in poor neighbourhoods. *Field Actions Science*

Reports, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 43-52, 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/factsreports/113#authors>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

FANTINI, Andrea. *Cultivando ciudades: la agricultura urbana y periurbana como práctica de transformación territorial, económica, social y política*. 2016. 210 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografía, Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2016. Disponível em: <<http://www.tesisenred.net/bitstream/handle/10803/400657/anfa1de1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GINN, Franklin. Dig for Victory! New histories of wartime gardening in Britain. *Journal Of Historical Geography*, [s.l.], v. 38, n. 3, p.294-305, jul. 2012. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jhg.2012.02.001>.

GORDILLO, Gustavo; JERÓNIMO, Obed Méndez. *Seguridad y Soberanía Alimentaria: documento base para discusión*. 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-ax736s.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HERNÁNDEZ, Katherine Alexandra Herrera; RINCÓN, Ruth Zamira Herrera; PINZÓN, Yohanna Marcela. *Proyectos de Agricultura Urbana del Jardín Botánico de Bogotá José Celestino Mutis, Analizados desde la Perspectiva de la Educación Ambiental (2004 - 2016)*. 2017. 106 f. Monografía (Especialização) - Curso de Especialización En Educación y Gestión Ambiental, Facultad de Ciencias y Educación, Universidad Distrital Francisco José de Caldas, Bogotá, 2017. Disponível em: <<http://repository.udistrital.edu.co/bitstream/11349/5824/1/HerreraHernándezKatherineAlexandra2017.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2017.

HOYOS, Claudia Janet Cataño; D'AGOSTINI, Adriana. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências. *Nera – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária*, Presidente Prudente, v. 1, n. 35, p.174-198, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/4855/3687>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

JACOBS, Jane. *Morte e vida nas grandes cidades*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

KUHN, Thomas S. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago, 1962.

LEFEBVRE, Henri. *Le droit à la ville*. Paris: Anthropos, 1968.

LITTLE, Jo. Otherness, representation and the cultural construction of rurality. *Progress In Human Geography*, Exeter, v. 3, n. 23, p. 437-442, 1999.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o Campo é a Cidade: Fazendo Antropologia na Metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de Lucca. *Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2008. Cap. 1. p. 12-53.

MAGNANI, José Guilherme Cantor.; TORRES, Lilian de Lucca (Org.). *Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2008.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, José de Souza. *Sobre o modo capitalista de pensar*. São Paulo: Hucitec, 1982.

NAGIB, Gustavo. *Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas*. 2016. 434 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18082016-124530/pt-br.php>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

OLIVEIRA, Lyá Cynthia Porto de. *Redes, ideias e ação pública na agricultura urbana: São Paulo, Montreal e Toronto*. 2017. 259 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração Pública e Governo, FGV-SP, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18224/Tese_versão_final_Lyá_Porto.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 jan. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). *Criar cidades mais verdes*. 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/015/i1610p/i1610p00.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Editora Record, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

POURIAS, Jeanne; DUCHEMIN, Eric; AUBRY, Christine. Products from urban collective gardens: food for thought or for consumption? Insights from Paris and Montreal. *Journal of Agriculture, Food Systems and Community Development*, [s.l.], p.1-25, 9 fev. 2015. Lyson Center for Civic Agriculture and Food Systems. <http://dx.doi.org/10.5304/jafscd.2015.052.005>.

PREMAT, Adriana. Small-Scale Urban Agriculture in Havana and the Reproduction of the 'New Man' in Contemporary Cuba. *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, Amsterdam, v. 1, n. 75, p.85-99, out. 2003.

RIVERA, Naxhelli Ruiz; CAMPOS, Javier Delgado. Territorio y nuevas ruralidades: un recorrido teórico sobre las transformaciones de la relación campo-ciudad. *Eure*, Santiago, v. XXXIV, n. 102, p. 77-95, ago. 2008.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. *Campo-território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p.82-106, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11781/6895>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

SCHUTTER, Olivier de. The Right of Everyone to Enjoy the Benefits of Scientific Progress and the Right to Food: From Conflict to Complementarity. *Human Rights Quarterly*, Baltimore, v. 33, n. 2, p.304-350, mai. 2011. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/23016017>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

SUZUKI, Júlio César. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. *Revista Nera*, Presidente Prudente, v. 10, n. 10, p.134-150, jan./jun. 2007.

SUZUKI, Júlio César; BERDOULAY, Vincent. *Agricultura urbana entre necessidade e utopia: experiências paulistanas*. In: XIV COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA: LAS UTOPIAS Y LA CONSTRUCCIÓN DE LA SOCIEDAD DEL FUTURO, 2016, Barcelona: Universitat de Barcelona, 2016. p. 1 - 14. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/SuzukiBerdoulay.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

TABARES, César Marulanda. Bogotá. In: FAO. *La agricultura urbana y periurbana en América Latina y el Caribe*: Compendio de estudios de casos. FAO, 2014. p. 37-44. Disponível em: <<http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/pdf/Compendium.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

THRIFT, Nigel. Space. *Theory, Culture & Society*, [s.l.], v. 23, n. 2-3, p.139-146, mai. 2006. SAGE Publications. <<http://dx.doi.org/10.1177/0263276406063780>>.

TOSHIO, Kikuchi. Recent Progress in Japanese Geographical Studies on Sustainable Rural System: Focusing on Recreating Rurality in the Urban Fringe of the Tokyo Metropolitan Area. *Geographical Review Of Japan*, Tóquio, v. 81, n. 5, p.336-348, 2008.

VALENCIA, Laura Mercedes Barriga; CELIS, Diana Carolina Leal. *Agricultura urbana en Bogotá*: Una evaluación externa-participativa. Bogotá: Universidad del Rosario, 2012. Disponível em: <<http://repository.urosario.edu.co/bitstream/handle/10336/2880/53067834-2012.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

VIA CAMPESINA. Soberanía alimentaria un futuro sin hambre. In: FÓRUM DE ONG PARA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA, 1996, Roma. *Declaración dirigida a la Cumbre Mundial de la Alimentación*. Roma, Itália, 1996. Disponível em: <<https://nyeleni.org/spip.php?article38>>. Acesso em: 30 out. 2018.